



30 de Setembro de 2013

Demonstrações Contábeis
Completas em IFRS



Itaú Unibanco Holding S.A.



Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas empresas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido para o período de nove meses findo 30 de setembro de 2013, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas empresas controladas em 30 de setembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o trimestre e período de nove meses findos nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

São Paulo, 28 de outubro de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balço Patrimonial Consolidado

(Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	30/09/2013	31/12/2012
Disponibilidades	4	14.466	13.967
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5	67.001	63.701
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6	20.581	23.826
Aplicações no Mercado Aberto	6	177.927	162.737
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7a	139.685	145.516
Dados em Garantia		17.671	2.348
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		122.014	143.168
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	7b	332	220
Derivativos	8 e 9	10.836	11.597
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10	85.607	90.869
Dados em Garantia		21.868	25.929
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		63.739	64.940
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	11	3.709	3.202
Dados em Garantia		48	120
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		3.661	3.082
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	12	364.398	341.271
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		387.623	366.984
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(23.225)	(25.713)
Outros Ativos Financeiros	20a	45.502	44.492
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	3.271	3.005
Imobilizado, Líquido	15	6.167	5.628
Ativos Intangíveis, Líquido	16	5.421	4.671
Ativos Fiscais		33.606	32.412
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.378	3.198
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	27b	30.386	28.381
Outros		842	833
Bens Destinados a Venda	36	121	117
Outros Ativos	20a	11.576	9.923
Total do Ativo		990.206	957.154

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balço Patrimonial Consolidado
(Em milhões de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/09/2013	31/12/2012
Depósitos	17	252.279	243.200
Captações no Mercado Aberto	19a	267.775	267.405
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	18	402	642
Derivativos	8 e 9	9.180	11.069
Recursos de Mercados Interbancários	19a	107.834	97.073
Recursos de Mercados Institucionais	19b	71.092	72.028
Outros Passivos Financeiros	20b	50.050	50.255
Provisão de Seguros e Previdência Privada	30c II	95.764	90.318
Passivos de Planos de Capitalização		2.989	2.892
Provisões	32	19.729	19.209
Obrigações Fiscais		4.827	7.109
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		3.098	2.560
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	27b II	315	3.038
Outras		1.414	1.511
Outros Passivos	20b	26.985	19.956
Total do Passivo		908.906	881.156
Capital Social	21a	60.000	45.000
Ações em Tesouraria	21a	(1.917)	(1.523)
Capital Adicional Integralizado	21c	933	888
Reservas Integralizadas	21d	11.138	22.423
Reservas a Integralizar		10.829	7.379
Resultado Abrangente Acumulado		(643)	1.735
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		80.340	75.902
Participações de Acionistas não Controladores		960	96
Total do Patrimônio Líquido		81.300	75.998
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		990.206	957.154

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
Períodos Fintos em

(Em milhões de Reais, exceto as informações de lucro por ação)

	Nota	01/07 a 30/09/2013	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012
Produto Bancário		20.145	19.883	58.138	59.960
Receita de Juros e Rendimentos	23a	24.269	23.371	68.023	73.249
Despesa de Juros e Rendimentos	23b	(12.501)	(10.924)	(32.585)	(37.014)
Receita de Dividendos		51	70	148	271
Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	23c	(525)	927	(4.113)	1.315
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		1.327	22	4.721	3.032
Receita de Prestação de Serviços	24	5.718	4.707	16.489	14.108
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		1.663	1.537	5.000	4.485
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	30b III	4.788	6.203	17.845	17.610
Resseguros de Prêmios	30b III	(523)	(292)	(1.158)	(884)
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(2.718)	(4.492)	(12.052)	(12.610)
Receita de Operações de Capitalização		116	118	365	369
Outras Receitas	25	143	173	455	514
Perdas com Créditos e Sinistros		(3.559)	(5.269)	(11.986)	(16.001)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	(4.341)	(5.863)	(14.035)	(17.938)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		1.297	1.158	3.645	3.477
Despesas com Sinistros		(759)	(705)	(2.031)	(2.152)
Recuperação de Sinistros com Resseguros		244	141	435	612
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros		16.586	14.614	46.152	43.959
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(10.543)	(9.918)	(31.280)	(30.556)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(9.509)	(8.886)	(28.180)	(27.279)
Despesas Tributárias		(1.116)	(1.116)	(3.308)	(3.353)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	82	84	208	76
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	27	6.043	4.696	14.872	13.403
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(2.728)	(1.987)	(6.781)	(6.800)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		1.004	745	3.485	3.658
Lucro Líquido		4.319	3.454	11.576	10.261
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	28	4.286	3.308	11.516	9.715
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores		33	146	60	546
Lucro por Ação - Básico					
Ordinárias		0,86	0,67	2,32	1,95
Preferenciais		0,86	0,67	2,32	1,95
Lucro por Ação - Diluído	28				
Ordinárias		0,86	0,66	2,31	1,95
Preferenciais		0,86	0,66	2,31	1,95
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica	28				
Ordinárias		2.518.212.730	2.518.212.730	2.518.212.730	2.518.212.730
Preferenciais		2.439.271.326	2.451.510.969	2.449.909.504	2.451.518.357
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída	28				
Ordinárias		2.518.212.730	2.518.212.730	2.518.212.730	2.518.212.730
Preferenciais		2.454.854.462	2.468.259.940	2.465.892.200	2.466.087.986

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em
(Em milhões de Reais)

	Nota	01/07 a 30/09/2013	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012
Lucro Líquido		4.319	3.454	11.576	10.261
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(262)	584	(2.581)	987
Variação de Valor Justo		(680)	1.217	(4.737)	2.308
Efeito Fiscal		301	(486)	1.866	(941)
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado por Alienação	23c	194	(245)	484	(634)
Efeito Fiscal		(77)	98	(194)	254
Hedge		(133)	(54)	(178)	(494)
Hedge de Fluxo de Caixa	9	(18)	87	212	(72)
Variação de Valor Justo		(31)	153	352	(113)
Efeito Fiscal		13	(66)	(140)	41
Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	9	(115)	(141)	(390)	(422)
Variação de Valor Justo		(190)	(246)	(651)	(703)
Efeito Fiscal		75	105	261	281
Ganhos / Perdas Atuariais em Obrigações de Benefícios Pós Emprego		7	-	14	-
Ganhos / (Perdas)		12	-	24	-
Efeito Fiscal		(5)	-	(10)	-
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		24	121	367	420
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - (Alienação do Banco BPI S.A.)	26	-	-	-	413
Variação de Valor Justo		-	-	-	626
Efeito Fiscal		-	-	-	(213)
Total do Resultado Abrangente		3.955	4.105	9.198	11.587
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		33	146	60	546
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		3.922	3.959	9.138	11.041

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
 Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 21 e 22)
 Períodos findos em 30 de setembro de 2013 e de 2012
 (Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores												Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes				Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não Controladores	
							Disponíveis para Venda ⁽¹⁾	Ganhos / Perdas Atuariais em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge ⁽²⁾			
Saldo em 01/01/2012	45.000	(1.663)	738	24.279	5.561	-	360	-	118	(452)	73.941	1.395	75.336
Transações com os Acionistas	-	136	115	(6.586)	-	(2.202)	-	-	-	-	(8.537)	(1.219)	(9.756)
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações Exercidas	-	136	115	-	-	-	-	-	-	-	251	-	251
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	235	(37)	-	-	-	-	-	-	-	198	-	198
Aquisições de Ações em Tesouraria	-	(99)	-	-	-	-	-	-	-	-	(99)	-	(99)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	152	-	-	-	-	-	-	-	152	-	152
Aquisição / Aumento de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20)	(20)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	-	-	(2.202)	-	-	-	-	(2.202)	(370)	(2.572)
Reorganizações Societárias	-	-	-	(6.586)	-	-	-	-	-	-	(6.586)	(829)	(7.415)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2012 - Exercício 2011 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(1.847)	-	-	-	-	-	-	(1.847)	-	(1.847)
Outros	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	12	(398)	(386)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	9.715	1.400	-	420	(494)	11.041	546	11.587
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	9.715	-	-	-	-	9.715	546	10.261
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	1.400	-	420	(494)	1.326	-	1.326
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	412	-	(412)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	5.635	1.466	(7.101)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2012	45.000	(1.527)	853	21.893	7.039	-	1.760	-	538	(946)	74.610	324	74.934
Mutação do Período	-	136	115	(2.386)	1.478	-	1.400	-	420	(494)	669	(1.071)	(402)
Saldo em 01/01/2013	45.000	(1.523)	888	22.423	7.379	-	2.004	-	648	(917)	75.902	96	75.998
Transações com os Acionistas	15.000	(394)	45	(15.471)	-	(2.138)	-	-	-	-	(2.958)	804	(2.154)
Aumento de Capital - Reserva Estatutária	15.000	-	-	(15.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	(394)	45	-	-	-	-	-	-	-	(349)	-	(349)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	268	(120)	-	-	-	-	-	-	-	148	-	148
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(662)	-	-	-	-	-	-	-	-	(662)	-	(662)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	165	-	-	-	-	-	-	-	165	-	165
Redução de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	813	813
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	-	-	(2.138)	-	-	-	-	(2.138)	(9)	(2.147)
Reorganizações Societárias	-	-	-	(471)	-	-	-	-	-	-	(471)	-	(471)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2013 - Exercício 2012 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(1.730)	-	-	-	-	-	-	(1.730)	-	(1.730)
Outros	-	-	-	-	(12)	-	-	-	-	-	(12)	-	(12)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	11.516	(2.581)	14	367	(178)	9.138	60	9.198
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	11.516	-	-	-	-	11.516	60	11.576
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	(2.581)	14	367	(178)	(2.378)	-	(2.378)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	403	-	(403)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	5.513	3.462	(8.975)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2013	60.000	(1.917)	933	11.138	10.829	-	(577)	14	1.015	(1.095)	80.340	960	81.300
Mutação do Período	15.000	(394)	45	(11.285)	3.450	-	(2.581)	14	367	(178)	4.438	864	5.302

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
(Em Milhões de Reais)

	Nota	01/07 a 30/09/2013	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012
Lucro Líquido Ajustado		8.909	12.041	31.766	36.234
Lucro Líquido		4.319	3.454	11.576	10.261
Ajustes ao Lucro Líquido:		4.590	8.587	20.190	25.973
Opções de Outorgas Reconhecidas	22d	57	53	165	152
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(256)	(866)	(1.483)	(1.247)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	4.341	5.863	14.035	17.938
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		(289)	960	3.172	3.375
Despesa de Juros de Operações com Debêntures		10	52	41	132
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		2.718	4.492	12.052	12.610
Resultado de Operações de Capitalização		(116)	(118)	(365)	(369)
Depreciações e Amortizações	15 e 16	576	539	1.732	1.627
Tributos Diferidos		(1.004)	(745)	(3.485)	(3.658)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(82)	(84)	(208)	(76)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	23c	194	(245)	484	(634)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(1.417)	(1.144)	(5.684)	(3.707)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(131)	(162)	(337)	(402)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	25 e 26	(2)	(3)	(9)	(15)
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	25 e 26	2	4	(3)	329
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	25 e 26	(8)	3	(1)	6
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado e Intangível	15 e 16	-	-	2	(6)
Outros		(4)	(14)	82	(82)
Variação de Ativos e Obrigações (*)		(6.946)	(1.747)	1.536	7.170
(Aumento) Redução em Ativos		(26.837)	(43.101)	(15.183)	(28.262)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		454	(262)	(310)	(1.860)
Aplicações no Mercado Aberto		(5.983)	(38.038)	14.721	(22.743)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(1.412)	9.614	(3.245)	33.862
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		(7.811)	(4.905)	5.833	(8.617)
Derivativos (Ativos / Passivos)		(143)	959	(1.107)	954
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo		18	(159)	(112)	(182)
Operações de Crédito		(13.019)	(7.327)	(33.478)	(27.795)
Outros Ativos Financeiros		1.300	626	(1.562)	(295)
Outros Ativos Fiscais		389	(3.032)	2.530	(1.464)
Outros Ativos		(630)	(577)	1.547	(122)
(Redução) Aumento em Passivos		19.891	41.354	16.719	35.432
Depósitos		7.273	(3.909)	8.445	(13.338)
Captações no Mercado Aberto		7.316	35.650	376	33.956
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		(79)	33	(240)	(2.153)
Recursos de Mercados Interbancários		3.379	2.289	10.676	6.275
Outros Passivos Financeiros		(1.161)	(277)	(941)	765
Provisão de Seguros e Previdência		(1.476)	208	(6.606)	867
Passivos de Planos de Capitalização		180	146	462	431
Provisões		170	507	(734)	974
Obrigações Fiscais		2.462	2.107	2.792	5.332
Outros Passivos		2.886	2.300	7.544	4.541
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.059)	2.300	(5.055)	(2.218)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		1.963	10.294	33.302	43.404
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos Recebidos de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		23	(7)	79	-
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		11.302	3.806	28.333	14.710
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		102	114	361	343
Alienação de Bens Destinados a Venda		43	13	89	71
Alienação de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(2)	17	3	-
Alienação de Imobilizado de Uso	15	21	15	40	216
Distrato de Contratos do Intangível	16	64	(1)	63	(1)
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(2.650)	(6.114)	(22.131)	(26.889)
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(118)	-	(531)	-
Aquisição de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	-	-	(3)	(819)
Aquisição de Imobilizado de Uso	15	(673)	(383)	(1.707)	(1.260)
Aquisição de Intangível	16	(738)	(423)	(1.293)	(1.270)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		7.375	(2.963)	3.303	(14.899)
Captação em Mercados Institucionais		(1.265)	5.874	464	18.080
Resgate em Mercados Institucionais		334	290	(4.691)	(10.812)
(Aquisição)/Alienação de Participação de Acionistas não Controladores		(2)	(18)	293	(20)
Aquisição de Participação Adicional junto a Acionistas não Controladores – Redecard S.A.		-	(10.808)	-	(10.808)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		5	4	148	198
Aquisições de Ações para Tesouraria		(406)	-	(662)	(99)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores		(4)	6	(9)	(370)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(1.600)	(1.456)	(5.146)	(5.003)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(2.938)	(6.108)	(9.603)	(8.834)
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	2.4c e 4	6.400	1.223	27.002	19.671
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	67.604	56.934	45.775	38.105
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		256	866	1.483	1.247
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	74.260	59.023	74.260	59.023
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa					
Juros Recebidos		26.453	23.452	68.121	69.899
Juros Pagos		11.637	8.018	37.241	30.543
Transações não Monetárias					
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		-	-	-	1
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda não Pagos		(799)	(713)	276	518

(*) Inclui os valores dos juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Em 30 de Setembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 para Contas Patrimoniais e De 01/07 a 30/09 e 01/01 a 30/09 de 2013 e 2012 para Contas de Resultado

(Em milhões de reais, exceto informações por ação)

Nota 1 – Informações Gerais

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais. No Brasil, atendemos aos clientes de varejo por intermédio da rede de agências do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") e de atacado pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"); no exterior, por intermédio de agências em Nova Iorque, Grand Cayman, Tóquio e Nassau e de subsidiárias, principalmente na Argentina, Chile, Estados Unidos (Nova Iorque e Miami), Europa (Lisboa, Londres, Luxemburgo e Suíça), Ilhas Cayman, Paraguai e Uruguai. Em 2012, iniciamos uma operação na Colômbia que se intensificará gradualmente durante o ano de 2013.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. Johnston"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 34, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em quatro segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco Comercial - Varejo, que oferece uma ampla gama de serviços bancários para clientes pessoas físicas de varejo (sob várias áreas especializadas em distribuição, utilizando diversas marcas como Itaú, *Uniclass* e *Personnalité*) ou com alto patrimônio (*Private Bank*) e para clientes pessoas jurídicas (micro e pequenas empresas), incluindo serviços como administração de recursos de terceiros, serviços a investidores, seguros, planos de previdência privada, planos de capitalização e cartões de crédito emitidos a correntistas; (2) Crédito ao Consumidor - Varejo, que oferece produtos e serviços financeiros para além do universo de clientes correntistas como financiamento de veículos, transações com cartões de crédito e financiamento ao consumidor; (3) Banco de Atacado, que oferece produtos e serviços de atacado para empresas de médio e grande porte, bem como atividades de banco de investimento e (4) Atividade com Mercado + Corporação, que gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, ao excesso de dívida subordinada e ao carregamento do saldo líquido dos créditos e débitos tributários, bem como a margem financeira advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições (mesas) proprietárias, de gestão de *gaps* de moedas, taxas e demais fatores de riscos e de oportunidades de arbitragens nos mercados externo e doméstico.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Outubro de 2013.

Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Base de Preparação

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) que, a partir de 31 de Dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as práticas contábeis internacionais (“IFRS”), conforme aprovado pelo “*International Accounting Standard Board*” (“IASB”).

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas seguindo-se as práticas contábeis descritas nesta nota explicativa.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com a IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário com a opção de apresentar as Demonstrações Financeiras Consolidadas Completas em vez das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nos IFRS e nas interpretações do “*International Financial Reporting Interpretation Committee*” (“IFRIC”) descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão totalmente em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC.

A Demonstração Consolidada do Fluxo de Caixa demonstra as mudanças, no Caixa e Equivalentes de Caixa, surgidas, durante o período, de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O Caixa e Equivalentes de Caixa incluem investimentos altamente líquidos (Nota 2.4c).

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados usando-se o método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

Com o intuito de melhorar a apresentação e classificação das operações de seguros na Demonstração Consolidada do Resultado, de acordo com o IFRS 4 – Contratos de Seguros, reclassificações foram realizadas em relação as operações de seguros. Anteriormente, as receitas das atividades de seguros eram apresentadas na Demonstração Consolidada do Resultado líquido dos resseguros mantidos no item Receitas de Seguros e Previdência Privada e os números brutos estão apresentados na (Nota 30b III). Nas Demonstrações Contábeis essa informação será apresentada pelos montantes brutos em itens separados na Demonstração Consolidada do Resultado no item Receitas de Seguros e Previdência Privada e Resseguros de Prêmios. Despesas com Sinistros que estavam apresentadas líquidas no item Despesas com Sinistros também serão apresentadas de forma bruta nos valores recuperáveis de Sinistros com Resseguros mantidos no item Despesas com Sinistros e Recuperação de Sinistros com Resseguros.

2.2. Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 30 de Setembro de 2013

- Alteração do IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Em Dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de *offsetting*. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- Alteração do IAS 19 – Benefícios aos Empregados – Essa alteração exclui a alternativa do uso do método do “corredor”, requer que os ganhos e perdas atuariais sejam lançados em Outros Resultados Abrangentes Acumulados e determina que o custo de juros para o exercício seguinte seja apurado sobre o valor reconhecido no ativo ou passivo. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas – O pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante para uma entidade ser consolidada. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- IFRS 11 – Negócios em Conjunto – O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de “*Joint Arrangements*” com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os “*Joint Arrangements*” em duas formas: “*Joint Operation*” e “*Joint Ventures*”, de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em “*Joint Ventures*”, a consolidação proporcional não é mais permitida. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como “*Joint Arrangements*”, associações e sociedades de propósitos específicos. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- Ciclo Anual de Melhorias (2009-2011) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS’s), IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, IAS 16 – Imobilizado, IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Estas alterações não geraram impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- Alteração do IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de *offsetting* de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração será efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2014. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.
- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O IASB decidiu adiar a data de vigência, ainda não definida, contudo, manteve a permissão para adoção antecipada.
- Entidades para Investimentos – Alteração ao IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas - São aplicáveis as entidades de investimento, que investem em fundos, exclusivamente para obter retornos de valorização do capital, rendas de investimento ou ambos. É efetivo a partir de 1º de Janeiro de 2014. Os possíveis impactos dessas alterações estão sendo avaliados.
- Alteração do IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13. É efetiva a partir de 1º de janeiro de 2014 e, sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e da metodologia de mensuração e não irão gerar impactos relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas.
- Alteração do IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Esta alteração permite a continuação de *Hedge Accounting*, mesmo que um derivativo seja novado (transferido) para uma *Clearing*, dentro de certas condições. É efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2014. Os possíveis impactos dessas alterações estão sendo avaliados.

2.3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com o IFRS exige que a Administração realize estimativa e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um evento de perda. Essas evidências podem incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda incorrida.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza modelos estatísticos para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na carteira de crédito homogênea. Periodicamente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza procedimentos para aprimorar estas estimativas, alinhando a exigência de provisões aos níveis de perda observados pelo comportamento histórico (conforme descrito na Nota 2.4g VIII). Este alinhamento visa a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas atuais, a composição da carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil de nossos clientes. Em 2013, não houve aprimoramento de premissas de modelos, em 2012, o aprimoramento das premissas de modelos gerou um incremento no nível de provisões de R\$ 1.492.

O montante de provisão era de R\$ 23.225 (R\$ 25.713 em 31/12/2012).

Se o valor presente dos fluxos de caixa estimados apresentasse uma variação positiva ou negativa de 1%, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa seria aumentada ou diminuída em R\$ 3.644 (R\$ 3.413 em 31/12/2012).

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4g VIII.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação no item 2.4n, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 27. O montante de Ativo Fiscal Diferido era de R\$ 38.203 (R\$ 35.003 em 31/12/2012).

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pelo IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Os Instrumentos Financeiros reconhecidos pelo valor justo totalizam ativos no valor de R\$ 236.460 (R\$ 248.202 em 31/12/2012) dos quais R\$ 10.836 são Derivativos (R\$ 11.597 em 31/12/2012) e passivos no valor de R\$ 9.582 (R\$ 11.711 em 31/12/2012) dos quais R\$ 9.180 são Derivativos (R\$ 11.069 em 31/12/2012). O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 31.

A equipe responsável pelo apuração dos ativos, seguindo a governança definida em comitê e circulares normativas, efetua análises críticas das informações extraídas do mercado e periodicamente faz a revisão dos prazos mais longos dos indexadores. Ao final dos fechamentos mensais, as áreas se reúnem para uma nova rodada de análises para a manutenção relativa à classificação dentro da hierarquia do valor justo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados Instrumentos Financeiros estão descritas na Nota 31.

d) Planos de Pensão de Benefício Definido

Em 30/09/2013 o montante de R\$ 15 (R\$ 29 em 31/12/2012) relacionado aos Planos de Pensão de Benefício Definido foi reconhecido no Balanço Patrimonial. O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão seria aumentada em aproximadamente R\$ 868.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

e) Ativos e Passivos Contingentes

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 32.

O valor contábil dessas contingências era de R\$ 19.729 (R\$ 19.209 em 31/12/2012).

f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, *benchmarks* e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Informações adicionais estão descritas na Nota 30.

2.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Consolidação e Consolidação Proporcional

I- Subsidiárias

Anteriormente a 1º de Janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava nas Demonstrações Contábeis Consolidadas suas subsidiárias, definidas de acordo com o IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, e suas entidades de propósito específico, definidas de acordo com o SIC 12 – Consolidação – Entidades de Propósitos Específicos. A partir desta data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, que substituiu o IAS 27 e o SIC 12.

De acordo com o IFRS 10, subsidiárias são todas as entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui controle. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém seu controle e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou, em 1º de Janeiro de 2013, seus investimentos a fim de determinar se as conclusões a respeito de consolidação de acordo com o IFRS 10 diferem das conclusões de acordo com o IAS 27 e SIC 12.

Para os investimentos que já eram consolidados conforme IAS 27 e SIC 12 e que permanecem consolidados de acordo com o IFRS 10 em 1º de Janeiro de 2013 ou para os investimentos que não eram consolidados pelo IAS 27 e SIC 12 e que continuam não sendo consolidados de acordo com o IFRS 10, nenhum ajuste é requerido.

Os efeitos da adoção do IFRS 10, que originaram a alteração de política contábil, não geraram impactos significativos nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Abaixo estão apresentados os montantes agregados de nossos investimentos, anteriormente não consolidados, que passaram a ser consolidados em 1º de Janeiro de 2013:

	31/12/2012	30/09/2012	30/06/2012	31/03/2012
Operações de Crédito	3.089	2.883	2.936	2.906
Total de Ativos	1.275	1.243	1.212	1.162
Total de Passivos	1.275	1.243	1.212	1.162
Participação não Controlador	29	46	42	36
Lucro Líquido / (Prejuízo) do não Controlador	(17)	5	6	10
Outros Resultados Abrangente	-	-	-	-

A tabela a seguir apresenta as principais subsidiárias consolidadas e as principais entidades sob controle conjunto, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 30/09/2013 e 31/12/2012:

		País de Constituição	Atividade	Participação % no Capital Votante em		Participação % no Capital Total em	
				30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Banco Dibens S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Veículos S.A.	(1)	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%
Banco Investcred Unibanco S.A.	(2)	Brasil	Instituição Financeira	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Banco Itaú Argentina S.A.		Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%
Banco Itaú BBA Internacional S.A.	(3)	Portugal	Instituição Financeira	-	99,99%	-	99,99%
Banco Itaú BBA S.A.		Brasil	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Chile		Chile	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú BMG Consignado S.A.	(4) (Nota 2c)	Brasil	Instituição Financeira	70,00%	100,00%	70,00%	100,00%
Banco Itaú Europa Luxembourg S.A.		Luxemburgo	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Paraguay S.A.		Paraguai	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Suisse S.A.		Suíça	Instituição Financeira	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%
Banco Itaú Uruguai S.A.		Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucred Financiamentos S.A.	(5)	Brasil	Instituição Financeira	-	100,00%	-	100,00%
Banco Itauleasing S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização		Brasil	Capitalização	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil		Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda.	(6)	Brasil	Administração de Consórcios	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	(2)	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.		Brasil	Administração de Consórcios	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%
Itaú Ásia Securities Ltd		Hong Kong	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.	(7)	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA Colombia S.A. Corporación Financiera		Colômbia	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Itaú BBA International PLC		Reino Unido	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Itaú BBA USA Securities Inc.		Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros		Brasil	Securitizadora	100,00%	99,99%	99,98%	99,98%
Itaú Corretora de Valores S.A.		Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		Brasil	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	99,99%	99,99%
Itaú Japan Asset Management Limited		Japão	Administradora de Fundos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Middle East Limited		Emirados Árabes	Representação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.		Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	(8) (Nota 2c)	Brasil	Sociedade de Crédito	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco Serviços e Processamento de Informações Comerciais Ltda.		Brasil	Serviços de Tecnologia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.		Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	(2)	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Redecard S.A.		Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tarjetas Unisoluciones S. A. de Capital Variable		México	Administradora de Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Nova denominação social do Banco Fiat S.A.

(2) Entidades anteriormente consolidadas proporcionalmente, passaram a ser consolidadas integralmente a partir de 01/01/2013.

(3) Empresa incorporada em 01.02.2013 pela Itaú BBA Internacional PLC.

(4) Nova denominação social do Banco Banerj S.A..

(5) Empresa incorporada em 31.07.2013 pelo Itaú Unibanco S.A.

(6) Nova denominação social da Fiat Administradora de Consórcios Ltda.

(7) Não contempla a participação das Ações Preferenciais Resgatáveis.

(8) Nova denominação social da FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para todas as entidades controladas em conjunto, sendo que para a FIC - Financeira Itaú CBD S.A Crédito, Financiamento e Investimento o percentual de capital mínimo é superior em 25,0% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 33).

II - Combinações de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o IFRS 3 (R) somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o IFRS 3 (R), um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio.

O tratamento do ágio está descrito na Nota 2.4k. Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III - Transações Junto a Acionistas não Controladores

O IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) Conversão de Moedas Estrangeiras

I- Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em associada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional.

O IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente o apuração de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e a extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II- Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante dos Resultados de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior, e totalizam R\$ 1.689 para o período de 01/01 a 30/09/2013 (R\$ 1.491 de 01/01 a 30/09/2012).

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Resultado Abrangente Acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 4.

d) Depósitos Compulsórios no Banco Central

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. No caso do Brasil, também é exigida a aquisição e manutenção de títulos públicos federais brasileiros.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

e) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta suas Aplicações de Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

f) Vendas com Compromisso de Recompra e Compras com Compromisso de Revenda

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Rendimentos e Despesas de Juros e Rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

g) Ativos e Passivos Financeiros

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Mantidos para Negociação.
- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Designados a Valor Justo.
- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.
- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.
- Empréstimos e Recebíveis.
- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Depósito Compulsório no Banco Central (Nota 2.4d), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 2.4e), Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4f), Operações de Crédito (Nota 2.4g VI) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4g IX).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do IAS 39. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING deve avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I- Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de Juros e Rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de Juros e Rendimentos.

II- Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e as perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos – Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado. As receitas de juros e as despesas de juros são reconhecidas em Receita de Juros e Rendimentos e Despesa de Juros e Rendimentos, respectivamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING designa certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

III- Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos, exceto se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING optar por designar esses contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item *hedgeado*, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios do IAS 39 são contabilizados como *hedge* contábil.

De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*.
- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular.

- quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado.
- a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos.
- o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual o *hedge* foi designado.

O IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de derivativos como instrumento de *hedge* em estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de valor justo e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior, conforme detalhado na Nota 9.

Hedge de Valor Justo

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em Outros Resultados Abrangentes – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

O *hedge* de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado.
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado do Resultado Abrangente para o resultado do período na alienação da operação no exterior.

IV- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial Consolidado pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativo e Passivos Financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando é provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia na data do Balanço Patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do Resultado Abrangente Acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado de instrumentos de patrimônio não são revertidas por meio do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e esse aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida por meio do resultado.

V- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

De acordo com o IAS 39 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item VI abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil utilizando uma conta redutora e reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado.

VI- Operações de Crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, mais os custos de transação e mensuradas subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimada ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Quando uma operação de crédito é assim classificada, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Nossa carteira de Pessoas Físicas consiste principalmente em financiamento de veículos, cartão de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial) e crédito imobiliário. Nossa carteira de Grandes Empresas inclui empréstimos feitos para grandes clientes corporativos. Nossa carteira de Micro, Pequenas e Médias Empresas correspondem a empréstimos para uma variedade de clientes de empresas de pequeno e médio porte. Nossa carteira de empréstimos para clientes da América Latina é composto essencialmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

No nível corporativo, temos duas áreas (independentes das áreas de negócios): área de risco de crédito e área de finanças, que são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Á área de risco de crédito e a área de finanças, no nível corporativo, monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (probabilidade de *default*) ou na LGD (perda dado o *default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VII- Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

VIII- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Geral

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda caso exista evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (evento de perda) e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui o julgamento da Administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

O critério utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros.
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo).
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos.
- Início de processo de falência.
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira de créditos semelhantes identificadas. Tendo em vista a representatividade dos diversos grupos homogêneos, a Administração optou por utilizar um período uniforme de 12 meses. Para as carteiras de créditos avaliados individualmente por *impairment* utiliza-se um período máximo de 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que utiliza a experiência histórica na construção de modelos internos que são usados tanto para estimar a PD (probabilidade de *default*) inadimplência quanto para estimar a LGD (perda dado o *default*).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida pelas áreas de risco de crédito e de finanças no nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada uma delas: Grandes Empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada uma das quatro áreas responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é dividido em grupos: os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada uma das quatro áreas.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial de perda econômica que pode ocorrer em caso de inadimplência, sendo a dívida que não pode ser recuperada (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de variáveis diferentes para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que o mesmo não está capturando efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas, no desempenho da carteira ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o mesmo é validado por meio de *back-testing*, e são aplicados métodos estatísticos para mensurar a sua performance, por meio da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado. A validação dos modelos é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu, que emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática empregada. O parecer técnico posteriormente é submetido à CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada uma das áreas (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), áreas diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada uma dessas quatro áreas. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada uma das quatro carteiras resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada área na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, dados e informações diferentes são utilizados para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- **Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda)** - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente, os resultados da análise das demonstrações contábeis da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.
- **Pessoas Físicas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- **Micro, Pequenas e Médias Empresas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- **Unidades Externas América Latina** – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencido” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, *Write-off* e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável, este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

Na quase totalidade dos casos exige-se pelo menos o pagamento de uma parcela nos termos pactuados para que operações renegociadas retornem para a condição de crédito normal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal e tem a interrupção no reconhecimento da receita, quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento sob os termos da renegociação, o que normalmente corresponde ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

IX- Outros Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta estes ativos, cuja composição está apresentada na Nota 20a, em seu Balanço Patrimonial Consolidado inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

X- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração Consolidada do Resultado em Despesas de Juros e Rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos (Nota 17).
- Captações no Mercado Aberto (Nota 2.4f).
- Recursos de Mercados Interbancários (Nota 19a).
- Recursos de Mercados Institucionais (Nota 19b).
- Obrigações de Planos de Capitalização.
- Outros Passivos Financeiros (Nota 20b).

h) Investimentos em Empresas Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

I – Associadas

De acordo com o IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*), associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20,0% a 50,0%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II – Negócios em conjunto

Anteriormente a 1º de Janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava proporcionalmente suas participações em entidades controladas em conjunto, conforme requerimentos do IAS 31 – Participações em Empreendimentos em Conjunto. A partir desta data, adotou o IFRS 11 – Negócios em Conjunto, alterando sua política contábil para participações em negócios em conjunto para o método de equivalência patrimonial.

De acordo com o IFRS 11, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”). A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou a natureza de seus negócios em conjunto e concluiu que possui tanto operações em conjunto quanto *joint ventures*. Para as operações em conjunto não houve alteração do tratamento contábil. Já para as *joint ventures*, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a nova política para participações em *joint ventures* de acordo com as provisões de transição do IFRS 11.

Os efeitos da adoção do IFRS 11, que originaram a alteração de política contábil, não geraram impactos significativos nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Abaixo estão apresentados os montantes agregados de nossos investimentos, anteriormente consolidados proporcionalmente, que passaram a ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial em 1º de Janeiro de 2013:

	30/09/2013
Total de Ativos ^(*)	39
Total de Passivos ^(*)	15

(*) Composto pelas empresas Olímpia Promoção e Serviços S.A., Rosefield Finance Ltd., MCC Securities Inc. e MCC Corredora de Bolsa.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas associadas e entidades controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas associadas e entidades controladas em conjunto é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em associadas e entidades controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas associadas e entidades controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das associadas e entidades controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em associadas e entidades controladas em conjunto, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

i) Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado nos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING detém substancialmente todos os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

j) Imobilizado

De acordo com o IAS 16 – Imobilizado, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu no período findo em 30/09/2013 perdas por redução ao valor recuperável, referente ao Imobilizado de Uso. (Em 30/09/2012 reconheceu reversão da perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 10).

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

k) Ágio

De acordo com o IFRS 3 (R) – Combinações de Negócios, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no IAS 36, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base *pro rata* do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida. Em 30/09/2013 e 31/12/2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não possuía saldo de ágio em nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Os ágios das associadas e entidades controladas em conjunto são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

l) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

No período findo em 30/09/2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu perdas por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 2 (R\$ 4 de 30/09/2012), referente a Associações Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros, causada por resultado inferior ao previsto.

Conforme previsto pelo IAS 38, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

m) Bens Destinados a Venda

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perdas por redução ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, as perdas reconhecidas podem ser revertidas.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes e Obrigações Fiscais - Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos e Obrigações Fiscais - Diferidas, respectivamente.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados.

	30/09/2013
Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social (*)	15,00%

(*) Para operações não financeiras consolidadas nas demonstrações financeiras, a alíquota de contribuição social é 9,00%.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50,0% de probabilidade de ser realizado.

o) Contratos de Seguros e Previdência Privada

O IFRS 4 – Contratos de Seguro define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, emite contratos a clientes que contém riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Conforme permitido pelo IFRS 1, quando da adoção inicial do IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (“BRGAAP”).

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das commodities, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo IFRS 4.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 30 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de Previdência Privada

Segundo o IFRS 4, um contrato de seguros é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, uma vez que a sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante fixo a ser pago de forma vitalícia não está disponível. Todos os contratos dão direito à contraparte de escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas eles são reavaliados transcorridos 365 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

Derivativos Embutidos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a análise de todos os contratos a fim de avaliar a existência de derivativos embutidos. Nos casos em que tais derivativos atendam a definição de contrato de seguros por si só, não efetuamos sua bifurcação. Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos do IFRS 4.

Teste de Adequação do Passivo

O IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstrasse que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos de aquisição diferidos dos contratos e os ativos intangíveis de seguros) fosse inferior ao valor dos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 30.

p) Planos de Capitalização

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING comercializa títulos de capitalização nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo o IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o IAS 39.

A Receita dos Planos de Capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

q) Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R\$ 1.099 de 01/01 a 30/09/2013 (R\$ 1.107 de 01/01 a 30/09/2012).

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com o IAS 19 – Benefícios aos Empregados até 31 de dezembro de 2012 e de acordo com o IAS 19 (revisado em Junho de 2011) – Benefícios aos Empregados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por consultoria atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os seguintes montantes são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.
- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (*asset ceiling*).

Os ganhos e perdas atuariais são resultantes da não aderência das premissas atuariais estabelecidas na última avaliação atuarial em relação ao efetivamente realizado, bem como os efeitos de mudanças em tais premissas. Os ganhos e perdas são reconhecidos integralmente em Outros Resultados Abrangentes.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico, assim como em relação aos benefícios concedidos por decisão judicial. Tais benefícios também são contabilizados de acordo com o IAS 19, de forma semelhante aos planos de benefícios definidos.

r) Plano de Outorga de Opções de Ações

Os planos de outorga de opções de ações são contabilizados de acordo com o IFRS 2 – Pagamento baseado em ações que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na Demonstração Consolidada do Resultado, com um ajuste correspondente ao Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de apreçamento de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

s) Garantias Financeiras

De acordo com o IAS 39, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente, essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

t) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o IAS 37. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões.
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada.
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 32.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

u) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

v) Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

w) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos estabelecido no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com o BRGAAP e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

x) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,022 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicado, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – Lucro por Ação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

y) Receita de Prestação de Serviços

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING presta diversos serviços a seus clientes tais como administração de investimentos, relacionados a cartões de crédito, a banco de investimento e a determinados serviços de banco comercial.

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente. As receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado, de custódia e relacionadas a cartões de crédito, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 24.

z) Informações por Segmento

O IFRS 8 – Segmentos Operacionais determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com quatro segmentos de reporte: (i) Banco Comercial - Varejo, (ii) Crédito ao Consumidor - Varejo, (iii) Banco de Atacado e (iv) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 34.

Nota 3 – Desenvolvimento de Negócios

a) BSF Holding S.A.

Em 14 de Abril de 2011, o Itaú Unibanco Holding S.A. e o Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("Carrefour") firmaram contrato de compra e venda de ações para a aquisição de 49,0% do BSF Holding S.A. ("Banco Carrefour"), entidade responsável pela oferta e distribuição, com exclusividade, de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição do Carrefour Brasil operados com a bandeira "Carrefour" no Brasil. A consumação da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 23 de Abril de 2012 e à transferência das ações da BSF ao Itaú Unibanco Holding S.A., a qual foi efetuada em 31 de Maio de 2012.

A partir de 31 de Maio de 2012, passamos a contabilizar esta participação na BSF pelo método de equivalência patrimonial (Nota 13) e como transações entre partes relacionadas (Nota 35).

A alocação do diferencial entre o valor do investimento detido na BSF e a participação em seus ativos líquidos, na data de aquisição, está demonstrada abaixo:

Ativos Adquiridos e Passivos Assumidos Identificáveis	
Caixa e Equivalentes a Caixa	1
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	131
Operações de Crédito, Líquido	600
Imobilizado, Líquido	6
Ativos Intangíveis	33
Outros Ativos	1.881
Total de Ativos Adquiridos	2.652
Depósitos	312
Captações no Mercado Aberto	94
Provisões	27
Outros passivos	1.738
Total dos Passivos Assumidos	2.171
Ativos Líquidos a Valor Justo – 100,0%	481
Participação Adquirida – 49,0%	236
Preço Pago	816
Ágio	580

O ágio apurado na transação é apresentado como parte do investimento na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto e a análise de seu valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

b) FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“FAI”)

Em 09 de Agosto de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. informou o encerramento de sua parceria com a LOJAS AMERICANAS S.A. (“LASA”), celebrada em 2005, para a oferta, distribuição e comercialização, com exclusividade pela FAI (entidade controlada em conjunto por ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. e LASA), de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários aos clientes da LASA e de suas afiliadas.

Em consequência de referido encerramento, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. e LASA celebraram, naquela data, contrato de compra e venda e outras avenças por meio do qual a LASA concordou em (i) vender para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. a totalidade da participação que detinha no capital social da FAI, pelo valor de R\$ 95 milhões; e (ii) adquirir o direito de lavra detido pela FAI, relativo à exclusividade para a oferta, distribuição e comercialização dos Produtos e Serviços Financeiros por meio dos canais de distribuição da LASA e/ou de suas afiliadas, pelo valor aproximado de R\$ 112 milhões. A conclusão da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 27 de Dezembro de 2012.

Como resultado dessa transação, a FAI deixou de ser uma entidade controlada em conjunto entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. e LASA e passou a ser uma subsidiária integral do ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. Em 31/12/2012 o saldo das contas patrimoniais da FAI foram consolidados integralmente, entretanto o resultado do exercício de 2012 foi consolidado proporcionalmente.

Concluiremos no decorrer de 2013 a alocação final do diferencial entre o valor pago pela FAI e a participação em seus ativos líquidos ao valor justo.

c) Redecard

Em 24 de setembro de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. concluiu o leilão de oferta pública de aquisição de ações (OPA) para fins de cancelamento do registro de companhia aberta da Redecard, nos termos do edital da OPA publicado em 23 de agosto de 2012.

Como resultado do leilão, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. adquiriu, por meio de sua subsidiária não financeira Banestado Participações, Administração e Serviços Ltda., 298.989.237 ações ordinárias de emissão da Redecard, representativas de 44,4% do capital social, passando a deter 635.474.593 ações ordinárias, representativas de 94,4% de seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 35,00, totalizando o valor de R\$ 10.469.

Com o intuito de concluir a compra da participação minoritária remanescente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adquiriu por meio de sua subsidiária Banestado Participações, Administração e Serviços Ltda., 36.423.856 ações ordinárias (24.207.582 ações em outubro de 2012; 9.893.659 ações em novembro de 2012; e 2.322.615 ações em dezembro de 2012) pelo valor ofertado na OPA de 24 de setembro de 2012 de R\$ 35,00 acrescido da variação da SELIC do período, resgatou 999.884 ações ordinárias e cancelou 72.372 ações em tesouraria, aumentando a sua participação no capital social de 94,4% para 100,0%, totalizando o valor de R\$ 1.283 (incluindo taxas e corretagens).

No dia 18 de outubro de 2012, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) cancelou o registro da Redecard como companhia aberta.

As alterações no patrimônio líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A., em virtude da compra de ações de não controladores da Redecard, são demonstradas abaixo:

	2012
Efeito da alteração de participação	(11.151)
Reconhecimento da receita de imposto de renda diferido por diferenças temporárias ^(*)	3.791
Diminuição do patrimônio líquido pela compra de ações da Redecard	(7.360)

() Para as controladas não financeiras a alíquota do Imposto de Renda e da Contribuição Social é de 34,00%.*

d) Associação com o Banco BMG S.A.

Em 09 de Julho de 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou o Contrato de Associação com o Banco BMG S.A. ("BMG"), visando à oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados através da constituição de instituição financeira, o Banco Itaú BMG Consignado S.A. ("Itaú BMG Consignado"). Após a obtenção da aprovação prévia necessária para início das operações, emitida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 17 de Outubro de 2012, os documentos finais foram assinados em 13 de Dezembro de 2012 e o Banco BMG passou a ser acionista do Itaú BMG Consignado em 07 de Janeiro de 2013. A conclusão da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 18 de Abril de 2013.

e) Credicard

Em 14 de maio de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou um contrato de compra e venda de ações e quotas com Banco Citibank, para aquisição do Banco Citicard S.A. e da Citifinancial Promotora de Negócios e Cobranças Ltda., pelo valor de R\$ 2.767 milhões, incluindo a marca "Credicard".

O Banco Citicard e a Citifinancial são entidades responsáveis pela oferta e distribuição de produtos e serviços financeiros da marca "Credicard", principalmente empréstimos pessoais e cartões de crédito, com uma carteira de crédito (valor bruto) no valor de R\$ 7,3 bilhões (data-base 31 de dezembro de 2012) e com uma base de 4,8 milhões de cartões de crédito.

A conclusão da operação e o efetivo pagamento dependerão da aprovação dos órgãos reguladores competentes e não resultará em impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

f) Cencosud S.A.

Em 17 de junho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assinou um Memorando de Entendimentos com a Cencosud S.A. ("Cencosud"), rede de varejo chilena, por meio do qual foi selada uma aliança estratégica por 15 anos, a ser implementada por meio de uma associação.

O objetivo da associação será o de oferecer produtos e serviços financeiros ao consumidor ligados ao negócio de varejo da Cencosud no Chile e na Argentina, em particular serviços e produtos relacionados à emissão e operação de cartões de crédito ("Transação"). As atividades da associação serão desempenhadas por sociedades com esse propósito específico no Chile e na Argentina, cujos capitais sociais serão detidos 51,0% pelo Itaú Unibanco e 49,0% pela Cencosud. Atualmente, as carteiras de crédito da Cencosud no Chile e na Argentina relacionadas à atividade de crédito ao consumo somam aproximadamente US\$ 1,3 bilhão.

Em virtude da Transação, o Itaú Unibanco pagará à Cencosud o valor aproximado de US\$ 307 milhões, sendo que se estima que a Transação não acarretará efeitos contábeis relevantes nos resultados do Itaú Unibanco, que consolidará a associação em suas demonstrações financeiras.

A implementação da Transação está sujeita à satisfação de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

g) BMG Seguradora S.A.

Em 25 de Junho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio do Banco Itaú BMG Consignado S.A. ("JV"), sociedade indiretamente controlada pelo Itaú Unibanco, celebrou contrato de compra e venda de ações com controladores do Banco BMG S.A. ("Vendedores"), por meio do qual se comprometeu a adquirir, por meio de uma das controladas da JV, 99,996% das ações de emissão da BMG Seguradora S.A..

Uma vez satisfeitas determinadas condições suspensivas, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes, a JV, por meio de uma de suas controladas, adquirirá referidas ações e pagará aos Vendedores o valor aproximado de R\$ 85 milhões. A BMG Seguradora gerou R\$ 62,6 milhões em volume de prêmios retidos durante o ano de 2012 e, durante os meses de janeiro a maio de 2013, um volume de prêmios retidos de R\$ 42,4 milhões, 77% acima do volume gerado em igual período de 2012.

A BMG Seguradora celebrará acordos de exclusividade com o Banco BMG S.A. e com a JV para a distribuição de produtos securitários a serem atrelados aos produtos comercializados por esses bancos.

Estima-se que referida aquisição não acarrete efeitos contábeis relevantes nos resultados do Itaú Unibanco, que consolidará a operação em suas demonstrações financeiras.

h) Citibank N.A. Uruguay Branch

Em 28 de Junho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Uruguay S.A. ("BIU") firmou contrato definitivo com o Citibank N.A. Uruguay Branch ("Citi"), por meio do qual foram estabelecidas as regras para aquisição pelo BIU da operação de varejo conduzida pelo Citi no Uruguai.

Como resultado da operação, o BIU assumirá uma carteira de mais de 15.000 clientes no Uruguai relacionados à operação de varejo (conta corrente, poupança e depósitos a prazo). Os ativos adquiridos envolvem principalmente as operações de cartão de crédito que o Citi desenvolve no Uruguai sob as bandeiras Visa, Mastercard e Diners, as quais representavam, em 2012, pouco mais de 6% do market share uruguaio.

O valor envolvido na operação em questão não é significativo para o Itaú Unibanco e, portanto, não acarretará efeitos contábeis relevantes em seus resultados.

A concretização da operação está sujeita à satisfação de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

i) Parceria com a Fiat

Em 20 de agosto de 2013 o ITAU UNIBANCO HOLDING informou que renovou por mais 10 anos, por meio de sua controlada Itaú Unibanco S.A., o acordo de cooperação comercial que mantém com Fiat Group Automobiles S.p.A. e Fiat Automóveis S.A. ("Fiat"). Esse acordo prevê (i) a exclusividade para a oferta de financiamento em campanhas promocionais da montadora Fiat para venda de automóveis zero quilômetro; e (ii) o uso exclusivo da marca Fiat em atividades relacionadas ao financiamento de veículos.

Não se espera que a operação acarrete efeitos relevantes nos resultados do ITAU UNIBANCO HOLDING.

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens:

	30/09/2013	31/12/2012
Disponibilidades	14.466	13.967
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.407	14.347
Aplicações no Mercado Aberto	47.387	17.476
Total	74.260	45.790

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes a caixa são de R\$ 8.174 (R\$ 9.479 em 31/12/2012) e R\$ 130.540 (R\$ 145.261 em 31/12/2012), respectivamente.

Nota 5 - Depósitos Compulsórios no Banco Central

	30/09/2013	31/12/2012
Não Remunerados	4.338	6.448
Remunerados	62.663	57.253
Total	67.001	63.701

Nota 6 - Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto

	30/09/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	19.772	809	20.581	23.430	396	23.826
Aplicações no Mercado Aberto (*)	177.927	-	177.927	162.558	179	162.737
Total	197.699	809	198.508	185.988	575	186.563

(*) O montante de R\$ 3.917 (R\$ 9.106 em 31/12/2012) está dado em garantia de operações na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e BACEN e R\$ 114.640 (R\$ 116.922 em 31/12/2012) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na nota 2.4f.

Nota 7 - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	30/09/2013				31/12/2012			
	Custo / Custo Amortizado	Resultados não Realizados		Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Resultados não Realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas			Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	1.242	32	(7)	1.267	1.422	47	(1)	1.468
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	101.857	18	(840)	101.035	110.999	212	(5)	111.206
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	1.954	27	(16)	1.965	1.250	39	(3)	1.286
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	1.118	20	(20)	1.118	860	16	(4)	872
Argentina	97	10	(12)	95	105	5	(4)	106
Estados Unidos	326	8	-	334	335	10	-	345
México	263	1	(6)	258	224	1	-	225
Chile	18	-	-	18	108	-	-	108
Uruguai	49	-	(1)	48	33	-	-	33
Colômbia	294	1	-	295	34	-	-	34
Bélgica	68	-	(1)	67	-	-	-	-
Peru	3	-	-	3	21	-	-	21
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	34.299	150	(149)	34.300	30.613	185	(114)	30.684
Ações Negociáveis	2.862	124	(117)	2.869	2.777	137	(99)	2.815
Certificado de Recebíveis Imobiliários	20	-	-	20	21	-	-	21
Certificado de Depósito Bancário	2.946	-	-	2.946	2.933	-	-	2.933
Debêntures	5.522	9	(3)	5.528	4.629	8	(1)	4.636
Euro Bonds e Assemelhados	1.417	17	(29)	1.405	1.587	39	(14)	1.612
Letras Financeiras	21.234	-	-	21.234	18.440	1	-	18.441
Notas Promissórias	21	-	-	21	20	-	-	20
Outros	277	-	-	277	206	-	-	206
Total	140.470	247	(1.032)	139.685	145.144	499	(127)	145.516

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 30/09/2013 eram: a) R\$ 16.788 (R\$ 1.881 em 31/12/2012), b) R\$ 366, c) R\$ 116 e d) R\$ 401 (R\$ 467 em 31/12/2012), totalizando R\$ 17.671 (R\$ 2.348 em 31/12/2012).

O custo / custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	30/09/2013		31/12/2012	
	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo
Circulante	42.857	42.862	32.225	32.334
Sem vencimento	4.104	4.138	4.199	4.284
Até um ano	38.753	38.724	28.026	28.050
Não Circulante	97.613	96.823	112.919	113.182
De um a cinco anos	79.692	79.120	85.418	85.581
De cinco a dez anos	10.025	9.909	17.878	17.934
Após dez anos	7.896	7.794	9.623	9.667
Total	140.470	139.685	145.144	145.516

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 79.779 (R\$ 75.146 em 31/12/2012). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBL e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	30/09/2013			
	Custo / Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	321	12	(1)	332

	31/12/2012			
	Custo / Custo Amortizado	Resultados não Realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	217	3	-	220

O custo ou custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	30/09/2013		31/12/2012	
	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo
Não Circulante - após dez anos	321	332	217	220

Nota 8 – Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 5.392 (R\$ 4.895 em 31/12/2012) e estava basicamente composto por títulos públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação		Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial				
	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2013
Contratos de Futuros	355.345	226	34	260	
Compromissos de Compra	99.847	(336)	83	(253)	
Moeda Estrangeira	8.762	(87)	84	(3)	
Mercado Interfinanceiro	63.906	(28)	(1)	(29)	
Índices	20.143	(221)	-	(221)	
Títulos	6.818	-	-	-	
<i>Commodities</i>	214	-	-	-	
Outros	4	-	-	-	
Compromissos de Venda	255.498	562	(49)	513	
Moeda Estrangeira	77.506	112	(48)	64	
Mercado Interfinanceiro	142.197	43	2	45	
Prefixados	80	-	(1)	(1)	
Índices	28.880	407	(2)	405	
Títulos	6.797	-	-	-	
<i>Commodities</i>	38	-	-	-	
Contratos de Swaps		(1.000)	342	(658)	
Posição Ativa	162.590	2.245	1.776	4.021	
Moeda Estrangeira	11.138	807	217	1.024	
Mercado Interfinanceiro	55.011	186	575	761	
Prefixados	54.197	392	639	1.031	
Pós-Fixados	2.024	46	36	82	
Índices	39.960	814	306	1.120	
Títulos	256	-	1	1	
<i>Commodities</i>	3	-	-	-	
Outros	1	-	2	2	
Posição Passiva	163.590	(3.245)	(1.434)	(4.679)	
Moeda Estrangeira	18.768	(1.123)	(113)	(1.236)	
Mercado Interfinanceiro	46.740	9	(499)	(490)	
Prefixados	50.416	(635)	(511)	(1.146)	
Pós-Fixados	3.979	(55)	(76)	(131)	
Índices	43.385	(1.330)	(262)	(1.592)	
Títulos	136	(95)	21	(74)	
<i>Commodities</i>	15	-	-	-	
Outros	151	(16)	6	(10)	
Contratos de Opções	994.970	214	(145)	69	
De Compra - Posição Comprada	153.656	1.185	(106)	1.079	
Moeda Estrangeira	24.124	837	(206)	631	
Mercado Interfinanceiro	17.986	40	45	85	
Pós-Fixados	91	1	(1)	-	
Índices	109.269	238	5	243	
Títulos	968	53	47	100	
<i>Commodities</i>	1.149	16	1	17	
Outros	69	-	3	3	
De Venda - Posição Comprada	367.194	706	(86)	620	
Moeda Estrangeira	15.453	247	57	304	
Mercado Interfinanceiro	20.239	27	(17)	10	
Pós-Fixados	588	1	(1)	-	
Índices	326.805	260	(181)	79	
Títulos	3.673	161	51	212	
<i>Commodities</i>	380	8	2	10	
Outros	56	2	3	5	
De Compra - Posição Vendida	110.744	(1.076)	(49)	(1.125)	
Moeda Estrangeira	20.955	(884)	193	(691)	
Mercado Interfinanceiro	6.211	(22)	(39)	(61)	
Índices	82.657	(153)	(173)	(326)	
Títulos	718	(11)	(27)	(38)	
<i>Commodities</i>	134	(6)	-	(6)	
Outros	69	-	(3)	(3)	
De Venda - Posição Vendida	363.376	(601)	96	(505)	
Moeda Estrangeira	11.465	(207)	39	(168)	
Mercado Interfinanceiro	40.504	(76)	53	(23)	
Índices	309.211	(173)	59	(114)	
Títulos	1.809	(135)	(49)	(184)	
<i>Commodities</i>	334	(8)	(3)	(11)	
Outros	53	(2)	(3)	(5)	

	Conta de			
	Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial			
	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2013
Contratos a Termo	43.169	1.454	46	1.500
Compras a Receber	9.121	1.093	58	1.151
Moeda Estrangeira	8.348	365	58	423
Prefixados	271	271	-	271
Pós-Fixados	455	455	-	455
Commodities	47	2	-	2
Obrigações por Compra a Pagar	5.539	(930)	3	(927)
Moeda Estrangeira	5.459	(198)	3	(195)
Prefixados	-	(271)	-	(271)
Pós-Fixados	-	(455)	-	(455)
Commodities	80	(6)	-	(6)
Vendas a Receber	11.620	2.247	7	2.254
Moeda Estrangeira	6.762	328	9	337
Mercado Interfinanceiro	2.950	1	-	1
Prefixados	386	457	(1)	456
Pós-Fixados	322	322	-	322
Títulos	1.155	1.131	-	1.131
Commodities	45	8	(1)	7
Obrigações por Venda a Entregar	16.889	(956)	(22)	(978)
Moeda Estrangeira	5.835	(297)	(22)	(319)
Mercado Interfinanceiro	11.049	-	(3)	(3)
Prefixados	-	(334)	-	(334)
Pós-Fixados	-	(322)	-	(322)
Commodities	5	(3)	3	-
Derivativos de Crédito	15.714	101	8	109
Posição Ativa	8.041	338	38	376
Prefixados	7.375	338	29	367
Títulos	479	-	6	6
Outros	187	-	3	3
Posição Passiva	7.673	(237)	(30)	(267)
Prefixados	6.418	(237)	13	(224)
Títulos	1.242	-	(43)	(43)
Outros	13	-	-	-
Forwards	40.591	104	47	151
Posição Ativa	21.436	361	38	399
Moeda Estrangeira	21.255	356	38	394
Mercado Interfinanceiro	16	-	-	-
Índices	161	5	-	5
Títulos	4	-	-	-
Posição Passiva	19.155	(257)	9	(248)
Moeda Estrangeira	19.150	(257)	9	(248)
Índices	5	-	-	-
Swap com Verificação	1.599	(69)	(38)	(107)
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	765	-	-	-
Posição Passiva	834	(69)	(38)	(107)
Moeda Estrangeira	768	(69)	(37)	(106)
Mercado Interfinanceiro	66	-	(1)	(1)
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	843	-	71	71
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	7.069	218	43	261
Posição Ativa	5.971	537	68	605
Moeda Estrangeira	608	29	6	35
Prefixados	1.464	390	21	411
Títulos	3.864	118	40	158
Outros	35	-	1	1
Posição Passiva	1.098	(319)	(25)	(344)
Moeda Estrangeira	405	(7)	(17)	(24)
Prefixados	-	(312)	(1)	(313)
Títulos	528	-	(5)	(5)
Outros	165	-	(2)	(2)
Ativo	8.938	1.898	10.836	
Passivo	(7.690)	(1.490)	(9.180)	
Total	1.248	408	1.656	

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	30/09/2013
Contrato de Futuros	47.078	132.049	53.106	123.112	355.345
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	4.462	22.064	23.648	110.171	160.345
Contratos de Opções	71.338	877.087	31.544	15.001	994.970
Contratos a Termo	10.187	22.921	5.867	4.194	43.169
Derivativos de Crédito	244	1.346	546	13.578	15.714
Forwards	12.781	18.488	7.230	2.092	40.591
Swaps com Verificação	-	14	-	751	765
Verificação de Swap	-	18	-	825	843
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	9	574	1.638	4.848	7.069

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012
Contratos de Futuros	537.449	46	(69)	(23)
Compromissos de Compra	349.872	47	-	47
Moeda Estrangeira	15.013	29	-	29
Mercado Interfinanceiro	289.816	11	-	11
Índices	38.012	6	-	6
Títulos	6.731	-	-	-
Commodities	294	1	-	1
Outros	6	-	-	-
Compromissos de Venda	187.577	(1)	(69)	(70)
Moeda Estrangeira	58.848	2	(68)	(66)
Mercado Interfinanceiro	107.854	(5)	-	(5)
Índices	13.429	2	(1)	1
Títulos	7.196	-	-	-
Commodities	250	-	-	-
Contratos de Swaps		(906)	(476)	(1.382)
Posição Ativa	130.949	2.131	1.555	3.686
Moeda Estrangeira	12.851	518	140	658
Mercado Interfinanceiro	44.778	366	(7)	359
Prefixados	35.527	444	379	823
Pós-Fixados	4.742	13	4	17
Índices	32.492	741	1.011	1.752
Títulos	559	49	25	74
Outros	-	-	3	3
Posição Passiva	131.855	(3.037)	(2.031)	(5.068)
Moeda Estrangeira	14.899	(860)	(227)	(1.087)
Mercado Interfinanceiro	28.081	(89)	24	(65)
Prefixados	45.070	(735)	(444)	(1.179)
Pós-Fixados	6.652	(54)	(4)	(58)
Índices	36.526	(1.184)	(1.410)	(2.594)
Títulos	569	(115)	30	(85)
Commodities	28	-	-	-
Outros	30	-	-	-
Contratos de Opções	2.027.095	(168)	(207)	(375)
De Compra - Posição Comprada	525.476	428	(202)	226
Moeda Estrangeira	15.634	227	(109)	118
Mercado Interfinanceiro	80.332	57	(55)	2
Pós-Fixados	174	1	(1)	-
Índices	428.463	125	(46)	79
Títulos	632	7	13	20
Commodities	200	11	(4)	7
Outros	41	-	-	-
De Venda - Posição Comprada	578.535	1.058	622	1.680
Moeda Estrangeira	12.098	130	(16)	114
Mercado Interfinanceiro	20.343	125	100	225
Pós-Fixados	923	1	-	1
Índices	541.676	614	478	1.092
Títulos	3.054	165	37	202
Commodities	109	11	(3)	8
Outros	332	12	26	38
De Compra - Posição Vendida	296.683	(473)	263	(210)
Moeda Estrangeira	11.990	(212)	91	(121)
Mercado Interfinanceiro	45.296	(47)	46	(1)
Índices	238.695	(195)	139	(56)
Títulos	592	(7)	(17)	(24)
Commodities	84	(12)	5	(7)
Outros	26	-	(1)	(1)
De Venda - Posição Vendida	626.401	(1.181)	(890)	(2.071)
Moeda Estrangeira	9.379	(178)	6	(172)
Mercado Interfinanceiro	117.429	(143)	(322)	(465)
Índices	497.633	(668)	(513)	(1.181)
Títulos	1.455	(168)	(38)	(206)
Commodities	173	(12)	3	(9)
Outros	332	(12)	(26)	(38)

	Conta de			
	Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012
Contratos a Termo	23.641	1.227	10	1.237
Compras a Receber	4.103	1.170	(3)	1.167
Moeda Estrangeira	3.116	185	(3)	182
Prefixados	727	727	-	727
Pós-Fixados	258	258	-	258
Commodities	2	-	-	-
Obrigações por Compra a Pagar	5.894	(1.077)	13	(1.064)
Moeda Estrangeira	5.759	(82)	13	(69)
Prefixados	-	(727)	-	(727)
Pós-Fixados	-	(258)	-	(258)
Commodities	135	(10)	-	(10)
Vendas a Receber	12.054	2.368	(5)	2.363
Moeda Estrangeira	6.788	107	(3)	104
Mercado Interfinanceiro	2.908	7	-	7
Prefixados	868	891	(1)	890
Pós-Fixados	395	396	(1)	395
Índices	5	5	-	5
Títulos	961	951	(2)	949
Commodities	129	11	2	13
Obrigações por Venda a Entregar	1.590	(1.234)	5	(1.229)
Moeda Estrangeira	1.558	(58)	4	(54)
Prefixados	-	(779)	-	(779)
Pós-Fixados	-	(396)	1	(395)
Commodities	32	(1)	-	(1)
Derivativos de Crédito	6.198	630	8	638
Posição Ativa	3.150	734	(6)	728
Prefixados	2.307	734	(12)	722
Títulos	650	-	5	5
Outros	193	-	1	1
Posição Passiva	3.048	(104)	14	(90)
Prefixados	2.810	(104)	20	(84)
Títulos	232	-	(6)	(6)
Outros	6	-	-	-
Forwards	39.875	(47)	80	33
Posição Ativa	18.969	315	64	379
Moeda Estrangeira	18.522	305	64	369
Pós-Fixados	410	8	-	8
Índices	25	2	-	2
Títulos	12	-	-	-
Posição Passiva	20.906	(362)	16	(346)
Moeda Estrangeira	20.890	(362)	16	(346)
Mercado Interfinanceiro	14	-	-	-
Índices	2	-	-	-
Swap com Verificação	1.087	(1)	(41)	(42)
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	543	-	-	-
Posição Passiva	544	(1)	(41)	(42)
Moeda Estrangeira	479	(1)	(40)	(41)
Mercado Interfinanceiro	65	-	(1)	(1)
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	547	-	35	35
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	6.677	276	131	407
Posição Ativa	5.493	1.291	42	1.333
Moeda Estrangeira	485	104	5	109
Prefixados	1.633	776	40	816
Pós-Fixados	285	262	-	262
Títulos	2.994	149	(4)	145
Outros	96	-	1	1
Posição Passiva	1.184	(1.015)	89	(926)
Moeda Estrangeira	179	(92)	94	2
Prefixados	-	(637)	2	(635)
Pós-Fixados	-	(286)	(1)	(287)
Títulos	819	-	(5)	(5)
Outros	186	-	(1)	(1)
Ativo	9.495	2.102	11.597	11.597
Passivo	(8.438)	(2.631)	(11.069)	(11.069)
Total	1.057	(529)	528	528

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2012
Contrato de Futuros	107.856	116.709	147.543	165.341	537.449
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	14.159	29.218	21.019	64.422	128.818
Contratos de Opções	1.000.052	97.773	420.582	508.688	2.027.095
Contratos a Termo	7.057	9.140	3.512	3.932	23.641
Derivativos de Crédito	224	1.806	154	4.014	6.198
Forwards	11.037	22.537	4.186	2.115	39.875
Swaps com Verificação	-	-	-	543	543
Verificação de Swap	-	-	-	547	547
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	132	1.498	710	4.337	6.677

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	30/09/2013							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contrato de Futuros - BM&F Bovespa	260	2,4	101	79	14	31	-	35
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	4.021	37,1	94	304	588	304	839	1.892
BM&FBOVESPA	367	3,4	2	5	47	75	44	194
Instituições Financeiras	611	5,6	66	14	97	14	160	260
Empresas	2.765	25,5	25	279	439	204	449	1.369
Pessoas Físicas	278	2,6	1	6	5	11	186	69
Contratos de Opções	1.699	15,7	230	293	424	491	157	104
BM&FBOVESPA	1.024	9,4	129	192	319	291	93	-
Instituições Financeiras	472	4,4	95	87	65	138	64	23
Empresas	203	1,9	6	14	40	62	-	81
Contratos a Termo	3.405	31,4	1.835	759	333	275	108	95
BM&FBOVESPA	1.183	10,9	314	602	151	116	-	-
Instituições Financeiras	1.691	15,6	1.395	24	114	63	57	38
Empresas	529	4,9	126	133	67	96	50	57
Pessoas Físicas	2	0,0	-	-	1	-	1	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	376	3,5	-	366	-	1	2	7
Forwards	399	3,6	76	86	92	104	27	14
Instituições Financeiras	210	1,9	47	39	57	64	2	1
Empresas	177	1,6	28	41	34	36	25	13
Pessoas Físicas	12	0,1	1	6	1	4	-	-
Verificação de Swap - Empresas	71	0,7	-	-	-	-	4	67
Outros	605	5,6	-	2	-	301	66	236
Instituições Financeiras	544	5,0	-	2	-	298	37	207
Empresas	61	0,6	-	-	-	3	29	29
Total (*)	10.836	100,0	2.336	1.889	1.451	1.507	1.203	2.450
% por prazo de vencimento			21,6	17,4	13,4	13,9	11,1	22,6

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 7.183 referem-se ao circulante e R\$ 3.653 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2012							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	3.686	31,7	275	215	171	519	568	1.938
BM&FBOVESPA	471	4,1	5	10	13	17	145	281
Instituições Financeiras	420	3,6	86	137	19	27	32	119
Empresas	2.746	23,6	180	68	136	463	389	1.510
Pessoas Físicas	49	0,4	4	-	3	12	2	28
Contratos de Opções	1.906	16,4	936	176	83	295	358	58
BM&FBOVESPA	1.396	12,0	853	31	14	220	278	-
Instituições Financeiras	118	1,0	26	32	20	17	16	7
Empresas	392	3,4	57	113	49	58	64	51
Contratos a Termo	3.530	30,5	547	652	677	427	718	509
BM&FBOVESPA	961	8,3	285	502	149	25	-	-
Instituições Financeiras	172	1,5	171	1	-	-	-	-
Empresas	2.396	20,7	91	149	528	402	718	508
Pessoas Físicas	1	0,0	-	-	-	-	-	1
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	728	6,3	119	564	1	1	2	41
Forwards	379	3,3	66	86	56	58	49	64
Instituições Financeiras	126	1,1	38	45	26	14	2	1
Empresas	253	2,2	28	41	30	44	47	63
Verificação de Swap - Empresas	35	0,3	-	-	-	-	1	34
Outros	1.333	11,5	-	900	-	90	60	283
Instituições Financeiras	786	6,8	-	576	-	71	6	133
Empresas	547	4,7	-	324	-	19	54	150
Total (*)	11.597	100,0	1.943	2.593	988	1.390	1.756	2.927
% por prazo de vencimento			16,8	22,4	8,5	12,0	15,1	25,2

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 6.914 referem-se ao circulante e R\$ 4.683 ao não circulante.

30/09/2013

	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(4.679)	50,9	(57)	(194)	(374)	(662)	(918)	(2.474)
BM&FBOVESPA	(535)	5,8	(12)	(1)	(81)	(63)	(163)	(215)
Instituições Financeiras	(674)	7,3	(20)	(14)	(20)	(39)	(185)	(396)
Empresas	(3.002)	32,7	(24)	(173)	(272)	(559)	(444)	(1.530)
Pessoas Físicas	(468)	5,1	(1)	(6)	(1)	(1)	(126)	(333)
Contratos de Opções	(1.630)	17,7	(135)	(230)	(452)	(485)	(216)	(112)
BM&FBOVESPA	(948)	10,3	(84)	(153)	(345)	(305)	(61)	-
Instituições Financeiras	(555)	6,0	(49)	(71)	(90)	(140)	(116)	(89)
Empresas	(127)	1,4	(2)	(6)	(17)	(40)	(39)	(23)
Contratos a Termo	(1.905)	20,8	(1.449)	(92)	(127)	(111)	(84)	(42)
BM&FBOVESPA	(2)	0,0	(1)	-	(1)	-	-	-
Instituições Financeiras	(1.566)	17,1	(1.405)	(29)	(52)	(56)	(24)	-
Empresas	(337)	3,7	(43)	(63)	(74)	(55)	(60)	(42)
Derivativos de Crédito	(267)	2,9	-	(123)	(7)	(2)	(31)	(104)
Instituições Financeiras	(261)	2,8	-	(123)	(7)	(2)	(31)	(98)
Empresas	(6)	0,1	-	-	-	-	-	(6)
Forwards	(248)	2,7	(85)	(48)	(48)	(31)	(20)	(16)
Instituições Financeiras	(144)	1,6	(72)	(33)	(28)	(10)	(1)	-
Empresas	(104)	1,1	(13)	(15)	(20)	(21)	(19)	(16)
Swaps com Verificação - Empresas	(107)	1,2	-	-	-	-	(9)	(98)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(344)	3,8	-	(1)	-	(313)	(9)	(21)
Instituições Financeiras	(319)	3,5	-	-	-	(312)	(6)	(1)
Empresas	(25)	0,3	-	(1)	-	(1)	(3)	(20)
Total (*)	(9.180)	100,0	(1.726)	(688)	(1.008)	(1.604)	(1.287)	(2.867)
% por prazo de vencimento			18,8	7,5	11,0	17,5	14,0	31,2

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (5.026) referem-se ao circulante e R\$ (4.154) ao não circulante.

	31/12/2012							
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contrato de Futuros - BM&FBOVESPA	(23)	0,2	-	-	-	(8)	(6)	(9)
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(5.068)	45,8	(351)	(186)	(536)	(404)	(902)	(2.689)
BM&FBOVESPA	(819)	7,4	(3)	(10)	(169)	(13)	(170)	(454)
Instituições Financeiras	(1.111)	10,0	(238)	(78)	(66)	(184)	(100)	(445)
Empresas	(2.882)	26,1	(102)	(87)	(294)	(195)	(623)	(1.581)
Pessoas Físicas	(256)	2,3	(8)	(11)	(7)	(12)	(9)	(209)
Contratos de Opções	(2.281)	20,5	(1.145)	(152)	(145)	(275)	(508)	(56)
BM&FBOVESPA	(1.720)	15,5	(1.104)	(34)	(31)	(131)	(420)	-
Instituições Financeiras	(335)	3,0	(24)	(91)	(54)	(52)	(64)	(50)
Empresas	(226)	2,0	(17)	(27)	(60)	(92)	(24)	(6)
Contratos a Termo	(2.293)	20,7	(152)	(50)	(492)	(381)	(710)	(508)
Instituições Financeiras	(138)	1,2	(131)	-	(1)	(1)	(5)	-
Empresas	(2.155)	19,5	(21)	(50)	(491)	(380)	(705)	(508)
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	(90)	0,8	(4)	(1)	-	-	(7)	(78)
Forwards	(346)	3,2	(72)	(153)	(40)	(58)	(18)	(5)
Instituições Financeiras	(185)	1,7	(48)	(77)	(26)	(33)	(1)	-
Empresas	(161)	1,5	(24)	(76)	(14)	(25)	(17)	(5)
Swaps com Verificação - Empresas	(42)	0,4	-	-	-	-	(1)	(41)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(926)	8,4	-	(826)	(1)	(85)	(2)	(12)
Instituições Financeiras	(606)	5,5	-	(512)	-	(84)	-	(10)
Empresas	(320)	2,9	-	(314)	(1)	(1)	(2)	(2)
Total (*)	(11.069)	100,0	(1.724)	(1.368)	(1.214)	(1.211)	(2.154)	(3.398)
% por prazo de vencimento			15,6	12,4	11,0	10,9	19,5	30,6

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (5.517) referem-se ao circulante e R\$ (5.552) ao não circulante.

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps* e *total return swaps*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

30/09/2013						
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	8.280	690	2.500	4.473	617	(243)
TRS	1.403	1.392	11	-	-	(11)
Total por Instrumento	9.683	2.082	2.511	4.473	617	(254)
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	9.683	2.082	2.511	4.473	617	(254)
Total por Risco	9.683	2.082	2.511	4.473	617	(254)
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	9.683	2.082	2.511	4.473	617	(254)
Total por Entidade	9.683	2.082	2.511	4.473	617	(254)

31/12/2012						
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	3.847	858	1.983	1.006	-	(72)
TRS	1.285	1.275	10	-	-	672
Total por Instrumento	5.132	2.133	1.993	1.006	-	600
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	5.132	2.133	1.993	1.006	-	600
Total por Risco	5.132	2.133	1.993	1.006	-	600
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	5.132	2.133	1.993	1.006	-	600
Total por Entidade	5.132	2.133	1.993	1.006	-	600

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor notional pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

30/09/2013			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(8.280)	6.031	(2.249)
TRS	(1.403)	-	(1.403)
Total	(9.683)	6.031	(3.652)

31/12/2012			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(3.847)	1.066	(2.781)
TRS	(1.285)	-	(1.285)
Total	(5.132)	1.066	(4.066)

b) Acordos master de compensação executáveis

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros sujeitos a acordos de compensação master e a forma como esses ativos e passivos financeiros estão apresentados nas demonstrações contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estes quadros também refletem os valores das garantias concedidas ou recebidas em relação aos ativos e passivos financeiros sujeitos aos mencionados acordos e que não foram apresentados em base líquida, de acordo com o IAS 32.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos de compensação master executáveis e a acordos similares:

30/09/2013						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial		Total
				Instrumentos Financeiros	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	407	-	407	-	(11)	396
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.917	750	2.167	-	(373)	1.794

31/12/2012						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial		Total
				Instrumentos Financeiros	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	200	-	200	-	(6)	194
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.223	-	1.223	-	(464)	759

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos de compensação master executáveis e a acordos similares:

30/09/2013						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial		Total
				Instrumentos Financeiros	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	9.586	-	9.586	-	(91)	9.495
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.903	-	1.903	-	(157)	1.746

31/12/2012						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial		Total
				Instrumentos Financeiros	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	8.654	-	8.654	-	(104)	8.550
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.076	-	1.076	-	(157)	919

Nota 9 – Hedge Contábil

O *hedge* contábil varia de acordo com a natureza do objeto de *hedge* e da transação. Os derivativos podem ser qualificados como instrumento de *hedge*, para fins contábeis, se são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de futuros DI, negociados na BM&FBOVESPA, relativos a certos passivos pós fixados, denominados em Reais, e *swaps* de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominadas em Dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No *swap* de taxa de juros, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela *LIBOR* e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na *LIBOR*;
- *Hedge* de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2008, 2009 e 2010, e os vencimentos dos derivativos relacionados ocorrerão entre 2013 e 2018. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração de resultado são:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos / recebidos diariamente;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos / recebidos semestralmente;
- *Hedge* de CDB subordinado: juros pagos / recebidos no final da operação.

Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA, Ativos Financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e Real. Nos contratos de *forward* ou contratos de NDF e Ativos Financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a moeda funcional e o Dólar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em Real (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e o Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de *hedge*, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de *hedge*.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2011, mas o vencimento dos instrumentos de *hedge* ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

Hedge de valor justo

A estratégia de *hedge* de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consiste em *hedge* de exposição à variação no valor justo, em recebimentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativos a ativos reconhecidos.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de swaps de taxa de juros, relativos a ativos pré-fixados denominados em unidade de fomento e denominados em euros, emitidos por subsidiárias no Chile e Londres, respectivamente.

Nos contratos de swaps de taxa de juros, o recebimento (pagamento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela taxa variável e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de valor justo como segue:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento de juros resultante das variações no valor justo das taxas variáveis envolvidas.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota os métodos percentagem *approach* e o *dollar offset*.

- O método percentagem *approach* é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de *hedge*) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de *hedge*.
- O *dollar offset method* é calculado pela diferença entre a variação do valor justo do instrumento de cobertura e a variação no valor justo do objeto coberto atribuído às alterações na taxa de juros.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2012 e 2013, e os vencimentos dos swaps relacionados ocorrerão entre 2016 e 2028. O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado é mensal.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas segregadas por *Hedge* de fluxo de Caixa, *Hedge* de Investimento no Exterior e *Hedge* de Valor Justo.

a) *Hedge* de Fluxo de Caixa

Instrumentos de <i>Hedge</i>	30/09/2013		31/12/2012	
	Parcela Efetiva	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva	Parcela Inefetiva
Futuros de Taxa de Juros	13	-	(316)	-
<i>Swap</i> de Taxa de Juros	13	-	(10)	-
Total	26	-	(326)	-

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Em 30/09/2013, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ (94) (R\$ (376) em 31/12/2012).

b) *Hedge* de Investimento Líquido no Exterior

Instrumentos de <i>Hedge</i>	30/09/2013		31/12/2012	
	Parcela Efetiva	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva	Parcela Inefetiva
Futuro DDI	(2.448)	31	(1.473)	66
<i>Forward</i>	46	15	67	(6)
NDF	560	3	207	4
Ativos Financeiros	(8)	-	-	-
Total	(1.850)	49	(1.199)	64

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Futuro DDI é um contrato de futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) e um vencimento posterior.

NDF (*Non Deliverable Forward*), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

c) *Hedge* de Valor Justo

Instrumentos de <i>Hedge</i>	30/09/2013		31/12/2012	
	Parcela Efetiva	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva	Parcela Inefetiva
<i>Swap</i> de Taxa de Juros	(8)	-	(4)	-
Total	(8)	-	(4)	-

As parcelas efetiva e inefetiva são reconhecidas na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos instrumentos de *hedge* e o valor contábil do objeto *hedge*:

Estratégias	30/09/2013			31/12/2012		
	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	42.972	13	42.972	50.057	1	50.193
<i>Hedge</i> de Ações Preferencias Resgatáveis	877	13	877	803	(20)	803
<i>Hedge</i> de CDB Subordinado	158	-	136	87	-	129
<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	11.512	179	6.907	8.593	30	5.156
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	1.554	(8)	1.554	470	4	470
Total	57.073	197	52.446	60.010	15	56.751

(*) Os instrumentos de *hedge* incluem a alíquota de *overhedge* de 40,00% referente a impostos.

A tabela abaixo apresenta a abertura por ano de vencimento das estratégias de *hedge*:

Prazo de Vencimento	Estratégias					Total
	<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	<i>Hedge</i> de Ações Preferencias Resgatáveis	<i>Hedge</i> de CDB Subordinado	<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior	<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	
2013	18.574	-	-	11.512	-	30.086
2014	15.664	-	158	-	-	15.822
2015	5.650	877	-	-	-	6.527
2016	537	-	-	-	241	778
2017	2.146	-	-	-	121	2.267
2018	401	-	-	-	151	552
2020	-	-	-	-	43	43
2022	-	-	-	-	202	202
2023	-	-	-	-	190	190
2025	-	-	-	-	46	46
2027	-	-	-	-	165	165
2028	-	-	-	-	395	395
Total	42.972	877	158	11.512	1.554	57.073

Nota 10 - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	30/09/2013				31/12/2012			
	Custo / Custo Amortizado	Resultados não Realizados		Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Resultados não Realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas			Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	220	6	-	226	250	5	-	255
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	17.848	76	(711)	17.213	24.706	847	(91)	25.462
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	18.769	54	(1.020)	17.803	17.217	868	(20)	18.065
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	8.127	2	(80)	8.049	7.174	6	(43)	7.137
Estados Unidos	477	-	(7)	470	375	-	-	375
Dinamarca	2.980	-	-	2.980	2.554	-	-	2.554
Coréia	2.455	-	-	2.455	1.662	-	-	1.662
Chile	920	2	-	922	1.538	2	(6)	1.534
Paraguai	597	-	(51)	546	528	-	(37)	491
Uruguai	401	-	(20)	381	292	2	-	294
Bélgica	118	-	-	118	70	1	-	71
França	84	-	-	84	56	1	-	57
Reino Unido	-	-	-	-	83	-	-	83
Holanda	58	-	-	58	-	-	-	-
Alemanha	31	-	(1)	30	-	-	-	-
Outros	6	-	(1)	5	16	-	-	16
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	41.602	1.085	(371)	42.316	38.228	1.862	(140)	39.950
Ações Negociáveis	2.606	494	(56)	3.044	3.350	553	(91)	3.812
Certificado de Recebíveis Imobiliários	8.899	60	(153)	8.806	7.916	681	(29)	8.568
Certificado de Depósito Bancário	1.698	-	(1)	1.697	391	-	-	391
Debêntures	14.038	396	(96)	14.338	13.656	316	(8)	13.964
Euro Bonds e Assemelhados	3.925	133	(29)	4.029	5.311	297	(12)	5.596
Notas Promissórias	1.172	-	(7)	1.165	777	-	-	777
Cédula de Produtor Rural	656	-	(19)	637	770	8	-	778
Letras Financeiras	7.992	-	(3)	7.989	5.720	-	-	5.720
Outros	616	2	(7)	611	337	7	-	344
Total	86.566	1.223	(2.182)	85.607	87.575	3.588	(294)	90.869

(1) Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 8.786 (R\$ 9.969 em 31/12/2012), b) R\$ 10.869 (R\$ 11.646 em 31/12/2012), c) R\$ 30 (R\$ 450 em 31/12/2012) e d) R\$ 2.183 (R\$ 3.864 em 31/12/2012), totalizando R\$ 21.868 (R\$ 25.929 em 31/12/2012).

O custo ou custo amortizado e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	30/09/2013		31/12/2012	
	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo
Circulante	24.615	24.975	25.963	26.515
Sem Vencimento	2.823	3.265	3.595	4.060
Até um ano	21.792	21.710	22.368	22.455
Não Circulante	61.951	60.632	61.612	64.354
De um a cinco anos	26.248	26.397	28.914	29.470
De cinco a dez anos	19.098	18.369	19.924	20.480
Após dez anos	16.605	15.866	12.774	14.404
Total	86.566	85.607	87.575	90.869

Nota 11 - Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	30/09/2013	31/12/2012
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	3.635	3.013
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1a)	-	118
Títulos Públicos - Outros Países	21	20
Títulos de Dívida de Empresas ^(1b)	53	51
Total	3.709	3.202

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) (R\$ 76 em 31/12/2012) e b) R\$ 48 (R\$ 44 em 31/12/2012), totalizando R\$ 48 (R\$ 120 em 31/12/2012).

O resultado com os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 319 (R\$ 379 de 01/01 a 30/09/2012).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento é divulgado na Nota 31.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	30/09/2013	31/12/2012
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	51	188
Até um ano	51	188
Não Circulante	3.658	3.014
De um a cinco anos	154	147
De cinco a dez anos	1.214	1.087
Após dez anos	2.290	1.780
Total	3.709	3.202

Nota 12 - Operação de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	30/09/2013	31/12/2012
Pessoas Físicas	156.171	150.879
Cartão de Crédito	43.078	40.531
Crédito Pessoal	47.213	40.655
Veículos	43.060	51.646
Crédito Imobiliário	22.820	18.047
Grandes Empresas	115.696	103.771
Micro/Pequenas e Médias Empresas	82.136	85.185
Unidades Externas América Latina	33.620	27.149
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	387.623	366.984
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(23.225)	(25.713)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	364.398	341.271

Por vencimento	30/09/2013	31/12/2012
Vencidas a partir de 1 dia	12.686	13.234
A vencer até 3 meses	102.782	101.273
A vencer de 3 a 12 meses	98.027	94.350
A vencer acima de um ano	174.128	158.127
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	387.623	366.984

Por Concentração	30/09/2013	31/12/2012
Principal Devedor	4.193	4.186
10 Maiores Devedores	18.866	18.429
20 Maiores Devedores	27.231	26.751
50 Maiores Devedores	45.100	41.798
100 Maiores Devedores	62.489	57.034

A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor do devedor está evidenciada na Nota 36 item 5.1 Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade.

O acréscimo do valor presente líquido das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da Receita de Juros e Rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 1.439 e R\$ 1.577 de receita de juros e rendimentos em 30/09/2013 e 30/09/2012, respectivamente, com igual impacto na Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2012	Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	Baixas 01/01 a 30/09/2013	Constituição / (Reversão) 01/01 a 30/09/2013	Saldo Final 30/09/2013
Pessoas Físicas	14.841	435	(10.477)	9.337	14.136
Cartão de Crédito	2.863	357	(2.742)	2.443	2.921
Crédito Pessoal	7.705	78	(5.280)	5.137	7.640
Veículos	4.227	-	(2.430)	1.720	3.517
Crédito Imobiliário	46	-	(25)	37	58
Grandes Empresas	1.365	-	(336)	808	1.837
Micros/Pequenas e Médias	9.091	-	(6.057)	3.715	6.749
Unidades Externas América Latina	416	-	(88)	175	503
Total	25.713	435	(16.958)	14.035	23.225

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2011	Baixas 01/01 a 31/12/2012	Constituição / (Reversão) 01/01 a 31/12/2012	Saldo Final 31/12/2012
Pessoas Físicas	13.679	(13.199)	14.361	14.841
Cartão de Crédito	3.825	(5.335)	4.373	2.863
Crédito Pessoal	5.393	(5.134)	7.446	7.705
Veículos	4.415	(2.696)	2.508	4.227
Crédito Imobiliário	46	(34)	34	46
Grandes Empresas	708	(314)	971	1.365
Micros/Pequenas e Médias	9.197	(8.407)	8.301	9.091
Unidades Externas América Latina	289	(222)	349	416
Total	23.873	(22.142)	23.982	25.713

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes:

	30/09/2013	31/12/2012
Setor Público	2	2
Indústria e Comércio	5.256	6.443
Serviços	3.163	3.742
Setor Primário	263	411
Outros Setores	13	16
Pessoa Física	14.528	15.099
Total	23.225	25.713

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (Nota 2.4g VIII).

Segue a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	30/09/2013						31/12/2012					
	Impaired		Not Impaired		Total		Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas (*)	1.787	1.256	113.909	581	115.696	1.837	1.467	845	102.304	520	103.771	1.365
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	10.643	6.574	145.528	7.562	156.171	14.136	11.593	7.530	139.286	7.311	150.879	14.841
Cartão de Crédito	2.540	1.538	40.538	1.383	43.078	2.921	2.296	1.463	38.235	1.400	40.531	2.863
Crédito Pessoal	4.033	2.650	43.180	4.990	47.213	7.640	4.862	3.397	35.793	4.308	40.655	7.705
Veículos	3.868	2.360	39.192	1.157	43.060	3.517	4.250	2.647	47.396	1.580	51.646	4.227
Crédito Imobiliário	202	26	22.618	32	22.820	58	185	23	17.862	23	18.047	46
Micro / Pequenas e Médias Empresas	4.567	3.463	77.569	3.286	82.136	6.749	6.335	4.886	78.850	4.205	85.185	9.091
Unidades Externas América Latina	189	83	33.431	420	33.620	503	116	68	27.033	348	27.149	416
Total	17.186	11.376	370.437	11.849	387.623	23.225	19.511	13.329	347.473	12.384	366.984	25.713

(*) Conforme detalhado na Nota 2.4.g VIII, os créditos de Grandes Empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para Grandes Empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

	30/09/2013		
	Pagamentos		Valor
	Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Presente
Circulante	7.414	(891)	6.523
Até 1 ano	7.414	(891)	6.523
Não Circulante	6.931	(1.825)	5.106
Entre 1 e 5 anos	6.719	(1.783)	4.936
Acima de 5 anos	212	(42)	170
Total	14.345	(2.716)	11.629

	31/12/2012		
	Pagamentos		Valor
	Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Presente
Circulante	10.811	(1.168)	9.643
Até 1 ano	10.811	(1.168)	9.643
Não Circulante	10.158	(2.751)	7.407
Entre 1 e 5 anos	9.938	(2.704)	7.234
Acima de 5 anos	220	(47)	173
Total	20.969	(3.919)	17.050

Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 972 (R\$ 1.513 em 31/12/2012).

d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação ou de aquisição de cotas subordinadas de fundos de direitos creditórios. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados como operações de crédito e estão representados pelas seguintes informações em 30/09/2013 e 31/12/2012:

Natureza da Operação	30/09/2013				31/12/2012			
	Ativo		Passivo (*)		Ativo		Passivo (*)	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	303	306	303	283	394	434	394	400

(*) Rubrica Recursos de Mercados Interbancários

Nota 13 - Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

a) A tabela abaixo apresenta os principais investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	% de participação em 30/09/2013		30/09/2013					
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	3.157	(2)	261	2.168	129	2.752
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	754	-	147	952	72	-
Outros ^(d)	-	-	-	-	-	59	10	-
Entidades Controladas em Conjunto								
MCC Securities Inc. ^(e)	50,00	50,00	18	-	4	72	1	-
Outros ^(f)	-	-	-	-	-	20	(4)	-
Total	-	-	-	-	-	3.271	208	-

	% de participação em 31/12/2012		31/12/2012				30/09/2012	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Investimento	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	2.898	4	2.076	2.309	272	92
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	607	-	880	-	51	25
Banco BPI S.A. ^(g)	-	-	-	-	-	-	-	(101)
Serasa S.A. ^(h)	-	-	-	-	-	-	201	49
Outros ^(d)	-	-	-	-	49	-	-	11
Total	-	-	-	-	3.005	-	-	76

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 30/09/2013 a posição de 31/08/2013 e em 31/12/2012 a posição de 30/11/2012, conforme o IAS 27.

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 813 em 30/09/2013 e R\$ 832 em 31/12/2012, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) por R\$ 816 que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 583 em 30/09/2013 que corresponde ao ágio.

(d) Em 30/09/2013, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (31,84% capital total e votante e 30,06% capital total e votante em 31/12/2012); Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante); Redebanc SRL (20,00% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (24,81% capital total e votante).

(e) Em 01/08/2011 a BICSA Holdings Ltd. adquiriu 3.000.001 ações ordinárias da MCC Securities Inc. o montante do investimento inclui o valor de R\$ 63 em 30/09/2013 que corresponde ao ágio.

(f) Em 30/09/2013, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: MCC Corredora de Bolsa S.A. (50,05% capital total e votante); Rosefield Finance Ltd. (50,00% capital total e votante); Olimpia Promoção e Serviços S.A. (50,00% capital total e votante), e inclui resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

(g) Investimento alienado em 20/04/2012.

(h) Investimento detido indiretamente pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING em função da sua participação de 66% na controlada BIU Participações S.A. que detinha 24% no capital votante da Serasa S.A.. Investimento alienado em 23/11/2012.

Em 30/09/2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recebeu / reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas, sendo a principal Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. no montante de R\$ 102 (R\$ 161 em 31/12/2012).

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo da parte proporcional das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Total de Ativos	3.936	3.505	-
Total de Passivos	7	-	-
Total de Receitas (*)	430	-	1.351
Total de Despesas (*)	(17)	-	(827)

(*) Representado substancialmente pela Serasa S.A., no montante de R\$ 1.028 em 30/09/2012 referente a Receitas e de R\$ 827 em 30/09/2012 referente a Despesas. Esse investimento foi alienado em 23/11/2012.

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING esteja significativamente exposto.

Nota 14 – Compromissos de Arrendamento Mercantil – Entidade Arrendatária

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 288 (R\$ 248 em 31/12/2012).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	30/09/2013	31/12/2012
Circulante	137	174
Até 1 ano	137	174
Não Circulante	151	74
De 1 a 5 anos	151	74
Total de Pagamento Mínimos Futuros	288	248
(-) Juros futuro	-	-
Valor Presente	288	248

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, ou celebrar outros contratos de locação, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos de contratos de arrendamento operacional reconhecidos como despesa na rubrica Despesas Gerais e Administrativas se referem basicamente a contratos de aluguéis que totalizam R\$ 691 de 01/01 a 30/09/2013 (R\$ 637 de 01/01 a 30/09/2012).

Os pagamentos mínimos com serviços prestados por terceiros e com aluguéis, segundo contratos de arrendamento operacional e de capital, com prazos de aluguéis iniciais e remanescentes não passíveis de cancelamento superiores a um ano eram os seguintes:

	30/09/2013	31/12/2012
Circulante	361	948
Até 1 ano	361	948
Não Circulante	4.400	3.412
De 1 a 5 anos	3.632	2.910
Mais de 5 anos	768	502
Total de Pagamento Mínimos Futuros	4.761	4.360

Nota 15 - Imobilizado

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso					Total
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação		4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo								
Saldo em 31/12/2012	1.029	2.472	1.253	872	931	5.480	606	12.643
Aquisições	-	421	112	108	108	901	57	1.707
Baixas	(8)	(13)	(187)	(5)	(11)	(362)	(2)	(588)
Variação Cambial	-	2	10	-	-	(6)	2	8
Outros	(2)	(17)	17	-	(21)	2	(4)	(25)
Saldo em 30/09/2013	1.019	2.865	1.205	975	1.007	6.015	659	13.745
Depreciação								
Saldo em 31/12/2012	-	(1.607)	(613)	(358)	(417)	(3.664)	(347)	(7.006)
Despesa de Depreciação	-	(55)	(181)	(59)	(61)	(723)	(47)	(1.126)
Baixas	-	10	187	4	5	341	2	549
Variação Cambial	-	-	(2)	2	10	(6)	-	4
Outros	-	16	-	(12)	3	1	2	10
Saldo em 30/09/2013	-	(1.636)	(609)	(423)	(460)	(4.051)	(390)	(7.569)
Redução ao Valor recuperável								
Saldo em 31/12/2012	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2013	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Valor Contábil								
Saldo em 30/09/2013	1.019	1.229	596	552	538	1.964	269	6.167

(1) Não há compromisso contratual para compra de Imobilizado.

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 759, sendo de Imóveis de Uso R\$ 637, Benfeitorias R\$ 15 e Equipamentos R\$ 107.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso					Total
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação		4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo								
Saldo em 31/12/2011	1.184	2.340	1.245	937	863	4.988	548	12.105
Aquisições	53	225	226	202	139	1.008	61	1.914
Baixas	(173)	(15)	(251)	(10)	(38)	(504)	(7)	(998)
Variação Cambial	2	4	10	6	(20)	2	-	4
Outros	(37)	(82)	23	(263)	(13)	(14)	4	(382)
Saldo em 31/12/2012	1.029	2.472	1.253	872	931	5.480	606	12.643
Depreciação								
Saldo em 31/12/2011	-	(1.583)	(607)	(547)	(360)	(3.344)	(291)	(6.732)
Despesa de Depreciação	-	(78)	(263)	(68)	(77)	(801)	(59)	(1.346)
Baixas	-	6	251	10	15	466	4	752
Variação Cambial	-	(2)	3	4	3	9	(1)	16
Outros	-	50	3	243	2	6	-	304
Saldo em 31/12/2012	-	(1.607)	(613)	(358)	(417)	(3.664)	(347)	(7.006)
Redução ao Valor recuperável								
Saldo em 31/12/2011	-	-	-	-	(15)	-	-	(15)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	6	-	-	6
Saldo em 31/12/2012	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Valor Contábil								
Saldo em 31/12/2012	1.029	865	640	514	505	1.816	259	5.628

(1) Não há compromisso contratual para compra de Imobilizado.

(2) Inclui o valor de R\$ 2 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 349, sendo de Imóveis de Uso R\$ 235, Benfeitorias R\$ 65 e Equipamentos R\$ 49.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Nota 16 - Ativos Intangíveis

Intangíveis ⁽¹⁾	Outros Ativos Intangíveis					Total
	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Período de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2012	1.497	1.333	1.736	1.553	688	6.807
Aquisições	138	245	295	615	-	1.293
Distratos/ Baixas	(418)	(23)	(86)	(50)	(1)	(578)
Variação Cambial	-	1	(10)	-	23	14
Outros	-	96	(95)	-	(5)	(4)
Saldo em 30/09/2013	1.217	1.652	1.840	2.118	705	7.532
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2012	(781)	(178)	(881)	(11)	(264)	(2.115)
Despesa de Amortização	(212)	(100)	(214)	(25)	(55)	(606)
Distratos/ Baixas	410	15	86	-	1	512
Variação Cambial	-	-	16	-	(13)	3
Outros	-	(8)	121	-	5	118
Saldo em 30/09/2013	(583)	(271)	(872)	(36)	(326)	(2.088)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2012	(18)	(3)	-	-	-	(21)
Adições/reconhecimentos	-	(2)	-	-	-	(2)
Reversões	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2013	(18)	(5)	-	-	-	(23)
Valor Contábil						
Saldo em 30/09/2013	616	1.376	968	2.082	379	5.421

(1) Não há compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis.

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.

Intangíveis ⁽¹⁾	Outros Ativos Intangíveis					Total
	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Período de Amortização a.a.	até 9	até 5	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2011	1.678	1.402	1.520	613	621	5.834
Aquisições	320	12	370	925	111	1.738
Baixas	(500)	(95)	-	-	(1)	(596)
Variação Cambial	-	7	8	-	23	38
Outros	14	10	(162)	15	(66)	(189)
Saldo em 31/12/2012	1.512	1.336	1.736	1.553	688	6.825
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2011	(897)	(111)	(795)	-	(174)	(1.977)
Despesa de Amortização	(384)	(137)	(258)	(11)	(71)	(861)
Baixas	499	71	-	-	1	571
Variação Cambial	-	(1)	1	-	(12)	(12)
Outros	(14)	(2)	171	-	(8)	147
Saldo em 31/12/2012	(796)	(180)	(881)	(11)	(264)	(2.132)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2011	(30)	(2)	-	-	-	(32)
Adições/reconhecimentos	(3)	(4)	-	-	-	(7)
Reversões	15	2	-	-	-	17
Saldo em 31/12/2012	(18)	(4)	-	-	-	(22)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2012	698	1.152	855	1.542	424	4.671

(1) Não há compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis.

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.

Nota 17 - Depósitos

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	30/09/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	154.993	59.469	214.462	140.742	67.542	208.284
Depósitos a Prazo	49.442	59.113	108.555	49.897	67.335	117.232
Depósitos Interfinanceiros	7.324	356	7.680	7.394	207	7.601
Depósito de Poupança	98.227	-	98.227	83.451	-	83.451
Depósitos não Remunerados	37.817	-	37.817	34.916	-	34.916
Depósitos à Vista	37.817	-	37.817	34.916	-	34.916
Total	192.810	59.469	252.279	175.658	67.542	243.200

Nota 18 - Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	30/09/2013	31/12/2012
Notas Estruturadas		
Ações	169	298
Títulos de Dívida	233	344
Total	402	642

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 30/09/2013 e 31/12/2012.

No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação por vencimento é o seguinte:

	30/09/2013	31/12/2012
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
Circulante	70	79
Não Circulante	332	563
De um a cinco anos	281	522
De cinco a dez anos	23	36
Após dez anos	28	5
Total	402	642

Nota 19 - Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	30/09/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	147.753	120.022	267.775	157.120	110.285	267.405
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros Próprios	67.147	120.022	187.169	57.080	110.285	167.365
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros de Terceiros	80.606	-	80.606	100.040	-	100.040
Interbancário	57.180	50.654	107.834	53.542	43.531	97.073
Letras Hipotecárias	41	152	193	44	183	227
Letras de Crédito Imobiliário	7.847	1.982	9.829	12.432	864	13.296
Letras de Crédito do Agronegócio	4.554	3.069	7.623	2.735	2.586	5.321
Letras Financeiras	7.211	9.422	16.633	7.593	11.102	18.695
Financiamento à Importação e à Exportação	25.347	6.516	31.863	18.878	4.175	23.053
Repasses no País	12.176	29.177	41.353	11.860	24.188	36.048
Outros	4	336	340	-	433	433

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto	75% CDI a 13,23%	0,15% a 5%
Letras Hipotecárias	-	2,70% a 7,50%
Letras de Crédito Imobiliário	84% a 100% CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 11,57%	-
Letras de Crédito do Agronegócio	84% a 97,5% CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	0,1% a 105,25% CDI	0,54% a 1%
Repasses no País	0,5% a 9% TJLP	-

Em Mercado Aberto, são apresentados os passivos em transações nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende à vista para clientes títulos de dívida emitidos por suas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e se compromete a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 75% CDI a 13,23%. As datas finais de recompra vão até janeiro de 2027.

b) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	30/09/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada (*)	4.347	50.923	55.270	3.382	51.797	55.179
Obrigações por Emissão de Debêntures	-	-	-	1.569	-	1.569
Obrigações por TVM no Exterior	6.041	9.781	15.822	7.119	8.161	15.280
Total	10.388	60.704	71.092	12.070	59.958	72.028

(*) Em 30/09/2013, R\$ 53.949 (R\$ 51.134 em 31/12/2012) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN.

Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	CDI+ 0,35% a IPCA + 7,8%	3,04% a 6,2%
Obrigações por Emissão de Debêntures	104,7% CDI	-
Obrigações por TVM no Exterior	1,40% a 8,62%	0,03% a 10,25%

Nota 20 - Outros Ativos e Passivos

a) Outros Ativos

	30/09/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros (1)	31.334	14.168	45.502	31.293	13.199	44.492
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	19.612	-	19.612	20.429	-	20.429
Operações de Seguros e Resseguros	4.636	-	4.636	4.407	-	4.407
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 32)	1.141	12.848	13.989	1.270	11.846	13.116
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	772	-	772	758	-	758
Negociação e Intermediação de Valores	3.181	100	3.281	2.532	110	2.642
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 32c)	229	509	738	237	553	790
Serviços Prestados a Receber	1.577	-	1.577	1.372	-	1.372
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais (2)	-	711	711	-	690	690
Operações sem Características de Concessão de Crédito	186	-	186	288	-	288
Não Financeiros	9.185	2.391	11.576	8.284	1.639	9.923
Despesas Antecipadas	2.295	2.013	4.308	2.561	1.615	4.176
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 29c e d)	2.861	-	2.861	2.815	-	2.815
Diversos no País	2.505	-	2.505	1.392	-	1.392
Diversos no Exterior	364	146	510	326	24	350
Outros	1.160	232	1.392	1.190	-	1.190

(1) Neste período, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado por meio da Resolução nº 25, de 16/6/1967, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até março/1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros Passivos

	30/09/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	49.042	1.008	50.050	50.033	222	50.255
Operações com Cartões de Crédito	42.178	-	42.178	45.125	-	45.125
Carteira de Câmbio	326	-	326	144	-	144
Negociação e Intermediação de Valores	5.847	857	6.704	4.105	148	4.253
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 14a)	137	151	288	174	74	248
Recursos de Consorciados	28	-	28	86	-	86
Outros	526	-	526	399	-	399
Não Financeiros	26.604	381	26.985	19.539	417	19.956
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.430	-	4.430	399	-	399
Diversos no País	1.909	-	1.909	1.648	-	1.648
Recursos em Trânsito	10.146	-	10.146	7.207	-	7.207
Provisão para Pagamentos Diversos	1.693	292	1.985	2.011	273	2.284
Sociais e Estatutárias	2.357	28	2.385	3.004	55	3.059
Relativas a Operações de Seguros	1.204	-	1.204	922	-	922
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	729	-	729	370	-	370
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 29c e d)	618	10	628	569	37	606
Provisão de Pessoal	1.660	51	1.711	1.163	52	1.215
Provisão para Seguro Saúde	648	-	648	635	-	635
Rendas Antecipadas	1.061	-	1.061	1.110	-	1.110
Outros	149	-	149	501	-	501

Nota 21 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em AGE de 19/04/2013 foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 15.000, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros – Reserva Estatutária, com bonificação de 10% em ações. As ações bonificadas passaram a ser negociadas a partir de 21/05/2013 e o processo foi homologado pelo BACEN em 06/05/2013. Em consequência, o capital social foi elevado em 457.093.610 ações.

O capital social está representado por 5.028.029.710 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.518.215.040 ações ordinárias e 2.509.814.670 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em possível alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, a fim de assegurar lhes o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 60.000 (R\$ 45.000 em 31/12/2012), sendo R\$ 41.652 (R\$ 31.159 em 31/12/2012) de acionistas domiciliados no Brasil e R\$ 18.348 (R\$ 13.841 em 31/12/2012) de acionistas domiciliados no exterior.

Seguem a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

	30/09/2013			Valor
	Quantidade			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2012	2.280.400.056	884.649.441	3.165.049.497	
Residentes no Exterior em 31/12/2012	8.886.344	1.397.000.259	1.405.886.603	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2012	2.289.286.400	2.281.649.700	4.570.936.100	
Bonificação de Ações - AGE de 19/04/2013 - Efetivada em 21/05/2013	228.928.640	228.164.970	457.093.610	
Ações Representativas do Capital Social em 30/09/2013	2.518.215.040	2.509.814.670	5.028.029.710	
Residentes no País em 30/09/2013	2.502.347.646	988.137.793	3.490.485.439	
Residentes no Exterior em 30/09/2013	15.867.394	1.521.676.877	1.537.544.271	
Ações em Tesouraria em 31/12/2012 ⁽¹⁾	2.310	52.554.239	52.556.339	(1.523)
Aquisições de Ações	-	23.500.000	23.500.000	(662)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(5.060.775)	(5.060.775)	39
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(4.477.121)	(4.477.121)	229
Bonificação de Ações - AGE de 19/04/2013 - Efetivada em 21/05/2013	210	4.706.907	4.707.117	-
Ações em Tesouraria em 30/09/2013 ⁽¹⁾	2.310	71.223.250	71.225.560	(1.917)
Em Circulação em 30/09/2013	2.518.212.730	2.438.591.420	4.956.804.150	
Em Circulação em 31/12/2012 ⁽²⁾	2.518.212.730	2.452.005.007	4.970.217.737	

	31/12/2012			Valor
	Quantidade			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2011	2.512.277.718	1.013.125.540	3.525.403.258	
Residentes no Exterior em 31/12/2011	5.937.322	1.496.689.130	1.502.626.452	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2011	2.518.215.040	2.509.814.670	5.028.029.710	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2012	2.518.215.040	2.509.814.670	5.028.029.710	
Residentes no País em 31/12/2012	2.508.440.062	973.114.385	3.481.554.447	
Residentes no Exterior em 31/12/2012	9.774.978	1.536.700.285	1.546.475.263	
Ações em Tesouraria em 31/12/2011 ⁽¹⁾	2.310	63.023.368	63.025.678	(1.663)
Aquisições de Ações	-	4.730.000	4.730.000	(122)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(6.362.312)	(6.362.312)	126
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(3.581.393)	(3.581.393)	136
Ações em Tesouraria em 31/12/2012 ⁽¹⁾	2.310	57.809.663	57.811.973	(1.523)
Em Circulação em 31/12/2012 ⁽²⁾	2.518.212.730	2.452.005.007	4.970.217.737	
Em Circulação em 31/12/2011	2.518.212.730	2.446.791.302	4.965.004.032	

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

(2) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação do período de 31/12/2012, foram ajustadas pela bonificação ocorrida em 21/05/2013.

Abaixo são discriminados o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 30/09/2013	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	26,36
Médio ponderado	-	28,18
Máximo	-	29,24
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	8,77	26,93
Valor de Mercado em 30/09/2013	30,15	31,46

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2012	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	27,25
Médio ponderado	-	28,45
Máximo	-	28,98
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	8,77	26,35
Valor de Mercado em 31/12/2012	31,18	33,39

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, e o pagamento é efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,012 por ação, sendo que, a partir do pagamento de abril de 2012 foi elevado em 25% passando para R\$ 0,015 por ação, conforme Reunião do Conselho de Administração de 06/02/2012.

Segue abaixo o demonstrativo dos dividendos e juros sobre capital próprio e o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	30/09/2013	30/09/2012
Lucro Líquido Individual (BR GAAP)	8.053	8.248
Ajustes:		
(-) Reserva Legal	(403)	(412)
Base de Cálculo do Dividendo	7.650	7.836
Dividendos Mínimo Obrigatório - 25%	1.913	1.959
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados	1.913	1.959

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	30/09/2013		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	1.939	(206)	1.733
Dividendos - 8 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a setembro de 2013	563	-	563
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,2774 por ação, pago em 21/08/2013	1.376	(206)	1.170
Declarados até 30/09/2013 (Registrados em Outros Passivos)	199	(19)	180
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 01/10/2013	74	-	74
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,0251 por ação	125	(19)	106
Total de 01/01 a 30/09/2013 - R\$ 0,3921 líquido por ação	2.138	(225)	1.913

	30/09/2012		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	1.768	(188)	1.580
Dividendos - 02 parcelas mensais de R\$ 0,012 por ação pagas de fevereiro a março de 2012	108	-	108
Dividendos - 06 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas de abril a setembro de 2012	407	-	407
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,2774 por ação, pago em 15/08/2012	1.253	(188)	1.065
Declarados até 30/09/2012 (Registrados em Outros Passivos)	434	(55)	379
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 01/10/2012	68	-	68
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,0810 por ação	366	(55)	311
Total de 01/01 a 30/09/2012 - R\$ 0,3942 líquido por ação	2.202	(243)	1.959

c) Capital Adicional Integralizado

O Capital Adicional Integralizado corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações.

d) Reservas Integralizadas

	30/09/2013	31/12/2012
Reservas de Capital ⁽¹⁾	285	285
Ágio na Subscrição de Ações	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1
Reservas de Lucros	10.853	22.138
Legal ⁽²⁾	4.791	4.388
Estatutárias	13.893	23.382
Equalização de Dividendos ⁽³⁾	4.040	6.291
Reforço do Capital de Giro ⁽⁴⁾	3.058	6.274
Aumento de Capital de Empresas Participadas ⁽⁵⁾	6.795	10.817
Reorganizações Societárias	(7.831)	(7.360)
Especiais de Lucros ⁽⁶⁾	-	1.728
Total das Reservas na Controladora	11.138	22.423

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem à contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(4) Reserva para Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(6) Refere-se ao Juros sobre Capital Próprio declarado após 31/12/2012.

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Nota 22 – Plano para Outorga de Opções de Ações

a) Objetivo e Diretrizes do Plano

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Esse plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, por meio da outorga de opções de ações simples ou opções de sócios, pessoais, impenhoráveis e intransferíveis, que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações obtidas pelos acionistas na data do balanço de encerramento do exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, dos beneficiários, o tipo de opção, o prazo de vigência das séries, podendo variar entre o mínimo de 5 anos e o máximo de 10 anos, o período de carência para o exercício das opções e o período de indisponibilidade das ações adquiridas em virtude do exercício das opções. Podem participar desse programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas, bem como funcionários com base em avaliação de potencial e performance.

Atualmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste plano somente entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

b) Características dos Programas

I – Opções Simples

Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco, antes da associação, dispunham de Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários elegíveis ao programa eram outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anterior à data de emissão das opções, facultado ainda ajuste de até 20%, para mais ou para menos, e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar. Não são mais outorgadas opções nesse modelo.

Programa Pós Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA nos três últimos meses do ano antecedente ao da outorga, facultado ainda ajuste de até 20%, para mais ou para menos. O preço de exercício é ajustado pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de emissão.

II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e/ou o direito de receber ações (Instrumentos Baseados em Ações). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidos pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 a 5 anos e estão sujeitas à variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseados em ações, são outorgadas Opções de Sócios de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções de Sócios e dos Instrumentos Baseados em Ações são de 1 a 7 anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções de Sócios são convertidos em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação preferencial para cada instrumento após o respectivo período de carência sem pagamento de valores em moeda corrente durante o exercício.

O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseados em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações preferenciais nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem a fixação do referido preço.

As ações recebidas no fim do período de carência das Opções de Sócios deverão ser mantidas pelos beneficiários, sem qualquer tipo de ônus ou gravame, por prazos entre 5 e 8 anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

A média ponderada do valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações na data de concessão foi estimada para as ações adquiridas no período findo em 30/09/2013 – R\$ 34,66 por ação (em 30/09/2012 - R\$ 36,00 por ação).

O valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações é o preço de mercado cotado na data de concessão para as ações preferenciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING menos o preço à vista pago pelos beneficiários. Valor recebido na compra de Instrumentos Baseados em Ações no período findo em 30/09/2013 - R\$ 15 (em 30/09/2012 - R\$ 50).

Resumo da Movimentação do Plano

Outorga		Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado (R\$)	Opções Exercidas		Saldo Anterior 31/12/2012	Quantidade de Ações			Saldo a Exercer em 30/09/2013	
Nº	Data				Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado		Outorgadas	Exercidas	Perda de Direito (*) / Canceladas		
Opções Simples												
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	28,19	27,83	34,09	5.398.671	-	(772.435)	(30.250)	4.595.986	
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	28,19	-	-	17.454	-	-	-	17.454	
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	32,05	31,57	35,99	961.583	-	(11.000)	-	950.583	
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,89	-	-	6.866.761	-	-	(367.538)	6.499.223	
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,89	-	-	33.714	-	-	-	33.714	
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	35,89	-	-	50.549	-	-	-	50.549	
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	36,08	-	-	83.491	-	-	(83.491)	-	
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	36,05	-	-	32.465	-	-	(32.465)	-	
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	45,23	-	-	27.830	-	-	(27.830)	-	
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	37,03	-	-	32.506	-	-	-	32.506	
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	41,38	-	-	7.885.831	-	-	(348.438)	7.537.393	
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	41,38	-	-	22.688	-	-	-	22.688	
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	41,38	-	-	50.549	-	-	-	50.549	
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	45,73	-	-	27.830	-	-	-	27.830	
Número de Opções Exercíveis no Final do Período					27,88	34,12	21.491.922	-	(783.435)	(890.012)	19.818.475	
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,26	26,69	34,11	13.904.836	-	(654.731)	(104.423)	13.145.682	
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,06	-	-	50.549	-	-	-	50.549	
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,96	-	-	6.526.309	-	-	(38.687)	6.487.622	
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,96	-	-	1.225.390	-	-	(45.544)	1.179.846	
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	42,94	-	-	10.562.458	-	-	(112.308)	10.450.150	
37ª	13/01/2012	31/12/2015	31/12/2018	42,94	-	-	16.921	-	-	-	16.921	
38ª	13/01/2012	31/12/2016	31/12/2019	32,11	-	-	16.607	-	-	(2.802)	13.805	
38ª	27/04/2012	31/12/2016	31/12/2019	32,11	-	-	11.366.754	-	-	(101.325)	11.265.429	
Total de Opções em Aberto não Exercíveis					26,69	34,11	43.669.824	-	(654.731)	(405.089)	42.610.004	
Total de Opções Simples em Aberto					27,34	34,11	65.161.746	-	(1.438.166)	(1.295.101)	62.428.479	
Opções dos Sócios												
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	28,41	36.821	-	(36.821)	-	-	
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	34,25	410.238	-	(410.238)	-	-	
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	29,20	361.356	-	(355.192)	(6.164)	-	
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	29,20	354.151	-	(347.250)	(6.901)	-	
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	31,59	19.485	-	(19.485)	-	-	
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	29,27	464.821	-	(456.304)	(8.517)	-	
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	31,45	1.995.832	-	(1.982.509)	(13.323)	-	
Número de Opções Exercíveis no Final do Período					-	-	31,03	3.642.704	-	(3.607.799)	(34.905)	
17ª	14/06/2012	27/02/2014	-	-	-	-	8.570	-	-	-	8.570	
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	1.683.445	-	-	(20.659)	1.662.786	
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	27,85	725.342	-	(14.810)	(13.301)	697.231	
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	87.390	-	-	-	87.390	
14ª	04/11/2011	18/08/2014	-	-	-	-	559	-	-	-	559	
17ª	14/06/2012	18/08/2014	-	-	-	-	2.780	-	-	-	2.780	
13ª	19/08/2011	19/08/2014	-	-	-	-	755.440	-	-	(23.139)	732.301	
17ª	14/06/2012	23/02/2015	-	-	-	-	9.005	-	-	-	9.005	
15ª	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	1.729.295	-	-	(39.314)	1.689.981	
16ª	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	76.072	-	-	-	76.072	
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	360.151	-	-	(13.794)	346.357	
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	353.341	-	-	(14.493)	338.848	
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	19.481	-	-	-	19.481	
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.989.317	-	-	(28.050)	1.961.267	
18ª	27/02/2013	26/02/2016	-	-	-	-	-	2.598.040	-	(20.130)	2.577.910	
17ª	14/06/2012	27/02/2016	-	-	-	-	8.569	-	-	-	8.569	
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	1.680.447	-	-	(33.954)	1.646.493	
14ª	04/11/2011	18/08/2016	-	-	-	-	559	-	-	-	559	
17ª	14/06/2012	18/08/2016	-	-	-	-	2.780	-	-	-	2.780	
13ª	19/08/2011	19/08/2016	-	-	-	-	754.954	-	-	(31.419)	723.535	
17ª	14/06/2012	23/02/2017	-	-	-	-	9.005	-	-	-	9.005	
15ª	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	1.728.899	-	-	(46.322)	1.682.577	
16ª	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	76.066	-	-	-	76.066	
18ª	27/02/2013	26/02/2018	-	-	-	-	-	2.597.968	-	(20.555)	2.577.413	
Total de Opções em Aberto não Exercíveis					-	-	27,85	12.061.467	5.196.008	(14.810)	(305.130)	16.937.535
Total Opções dos Sócios					-	-	31,02	15.704.171	5.196.008	(3.622.609)	(340.035)	16.937.535
Total Opções Simples/dos Sócios					-	27,34	31,90	80.865.917	5.196.008	(5.060.775)	(1.635.136)	79.366.014

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação do Plano

Outorga	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado (R\$1)	Opções Exercidas		Saldo Anterior 31/12/2011	Quantidade de Ações				
				Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado		Outorgadas	Exercidas	Perda de Direito (1) / Canceladas	Saldo a Exercer em 30/09/2012	
Nº	Data										
Opções Simples											
11 ^a	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,25	17,46	30,83	1.031.003	-	(461.725)	-	569.278
11 ^a	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	18,25	-	-	12.493	-	-	-	12.493
12 ^a	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	27,15	25,68	33,64	7.539.805	-	(2.141.134)	-	5.398.671
12 ^a	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	27,15	-	-	17.454	-	-	-	17.454
16 ^a	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	30,86	-	-	961.583	-	-	-	961.583
34 ^a	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	33,88	-	-	83.491	-	-	(83.491)	-
35 ^a	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	33,85	-	-	32.470	-	-	(32.470)	-
36 ^a	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	42,47	-	-	27.831	-	-	(27.831)	-
30 ^a	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	27,18	-	-	57.978	-	-	(57.978)	-
33 ^a	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	30,33	29,73	34,93	23.191	-	(23.191)	-	-
13 ^a	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	34,56	32,65	34,84	8.506.281	-	(379.115)	(1.153.020)	6.974.147
13 ^a	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	34,56	-	-	33.714	-	-	-	33.714
13 ^a	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	34,56	-	-	50.549	-	-	-	50.549
34 ^a	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	34,76	-	-	83.491	-	-	-	83.491
35 ^a	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	34,72	-	-	32.465	-	-	-	32.465
36 ^a	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	43,20	-	-	27.830	-	-	-	27.830
17 ^a	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	35,65	-	-	32.506	-	-	-	32.506
Número de Opções Exercíveis no Final do Período					25,33	33,36	18.554.136	-	(3.005.165)	(1.354.790)	14.194.181
14 ^a	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	39,85	-	-	10.192.684	-	-	(2.178.145)	8.014.539
14 ^a	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	39,85	-	-	22.688	-	-	-	22.688
14 ^a	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	39,85	-	-	50.549	-	-	-	50.549
36 ^a	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	43,20	-	-	27.830	-	-	-	27.830
15 ^a	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,05	24,65	31,96	15.526.434	-	(1.598.124)	(23.474)	13.904.836
15 ^a	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,05	-	-	50.549	-	-	-	50.549
18 ^a	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	42,33	-	-	6.657.458	-	-	(36.306)	6.621.153
18 ^a	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	42,33	-	-	1.280.311	-	-	(40.586)	1.239.725
37 ^a	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	41,35	-	-	10.746.390	-	-	(113.505)	10.632.885
37 ^a	13/01/2012	31/12/2015	31/12/2018	41,35	-	-	-	16.921	-	-	16.921
38 ^a	13/01/2012	31/12/2016	31/12/2019	30,93	-	-	-	16.607	-	-	16.607
38 ^a	27/04/2012	31/12/2016	31/12/2019	30,93	-	-	-	11.411.045	-	(25.681)	11.385.364
Total de Opções em Aberto não Exercíveis					24,65	31,96	44.554.893	11.444.573	(1.598.124)	(2.417.696)	51.983.646
Total de Opções Simples em Aberto					25,09	32,88	63.109.029	11.444.573	(4.603.289)	(3.772.486)	66.177.827
Opções dos Sócios											
04 ^a	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	-	43.897	-	-	(43.897)	-
05 ^a	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	-	51.381	-	-	(51.381)	-
06 ^a	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	32,64	790.925	-	(749.639)	(41.286)	-
07 ^a	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	32,64	87.391	-	(87.391)	-	-
01 ^a	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	29,14	340.458	-	(340.223)	(235)	-
03 ^a	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	36.821	-	-	-	36.821
Número de Opções Exercíveis no Final do Período					-	31,63	1.350.873	-	(1.177.253)	(136.799)	36.821
04 ^a	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	427.283	-	-	(961)	426.322
08 ^a	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	373.588	-	-	(12.232)	361.356
09 ^a	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	362.673	-	-	(5.814)	356.859
11 ^a	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	19.486	-	-	-	19.486
05 ^a	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	494.384	-	-	(6.839)	487.545
10 ^a	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	2.048.650	-	-	(45.110)	2.003.540
17 ^a	14/06/2012	27/02/2014	-	-	-	-	-	8.570	-	-	8.570
12 ^a	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	1.714.439	-	-	(27.594)	1.686.845
06 ^a	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	775.058	-	-	(12.529)	762.529
07 ^a	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	87.390	-	-	-	87.390
14 ^a	04/11/2011	18/08/2014	-	-	-	-	559	-	-	-	559
17 ^a	14/06/2012	18/08/2014	-	-	-	-	-	2.780	-	-	2.780
13 ^a	19/08/2011	19/08/2014	-	-	-	-	777.031	-	-	(21.591)	755.440
17 ^a	14/06/2012	23/02/2015	-	-	-	-	-	9.005	-	-	9.005
15 ^a	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	-	1.741.343	-	(6.907)	1.734.436
16 ^a	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	-	76.067	-	(5.140)	70.927
08 ^a	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	372.810	-	-	(12.659)	360.151
09 ^a	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	362.061	-	-	(6.010)	356.051
11 ^a	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	19.481	-	-	-	19.481
10 ^a	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	2.044.370	-	-	(47.346)	1.997.024
17 ^a	14/06/2012	27/02/2016	-	-	-	-	-	8.569	-	-	8.569
12 ^a	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	1.712.934	-	-	(29.086)	1.683.848
14 ^a	04/11/2011	18/08/2016	-	-	-	-	559	-	-	-	559
17 ^a	14/06/2012	18/08/2016	-	-	-	-	-	2.780	-	-	2.780
13 ^a	19/08/2011	19/08/2016	-	-	-	-	776.966	-	-	(22.012)	754.954
17 ^a	14/06/2012	23/02/2017	-	-	-	-	-	9.005	-	-	9.005
15 ^a	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	-	1.741.271	-	(7.147)	1.734.124
16 ^a	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	-	76.060	-	(5.226)	70.834
Total de Opções em Aberto não Exercíveis					-	-	12.369.722	3.675.450	-	(274.203)	15.770.969
Total Opções dos Sócios					-	33,84	13.720.595	3.675.450	(1.177.253)	(411.002)	15.807.790
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS					25,09	32,63	76.829.624	15.120.023	(5.780.542)	(4.183.488)	81.985.617

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação dos Instrumentos Baseados em Ações

Nº	Período de Carência		Saldo	Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em 30/09/2013
			Anterior 31/12/2012				
1ª	17/08/2010	16/08/2013	118.108	-	(116.666)	(1.442)	-
1ª	30/08/2010	16/08/2013	11.234	-	(11.234)	-	-
1ª	30/09/2010	16/08/2013	4.367	-	(4.367)	-	-
2ª	30/09/2010	29/09/2013	453.549	-	(453.549)	-	-
3ª	28/02/2011	27/02/2012	478.886	-	(478.886)	-	-
3ª	28/02/2011	27/02/2013	478.876	-	-	-	478.876
4ª	24/02/2012	24/02/2013	510.599	-	(510.599)	-	-
4ª	24/02/2012	24/02/2014	510.579	-	-	-	510.579
4ª	24/02/2012	24/02/2015	510.566	-	-	-	510.566
5ª	27/02/2013	26/02/2014	-	161.756	-	-	161.756
5ª	27/02/2013	26/02/2015	-	161.745	-	-	161.745
5ª	27/02/2013	26/02/2016	-	161.738	-	-	161.738
Total			3.076.764	485.239	(1.575.301)	(1.442)	1.985.260

Nº	Período de Carência		Saldo	Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em 30/09/2012
			Anterior 31/12/2011				
1ª	17/08/2010	16/08/2012	121.647	-	(119.976)	(1.671)	-
1ª	17/08/2010	16/08/2013	121.635	-	-	(3.527)	118.108
1ª	30/08/2010	16/08/2012	11.238	-	(11.238)	-	-
1ª	30/08/2010	16/08/2013	11.233	-	-	-	11.233
1ª	30/09/2010	16/08/2012	4.368	-	(4.368)	-	-
1ª	30/09/2010	16/08/2013	4.367	-	-	-	4.367
2ª	30/09/2010	29/09/2012	466.579	-	(6.086)	(13.017)	447.476
2ª	30/09/2010	29/09/2013	466.569	-	-	(13.017)	453.552
3ª	28/02/2011	27/02/2011	488.444	-	(488.444)	-	-
3ª	28/02/2011	27/02/2012	488.433	-	-	(9.547)	478.886
3ª	28/02/2011	27/02/2013	488.422	-	-	(9.546)	478.876
4ª	24/02/2012	24/02/2013	-	515.737	-	(5.138)	510.599
4ª	24/02/2012	24/02/2014	-	515.720	-	(5.138)	510.582
4ª	24/02/2012	24/02/2015	-	515.703	-	(5.138)	510.565
Total			2.672.935	1.547.160	(630.112)	(65.740)	3.524.244

c) Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções, utilizando o modelo Binomial para as Opções Simples e Black&Scholes para as Opções dos Sócios. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BM&FBOVESPA na data base de cálculo.

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4.

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção.

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BM&FBOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Outorga		Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço do Ativo Objeto	Valor Justo	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Volatilidade Esperada
Nº	Data							
Opções dos Sócios (*)								
18ª	27/02/2013	27/02/2016	-	34,66	28,87	2,91%	-	-
18ª	27/02/2013	27/02/2018	-	34,66	27,25	2,91%	-	-

(*) O valor justo das opções dos sócios é mensurado com referência ao valor justo da ação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na data das outorgas.

d) Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado no período de 01/01 a 30/09/2013 foi de R\$ (147) (R\$ (133) de 01/01 a 30/09/2012), em contrapartida a Capital Adicional Integralizado - Opção de Outorga Reconhecida.

No Patrimônio Líquido o efeito foi de:

	30/09/2013	30/09/2012
Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	148	198
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(268)	(235)
(+) Baixa do Custo Reconhecido das Opções Exercidas	155	102
Efeito na Venda (*)	35	65

(*) Registrado em Capital Adicional Integralizado.

Nota 23 - Receita e Despesas de Juros e Rendimentos e Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

a) Receitas de Juros e Rendimentos

	01/07 a 30/09/2013	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012
Depósitos Compulsórios no Banco Central	1.197	1.158	2.996	4.458
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	100	280	441	867
Aplicações em Mercado Aberto	3.622	2.570	9.138	7.552
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	2.820	2.977	7.147	9.602
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.294	1.011	3.518	2.846
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	130	160	319	379
Operações de Crédito	14.955	15.051	44.023	46.617
Outros Ativos Financeiros	151	164	441	928
Total	24.269	23.371	68.023	73.249

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/07 a 30/09/2013	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012
Depósitos	(2.546)	(2.483)	(7.003)	(8.207)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(5.238)	(3.843)	(12.331)	(13.412)
Recursos de Mercados Interbancários	(1.561)	(1.465)	(4.531)	(4.345)
Recursos de Mercados Institucionais	(1.785)	(1.285)	(6.790)	(6.210)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(1.361)	(1.831)	(1.901)	(4.803)
Outros	(10)	(17)	(29)	(37)
Total	(12.501)	(10.924)	(32.585)	(37.014)

c) Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/07 a 30/09/2013			01/07 a 30/09/2012			01/01 a 30/09/2013			01/01 a 30/09/2012		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	2.553	(2.213)	340	1.007	(43)	964	3.523	(5.509)	(1.986)	2.468	(577)	1.891
Derivativos (*)	10.255	(10.920)	(665)	6.227	(6.473)	(246)	33.596	(35.367)	(1.771)	21.486	(22.742)	(1.256)
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	7	-	7	4	-	4	12	(2)	10	13	-	13
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	67	(261)	(194)	309	(64)	245	206	(690)	(484)	809	(175)	634
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	199	(212)	(13)	41	(81)	(40)	620	(502)	118	789	(756)	33
Total			(525)			927			(4.113)			1.315

(*) Inclui a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil.

Durante o período findo em 30/09/2013 e 30/09/2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

Durante o período findo em 30/09/2013 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu perdas por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 3 para os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, durante o período findo em 30/09/2012 não reconheceu perda por redução ao valor recuperável.

Nota 24 - Receita de Prestação de Serviços

	01/07 a 30/09/2013	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012
Serviços de Contas Correntes	1.591	1.257	4.600	3.808
Taxas de Administração	674	543	1.843	1.570
Comissões de Cobrança	308	293	896	860
Comissões de Cartões de Crédito	2.449	2.030	7.061	6.043
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	319	275	901	837
Comissão de Corretagem	70	35	262	166
Outros	307	274	926	823
Total	5.718	4.707	16.489	14.108

Nota 25 - Outras Receitas

	01/07 a 30/09/2013	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	43	21	82	73
Recuperação de Despesas	25	25	65	99
Reversão de Provisões	17	48	76	123
Outros	58	79	232	219
Total	143	173	455	514

Nota 26 - Despesas Gerais e Administrativas

	01/07 a 30/09/2013	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012
Despesas de Pessoal	(3.961)	(3.542)	(11.593)	(10.522)
Remuneração	(1.617)	(1.691)	(4.709)	(4.833)
Encargos	(557)	(532)	(1.613)	(1.573)
Benefícios Sociais	(489)	(223)	(1.444)	(826)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós Emprego (Nota 29)	10	171	-	344
Benefício Definido	(10)	160	(42)	301
Contribuição Definida	20	11	42	43
Plano de Opções de Ações (Nota 22d)	(51)	(45)	(147)	(133)
Treinamento	(46)	(54)	(128)	(177)
Participações de Empregado nos Lucros	(733)	(681)	(2.065)	(1.961)
Desligamentos	(68)	(95)	(262)	(380)
Provisão Trabalhista (Nota 32)	(410)	(392)	(1.225)	(983)
Despesas Administrativas	(3.195)	(3.070)	(9.383)	(9.372)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(901)	(872)	(2.661)	(2.624)
Serviços de Terceiros	(826)	(814)	(2.393)	(2.397)
Instalações	(249)	(224)	(698)	(736)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(264)	(229)	(735)	(686)
Despesas de Aluguéis	(275)	(242)	(790)	(718)
Transportes	(114)	(120)	(340)	(376)
Materiais	(94)	(81)	(263)	(298)
Despesas com Serviços Financeiros	(107)	(124)	(358)	(374)
Segurança	(138)	(122)	(408)	(385)
Concessionárias de Serviços Públicos	(51)	(64)	(183)	(218)
Despesas de Viagem	(52)	(49)	(140)	(139)
Outros	(124)	(129)	(414)	(421)
Depreciação	(372)	(326)	(1.126)	(995)
Amortização	(204)	(213)	(606)	(632)
Despesas de Comercialização de Seguros	(293)	(333)	(864)	(918)
Outras Despesas	(1.484)	(1.402)	(4.608)	(4.840)
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(485)	(547)	(1.532)	(1.465)
Reembolso relativo à Aquisições	47	(11)	28	(29)
Perdas com fraudes com Terceiros	(141)	(174)	(433)	(552)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto (*)	(35)	(25)	(69)	(393)
Provisões Cíveis (Nota 32)	(387)	(407)	(1.303)	(1.352)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(203)	(126)	(568)	(414)
Ressarcimento de custos interbancários	(60)	(56)	(167)	(159)
Outros	(220)	(56)	(564)	(476)
Total	(9.509)	(8.886)	(28.180)	(27.279)

(*) Em 30/09/2012, composto basicamente por resultado na alienação integral do investimento no Banco BPI, S.A. no montante de R\$ (302).

Nota 27 – Imposto de Renda e Contribuição Social

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	01/07 a 30/09/2013	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	6.043	4.696	14.872	13.403
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 n)	(2.417)	(1.878)	(5.949)	(5.361)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:				
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em conjunto, Líquido	32	33	68	60
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	51	154	677	417
Juros sobre o Capital Próprio	391	443	1.232	1.378
Reorganizações Societárias	157	-	471	-
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	42	36	120	160
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não tributáveis	21	(29)	86	205
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	(1.724)	(1.242)	(3.296)	(3.142)

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2012	Realização/ Reversão	Efeitos de Consolidação ⁽¹⁾	Constituição	30/09/2013
Refletido no Resultado	31.060	(8.760)	228	11.691	34.219
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	3.955	(1.030)	59	3.200	6.184
Créditos de Liquidação Duvidosa	16.275	(4.018)	85	4.462	16.804
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	229	(229)	-	426	426
Ágio na Aquisição do Investimento	2.761	(1.304)	50	380	1.887
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.645	-	-	225	1.870
Provisões para Passivos Contingentes	<u>3.487</u>	<u>(952)</u>	<u>13</u>	<u>1.088</u>	<u>3.636</u>
Ações Cíveis	1.422	(414)	5	428	1.441
Ações Trabalhistas	1.224	(512)	4	605	1.321
Fiscais e Previdenciárias	822	(26)	4	55	855
Outros	19	-	-	-	19
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	8	(10)	-	604	602
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	254	-	-	5	259
Outros	2.446	(1.217)	21	1.301	2.551
Refletido no Patrimônio Líquido	3.943	(596)	-	637	3.984
Reorganizações Societárias	3.791	(471)	-	-	3.320
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	152	(125)	-	584	611
Outros	-	-	-	53	53
Total ⁽²⁾	35.003	(9.356)	228	12.328	38.203

⁽¹⁾ Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I).

⁽²⁾ O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 30.386 (R\$ 28.381 em 31/12/2012) e R\$ 315 (R\$ 3.038 em 31/12/2012).

	31/12/2011	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2012
Refletido no Resultado	28.466	(11.438)	14.032	31.060
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	4.188	(1.480)	1.247	3.955
Créditos de Liquidação Duvidosa	12.889	(4.837)	8.223	16.275
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	302	(302)	229	229
Ágio na Aquisição do Investimento	4.261	(1.923)	423	2.761
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.417	(4)	232	1.645
Provisões para Passivos Contingentes	<u>2.766</u>	<u>(1.585)</u>	<u>2.306</u>	<u>3.487</u>
Ações Cíveis	1.185	(633)	870	1.422
Ações Trabalhistas	984	(844)	1.084	1.224
Fiscais e Previdenciárias	577	(107)	352	822
Outros	20	(1)	-	19
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	11	(4)	1	8
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	249	-	5	254
Outros	2.383	(1.303)	1.366	2.446
Refletida no Patrimônio Líquido	344	(192)	3.791	3.943
Reorganizações Societárias	-	-	3.791	3.791
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	344	(192)	-	152
Total ^(*)	28.810	(11.630)	17.823	35.003

^(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 28.381 e R\$ 3.038.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2012	Realização / Reversão	Constituição ⁽¹⁾	30/09/2013
Refletido no Resultado	8.372	(2.544)	1.991	7.819
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	5.453	(2.128)	1.413	4.738
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	167	(41)	-	126
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	117	-	257	374
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	234	(234)	157	157
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	911	(85)	159	985
Planos de Pensão	915	-	4	919
Outros	575	(56)	1	520
Refletido no Patrimônio Líquido	1.288	(995)	20	313
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	1.288	(995)	-	293
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria ⁽²⁾	-	-	10	10
Outros	-	-	10	10
Total ⁽³⁾	9.660	(3.539)	2.011	8.132

⁽¹⁾ Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I) no montante de R\$ 2, referente à Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes.

⁽²⁾ Em 31/03/2013 foi reclassificado para o Patrimônio Líquido, conforme IAS 19 (R1).

⁽³⁾ O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 30.386 (R\$ 28.381 em 31/12/2012) e R\$ 315 (R\$ 3.038 em 31/12/2012).

	31/12/2011	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2012
Refletido no Resultado	9.885	(3.385)	1.872	8.372
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	7.560	(2.785)	678	5.452
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	78	-	89	167
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	83	(2)	35	117
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	175	(175)	234	234
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	806	(225)	330	911
Planos de Pensão	594	-	321	915
Outros	589	(199)	185	575
Refletido no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	499	-	789	1.288
Total (*)	10.384	(3.385)	2.660	9.660

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 28.381 e R\$ 3.038.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 30/09/2013, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários				Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos		Tributos Diferidos Líquidos			
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%	%	%		
2013	8.303	26%	843	13%	9.146	24%	(1.491)	19%	7.655	26%
2014	5.861	19%	1.417	23%	7.278	19%	(2.126)	26%	5.152	17%
2015	6.053	19%	1.021	17%	7.074	19%	(1.950)	24%	5.124	17%
2016	3.528	11%	1.532	25%	5.060	13%	(1.069)	13%	3.991	13%
2017	2.673	8%	1.225	20%	3.898	10%	(333)	4%	3.565	12%
Acima de 2017	5.601	17%	146	2%	5.747	15%	(1.163)	14%	4.584	15%
Total	32.019	100%	6.184	100%	38.203	100%	(8.132)	100%	30.071	100%
Valor Presente (*)	28.738		5.626		34.364		(7.352)		27.012	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Não existem impostos diferidos ativos e passivos não reconhecidos.

Nota 28 - Lucro por Ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico	01/07 a 30/09/2013	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012
Lucro Líquido	4.286	3.308	11.516	9.715
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo os Estatutos	(54)	(54)	(54)	(54)
Subtotal	4.232	3.254	11.462	9.661
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(55)	(55)	(55)	(55)
Subtotal	4.177	3.199	11.407	9.606
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionalis:				
Aos Detentores de Ações Ordinárias	2.122	1.622	5.782	4.868
Aos Detentores de Ações Preferenciais	2.055	1.577	5.625	4.738
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	2.177	1.677	5.837	4.923
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	2.109	1.631	5.679	4.792
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias	2.518.212.730	2.518.212.730	2.518.212.730	2.518.212.730
Ações Preferenciais	2.439.271.326	2.451.510.969	2.449.909.504	2.451.518.357
Lucro por Ação - Básico - R\$				
Ações Ordinárias	0,86	0,67	2,32	1,95
Ações Preferenciais	0,86	0,67	2,32	1,95
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído	01/07 a 30/09/2013	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	2.109	1.631	5.679	4.792
Dividendo sobre as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	7	6	18	14
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais Considerando as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	2.116	1.637	5.697	4.806
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	2.177	1.677	5.837	4.923
Dividendo sobre as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	(7)	(6)	(18)	(14)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias Considerando as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	2.170	1.671	5.819	4.909
Média Ponderada Ajustada de Ações				
Ações Ordinárias	2.518.212.730	2.518.212.730	2.518.212.730	2.518.212.730
Ações Preferenciais	2.454.854.462	2.468.259.940	2.465.892.200	2.466.087.986
Ações Preferenciais	2.439.271.326	2.451.510.969	2.449.909.504	2.451.518.357
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Plano de Outorga de Opções de Ações	15.583.136	16.748.971	15.982.696	14.569.629
Lucro por Ação Diluído - R\$				
Ações Ordinárias	0,86	0,66	2,31	1,95
Ações Preferenciais	0,86	0,66	2,31	1,95

Os efeitos potencialmente antidilutivos das ações do Plano de Opções de Ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 12.619.770 ações preferenciais em 30/09/2013 e 11.968.082 ações preferenciais em 30/09/2012.

Nota 29 – Benefícios Pós Emprego

Nos termos do IAS 19, são apresentadas a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados. Os efeitos da adoção do IAS 19 (R1), quando aplicáveis, estão apresentados comparativamente nas notas explicativas, entretanto não impactaram as demonstrações contábeis de 30/09/2012 e 31/12/2012.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocina planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocina planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 29c.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

a) Descrição dos Planos

Os planos de benefícios são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC ⁽¹⁾ Plano de Benefício Franprev - PBF ⁽¹⁾ Plano de Benefício 002 - PB002 ⁽¹⁾ Plano Básico Itaulam - PBI ⁽¹⁾ Plano Suplementar Itaulam - PSI ⁽²⁾ Plano Itaubanco CD ⁽³⁾ Plano de Aposentadoria Itaubank ⁽³⁾ Plano BD Itaú ⁽¹⁾ Plano CD Itaú ⁽²⁾ Plano de Previdência Unibanco ⁽³⁾ Plano de Benefícios Prebeg ⁽¹⁾
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV ⁽¹⁾
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I ⁽¹⁾ Plano de Benefícios Funbep II ⁽²⁾
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Redecard Básico ⁽¹⁾ Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar ⁽²⁾ Plano de Previdência Redecard ⁽³⁾
UBB-PREV - Previdência Complementar	Plano de Benefícios Definidos UBB PREV ⁽¹⁾ ⁽⁴⁾
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II ⁽¹⁾

(1) Plano de modalidade de benefício definido;

(2) Plano de modalidade de contribuição variável;

(3) Plano de modalidade de contribuição definida;

(4) Plano decorrente do processo de incorporação do Plano IJMS pelo Básico, ambos administrados pela UBB Prev, aprovado pela Superintendência de Previdência Complementar- PREVIC em 28/12/2012.

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

c) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	30/09/2013	30/09/2012
Taxa de Desconto ⁽¹⁾	8,16% a.a.	9,72% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade ⁽³⁾	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	7,12% a.a.	7,12% a.a.
Crescimentos Benef. Previd. Social / Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial ⁽⁴⁾	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) A adoção desta premissa está baseada em estudo que utiliza como metodologia o acompanhamento das taxas de juros de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro, indexados por índices de inflação, e a análise da evolução das curvas de juros até a data base da avaliação atuarial. A premissa Taxa de Desconto foi alterada em 2012 de forma a estar compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

As premissas atuariais adotadas estão aderentes a massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente, para as premissas biométricas/demográficas, e estudos sob coordenação do Diretor de Investimentos da EFPC, quanto as premissas econômicas.

II - Exposição a Riscos

Através de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- Volatilidade dos Ativos

O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

- Mudanças no Rendimento dos Investimentos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- Risco de Inflação

A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- Expectativa de Vida

A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

III - Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, através da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do passivo atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

Categorias	Valor Justo		% Alocação		
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012	Meta 2013
Títulos de Renda Fixa	14.242	13.736	92,27%	91,14%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	635	763	4,11%	5,06%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	18	16	0,12%	0,11%	0% a 10%
Investimentos no Exterior	-	-	0,00%	0,00%	0% a 5%
Imóveis	513	532	3,32%	3,53%	0% a 7%
Empréstimos a participantes	26	25	0,17%	0,17%	0% a 5%
Total	15.435	15.072	100,00%	100,00%	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (Itaúsa) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 522 (R\$ 589 em 31/12/2012), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 510 (R\$ 498 em 31/12/2012).

Valor Justo

Os ativos dos planos são aqueles atualizados até a data base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados - avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável - avaliados pelo valor de mercado, assim entendido com a cotação média da ação do ultimo dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis - demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustado a valor de mercado por reavaliações efetuadas nos exercícios de 2012 e de 2013, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

Empréstimos a participantes - atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

IV- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	30/09/2013	31/12/2012
1- Ativos Líquidos dos Planos	15.435	15.072
2- Passivos Atuariais	(13.178)	(12.906)
3- Superveniência (1-2)	2.257	2.166
4- Restrição do Ativo (*)	(2.242)	(2.137)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	15	29
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 20a)	484	487
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 20b)	(469)	(458)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

V- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

30/09/2013					
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	15.072	(12.906)	2.166	(2.137)	29
Custo Serviço Corrente	-	(75)	(75)	-	(75)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	901	(768)	133	(131)	2
Benefícios Pagos	(548)	548	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	35	-	35	-	35
Contribuições Participantes	10	-	10	-	10
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	31	31
Ganho/(Perda) Atuarial ^{(3) (4)}	(35)	23	(12)	(5)	(17)
Valor Final do Período	15.435	(13.178)	2.257	(2.242)	15

31/12/2012					
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	11.773	(10.413)	1.360	(1.263)	97
Custo Serviço Corrente	-	(85)	(85)	-	(85)
Juros Líquidos ^{(1) (2)}	1.303	(985)	318	(175)	143
Benefícios Pagos	(671)	671	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	57	-	57	-	57
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(874)	(874)
Mudanças Premissas Financeiras	-	(1.663)	(1.663)	-	(1.663)
Ganho/(Perda) Atuarial ^{(3) (4)}	2.595	(431)	2.164	175	2.339
Valor Final do Período	15.072	(12.906)	2.166	(2.137)	29

(1) Apurado com base no valor inicial do período, descontado o valor médio dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 8,16% (9,72% em 31/12/2012).

(2) Em 31/12/2012 utilizou-se na apuração do retorno esperado do ativo líquido do plano a taxa de 11,60%.

(3) Os ganhos/perdas apresentados no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima/abaixo do retorno esperado.

(4) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 866 (R\$ 3.898 em 31/12/2012).

VI- Total de valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA):

	Resultado		Patrimônio Líquido (ORA)	
	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Custo Serviço Corrente	(75)	(63)	-	-
Juros Líquidos	2	107	-	-
Efeito na restrição do Ativo	-	-	31	(138)
Ganho/(Perda) Atuarial	-	-	(7)	395
Total Valores Reconhecidos	(73)	44	24	257

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 35 (R\$ 34 de 01/01 a 30/09/2012). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2013, a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 35.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2013	708
2014	741
2015	762
2016	784
2017	806
2018 a 2022	4.399

VII- Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto no passivo atuarial pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5% é de:

Alteração da Premissa	Efeito Passivo Atuarial	R\$	Percentual
- Redução em 0,5%	Aumento	868	6,42%
- Acréscimo em 0,5%	Redução	(779)	(6,04%)

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	30/09/2013			31/12/2012		
	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	2.646	(318)	2.328	1.757	(313)	1.444
Juros Líquidos	155	(19)	136	195	(35)	160
Aportes e Contribuições	(94)	-	(94)	(146)	-	(146)
Efeito na Restrição do Ativo	-	-	-	-	(5)	(5)
Ganho/(Perda) Financeira	6	1	7	840	35	875
Valor Final do Período (Nota 20a)	2.713	(336)	2.377	2.646	(318)	2.328

II - Total de Valores Reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA):

	Resultado		Patrimônio Líquido (ORA)	
	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Aportes/ Contribuições	(94)	(103)	-	-
Juros Líquidos	136	120	-	-
Ganho/(Perda) Financeira	-	-	7	26
Efeito na Restrição do Ativo	-	-	-	(1)
Total Valores Reconhecidos	42	17	7	25

No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 126 (R\$ 134 de 01/01 a 30/09/2012), sendo R\$ 94 (R\$ 103 de 01/01 a 30/09/2012) oriundos dos fundos previdenciais.

e) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo Itaú Unibanco Holding, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os seguintes:

I- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	30/09/2013	31/12/2012
No Início do Período	(148)	(120)
Custo de Juros	(9)	(11)
Benefícios Pagos	5	6
Perda Atuarial	(7)	(23)
No Final do Período (Nota 20b)	(159)	(148)

II- Total de Valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA):

	Resultado		Patrimônio Líquido (ORA)	
	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Juros Líquidos	(9)	(8)	-	-
Benefícios Pagos	5	4	-	-
Perda Atuarial	-	-	(7)	-
Total Valores Reconhecidos	(4)	(4)	(7)	-

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2013	6
2014	7
2015	7
2016	8
2017	8
2018 a 2022	52

III- Análise de Sensibilidade - Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados, além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 29b c), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a..

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Reconhecimento	Aumento de 1,0%	Redução de 1,0%
Custo de Serviço e o Custo de Juros	Resultado	2	(2)
Valor Presente da Obrigação	Outros Resultados Abrangentes	26	(21)

Nota 30 – Contratos de Seguros

a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, através de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de seguros e previdência. Os produtos são ofertados através das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

Para todos os segmentos, o processo de criação de um novo produto é feito por demanda considerando novas oportunidades de mercado ou atendimento de alguma negociação específica.

Os produtos desenvolvidos são submetidos a um comitê, coordenado e controlado pela Governança de Produtos, onde todos os fluxos englobando visões operacional, comercial, jurídica, contábil, financeira, controles internos e tecnologia são analisados, discutidos e aprovados pelas diversas áreas envolvidas.

O processo de governança de avaliação de produtos é normatizado pela Política Corporativa de Avaliação de Produtos e Operações e requer a integração de atividades entre áreas de produtos e avaliadoras, formando um grupo organizado de atividades que busca gerar valor para os clientes e promover diferenciais competitivos.

Circulares Normativas Internas prevêm e suportam os fluxos de avaliação e aprovação de produtos, atribuição de responsabilidades, subsídios a execução de processos e também limites máximos e mínimos de saldos, contribuição, prêmio mínimo e outros, que visam preservar a consistência do processo e resultado dos produtos.

Também há políticas de subscrição de riscos estabelecidas em cada segmento, assim como, limites técnicos atuariais por ramo e cobertura, os quais são controlados de forma sistêmica ou operacional.

Este processo de criação de produtos envolve os seguintes passos:

- Desenho do produto pelos gestores atendendo a demanda mercadológica.
- Encaminhamento das características detalhadas do produto para a Governança.
- Parametrizações dos novos produtos nos sistemas informatizados com avaliação concomitante da necessidade de desenvolvimento de novos processos de implementações.
- Lançamento do produto pós autorização do Comitê de Governança de Produtos.

Para produtos de previdência privada, o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e a aprovação de notas técnica atuariais e regulamentos na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para comercialização também são requeridas. Há possibilidade de customizações de valores mínimos, taxas de fundos e carregamento, tábua atuarial e juros mediante negociação com avaliações de modelo de apreamento interno acordadas em contrato específico.

Existem políticas de saldo e contribuições mínimas adequadas a cada negociação. Os benefícios de risco, considerados coberturas acessórias, obedecem a condições próprias e específicas como limite de cobertura, público-alvo e declaração de saúde, entre outros, conforme cada contrato. Adicionalmente riscos agravados contam com cobertura de excedente via resseguro.

Cada produto tem regras conforme canal e segmento onde é comercializado. As políticas de preços são definidas em modelos internos, em conformidade com modelo de apreamento padrão corporativo desenvolvido pela Área de Controle de Riscos e Finanças, no contexto da governança de avaliação de produtos.

A gestão de custos dos produtos de Seguros e Previdência contempla os grupos de despesas administrativas, operacionais e de comercialização, onde as despesas administrativas, partindo da contabilização por centros de custos, são alocadas aos produtos e canais de comercialização de acordo com a definição das respectivas atividades seguindo o modelo gerencial corporativo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As despesas operacionais e de comercialização seguem o ramo para identificação do produto e a segmentação da apólice para a definição do canal de comercialização.

b) Principais Produtos

I- Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, através de suas seguradoras, oferece ao mercado produtos de seguros com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado.

Nesse segmento os clientes estão divididos principalmente entre os mercados Pessoa Física (Varejo, UniClass, Personnalité e Private) e Pessoa Jurídica (Empresas, Corporate e Condomínio).

O contrato firmado entre partes visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido através de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, através de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares e seguros de vida.

- **Seguros Elementares:** garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida.
- **Seguros de Vida:** incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	87,7	88,2	1,4	1,5
Compreensivo Empresarial	50,1	49,5	14,9	15,3
Vida em Grupo	52,0	48,2	11,7	11,0
Prestamista	16,8	22,3	21,7	23,2
Extensão de Garantia - Patrimonial	17,9	18,7	62,8	64,4
Riscos Nomeados e Operacionais	52,1	78,3	4,3	6,1
Acidentes Pessoais Coletivo	7,5	8,5	35,5	38,2

II- Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, através de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- **PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres:** Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- **VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres:** É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- **FGB – Fundo Gerador de Benefícios:** Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação de ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas Diretos				Resseguros				Prêmios e Contribuições Retidas			
	01/07 a	01/07 a	01/01 a	01/01 a	01/07 a	01/07 a	01/01 a	01/01 a	01/07 a	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
VGBL	2.179	4.002	10.632	11.096	-	-	-	-	2.179	4.002	10.632	11.096
PGBL	332	327	974	1.016	-	-	-	-	332	327	974	1.016
Extensão de Garantia - Patrimonial	360	334	1.036	992	-	-	-	-	360	334	1.036	992
Vida em Grupo	366	339	1.075	980	(6)	(8)	(19)	(30)	360	331	1.056	950
Acidentes Pessoais Coletivo	183	171	520	489	(1)	-	(2)	(1)	182	171	518	488
Danos Pessoais causados por Veículos												
Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	67	100	315	327	-	-	-	-	67	100	315	327
Prestamista	193	121	522	316	6	-	1	-	199	121	523	316
Tradicional	82	86	167	288	-	-	-	-	82	86	167	288
Riscos Diversos	45	80	174	169	(5)	(36)	(55)	(40)	40	44	119	129
Compreensivo Empresarial	54	55	159	164	(13)	(15)	(36)	(37)	41	40	123	127
Doenças Graves ou Terminais	41	37	109	102	(1)	-	(1)	-	40	37	108	102
Riscos Nomeados e Operacionais	274	200	499	382	(232)	(158)	(394)	(287)	42	42	105	95
Acidentes Pessoais Individual	45	25	120	83	(1)	-	(2)	-	44	25	118	83
Riscos de Petróleo	205	25	378	264	(179)	(15)	(331)	(221)	26	10	47	43
Riscos de Engenharia	31	17	90	65	(26)	(12)	(76)	(55)	5	5	14	10
Vida Individual	5	5	13	14	-	-	-	-	5	5	13	14
Demais Ramos	326	279	1.062	863	(65)	(48)	(243)	(213)	261	231	819	650
Total	4.788	6.203	17.845	17.610	(523)	(292)	(1.158)	(884)	4.265	5.911	16.687	16.726

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas de seguros e previdência são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente.

I - Seguros e Previdência

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. A provisão contempla estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas, de sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. A provisão deve contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNER (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido.
- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto.
- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída, após ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto.
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** – constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes financeiros, conforme regulamentação em vigor, caso haja sua previsão contratual.
- **Outras Provisões Técnicas (OPT)** – constituída quando constatada insuficiência de prêmios ou contribuições relacionadas ao pagamento de sinistros e de benefícios;
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** – abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** – constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e benefícios.

II – Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação e dos saldos das Provisões de Seguros e Previdência Privada:

II.I - Movimentação das Provisões Técnicas

	30/09/2013				31/12/2012			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
Saldo Inicial	9.120	23.729	57.469	90.318	7.609	20.893	42.402	70.904
(+) Adições Decorrentes de Prêmios / Contribuições	6.022	1.196	10.561	17.779	6.940	1.893	15.710	24.543
(-) Diferimento pelo Risco Decorrido	(5.401)	(102)	-	(5.503)	(6.576)	-	-	(6.576)
(-) Pagamento de Sinistros / Benefícios	(1.750)	(104)	(9)	(1.863)	(2.126)	(92)	(6)	(2.224)
(+) Sinistros Avisados	1.612	-	-	1.612	3.073	-	-	3.073
(-) Resgates	(2)	(885)	(7.405)	(8.292)	(4)	(985)	(5.213)	(6.202)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	(22)	(153)	(175)	-	161	57	218
(+) Atualização das Provisões e Excedente Financeiro	1	663	1.066	1.730	3	1.891	4.440	6.334
(+/-) Outras (Constituição/Reversão)	140	22	(4)	158	201	(32)	79	248
Provisão de Seguros e Previdência Privada	9.742	24.497	61.525	95.764	9.120	23.729	57.469	90.318

II.II - Saldo das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Total	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Prêmios não Ganhos	5.311	4.693	9	6	5.320	4.699
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	19	19	84.538	79.733	84.557	79.752
Resgates e Outros Valores a Regularizar	19	18	57	55	76	72
Excedente Financeiro	1	1	492	514	493	515
Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	3.033	3.049	94	87	3.127	3.136
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados - IBNR	845	821	12	12	857	833
Despesas Relacionadas e Administrativas	178	182	41	40	219	223
Outras Provisões	336	336	779	751	1.115	1.087
Total ⁽²⁾	9.742	9.120	86.022	81.198	95.764	90.318

(1) A provisão de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 30e.

(2) Este quadro contempla as alterações regulamentadas pela Circular Susep nº 462, de 01/03/2013, inclusive para fins comparativos.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2013	2.231
Constituições	124
Amortizações	(79)
Saldo em 30/09/2013	2.276
Saldo a amortizar até 12 meses	1.038
Saldo a amortizar após 12 meses	1.238
Saldo em 01/01/2012	2.064
Constituições	207
Amortizações	(40)
Saldo em 31/12/2012	2.231
Saldo a amortizar até 12 meses	1.412
Saldo a amortizar após 12 meses	819

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na Nota 30I.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros cadastrados. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

Os valores apresentados nas tabelas, expressam a posição de 30/06/2013, uma vez que os cálculos atuariais são realizados semestralmente:

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar (*)	2.938
(-) Operações DPVAT	130
(-) IBNER (sinistros não suficientemente avisados)	263
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	31
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib)	2.514

(*) Sinistros a Liquidar bruto de resseguros, demonstrados na Nota 30c III de 30/06/2013.

Ia - Sinistros Administrativos - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2013	Total
No Final do Ano de Divulgação	1.546	1.711	1.815	1.677	2.305	-
1 ano depois	1.560	1.674	1.856	1.665	-	-
2 anos depois	1.526	1.626	1.845	-	-	-
3 anos depois	1.593	1.704	-	-	-	-
4 anos depois	1.592	-	-	-	-	-
Estimativa Corrente	1.592	1.704	1.845	1.665	2.305	9.111
Pagamentos Acumulados até a Data Base	1.546	1.561	1.649	1.364	1.160	7.280
Passivo Reconhecido no Balanço	46	143	196	301	1.145	1.831
Passivo em Relação a Anos Anteriores a 2008						165
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						1.996

Ib - Sinistros Judiciais - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2013	Total
No Final do Ano de Divulgação	98	40	27	63	37	
1 ano depois	109	51	48	64	-	
2 anos depois	110	87	54	-	-	
3 anos depois	123	92	-	-	-	
4 anos depois	125	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	125	92	54	64	37	372
Pagamentos Acumulados até a Data Base	84	38	20	35	25	202
Passivo Reconhecido no Balanço	41	54	34	29	12	170
Passivo em Relação a Anos Anteriores a 2008						348
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						518

II - Líquido de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	2.938
(-) Operações DPVAT	130
(-) IBNER	263
(-) Resseguros ⁽²⁾	1.690
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	31
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (IIa + IIb)	824

(1) Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na Nota 30c III em 30/06/2013.

(2) Operações de resseguros demonstradas na Nota 30I III em 30/06/2013.

IIa - Sinistros Administrativos - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2013	Total
No Final do Ano de Divulgação	1.088	1.068	1.184	1.219	1.423	
1 ano depois	1.099	1.065	1.206	1.225	-	
2 anos depois	1.094	1.062	1.203	-	-	
3 anos depois	1.095	1.061	-	-	-	
4 anos depois	1.095	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	1.095	1.061	1.203	1.225	1.423	6.007
Pagamentos Acumulados até a Data Base	1.082	1.044	1.157	1.171	1.054	5.508
Passivo Reconhecido no Balanço	13	17	46	54	369	499
Passivo em Relação a anos Anteriores a 2008						19
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						518

IIb - Sinistros Judiciais - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2013	Total
No Final do Ano de Divulgação	87	38	26	58	37	
1 ano depois	97	48	47	59	-	
2 anos depois	98	61	51	-	-	
3 anos depois	107	64	-	-	-	
4 anos depois	109	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	109	64	51	59	37	320
Pagamentos Acumulados até a Data Base	79	38	21	34	25	197
Passivo Reconhecido no Balanço	30	26	30	25	12	123
Passivo em Relação a Anos Anteriores a 2008						183
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						306

As variações observadas nas estimativas dos sinistros ocorridos no ano de 2010 devem-se principalmente à ocorrência de sinistros atípicos, com valores brutos muitas vezes superiores à média até então observada. Porém, como os percentuais de resseguro são elevados, a análise líquida não sofre interferência deste fator. Além disso, em face da grande volatilidade inerente às análises dos dados brutos de resseguro, principalmente na operação de grandes riscos, recomenda-se a análise dos valores líquidos de resseguro.

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

Adicionalmente, é importante ressaltar que o ITAU UNIBANCO HOLDING constitui a provisão de IBNER com o objetivo de cobrir a expectativa do montante de ajustes nos sinistros (não individualizáveis) no momento de constituição da Provisão de Sinistros a Liquidar, principalmente nos casos judiciais, onde o desenvolvimento do sinistro é muito lento.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Contratos de Seguros, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência neste período.

As premissas utilizadas no teste foram:

- a) Os critérios de agrupamento de riscos consideram grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.
- b) A relevante estrutura a termos de taxa de juros livre de risco foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de um spread que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos *Held to Maturity* da carteira de Ativos Garantidores.
- c) A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de *chain ladder* com periodicidade trimestral.
- d) Cancelamentos, resgates parciais, contribuições futuras, conversões em renda e despesas administrativas são revistos periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias. Desta forma, representam as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes.
- e) Mortalidade: tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas Premissas Atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e apuração de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, benchmarks de mercado e na experiência do atuário.

Foram efetuados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes com base em variações nas principais premissas atuariais. Os resultados da análise de sensibilidade do TAP - Teste de Adequação dos Passivos foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	30/06/2013 ^(*)		31/12/2012	
	Impacto no Resultado do TAP		Impacto no Resultado do TAP	
	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência

(*) Os valores apresentados na tabela expressam a posição de 30/06/2013, uma vez que os cálculos atuariais são realizados semestralmente.

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Para os produtos de grandes riscos adota-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo:

	01/07 a 30/09/2013			01/07 a 30/09/2012			01/01 a 30/09/2013			01/01 a 30/09/2012		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
Danos												
Extensão de Garantia	360	360	100,0	334	334	100,0	1.036	1.036	100,0	992	992	100,0
DPVAT	67	67	100,0	100	100	100,0	315	315	100,0	327	327	100,0
Pessoas												
Vida em Grupo	366	360	98,4	339	331	97,6	1.075	1.056	98,2	980	950	96,9
Acidentes Pessoais Coletivo	183	182	99,5	171	171	100,0	520	518	99,6	489	488	99,8
Acidentes Pessoais Individual	45	44	97,8	25	25	100,0	120	118	98,3	83	83	100,0
Vida Individual	5	5	100,0	5	5	100,0	13	13	100,0	14	14	100,0
Grandes Riscos												
Riscos Nomeados e Operacionais	274	42	15,3	200	42	21,0	499	105	21,0	382	95	24,9
Riscos de Petróleo	205	26	12,7	25	10	40,0	378	47	12,4	264	43	16,3
Riscos de Engenharia	31	5	16,1	17	5	29,4	90	14	15,6	65	10	15,4

i) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Subscrição

• Controle Centralizado do Risco de Subscrição

O controle dos riscos da seguradora é realizado de forma centralizada pela Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos, ao passo que a gestão é de responsabilidade das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

• Gestão Descentralizada do Risco de Subscrição

A gestão do risco de subscrição é responsabilidade da Área de Negócios, sendo coordenada pela Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com participação da Área Atuarial Institucional e Unidades e Gestores de Produtos. Estas unidades, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

j) Papéis e Responsabilidades

I- Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos

Cumpre a esta área gerar condições para:

- Validação e controle dos modelos de risco de subscrição.
- Controle e avaliação das alterações nas políticas da atividade de Seguros e Previdência.
- Acompanhamento do desempenho das carteiras de Seguros e Previdência.
- Desenvolvimento de modelos de risco de subscrição.
- Avaliação do risco dos produtos, em sua criação e de maneira recorrente, de Seguros e Previdência.
- Definição e publicidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Subscrição.
- Adoção de políticas de remuneração que não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo estabelecidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

II- Área Executiva Responsável por Risco Operacional e Eficiência

- Definição dos métodos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do Risco Operacional.
- Reporte tempestivo dos principais pontos de ocorrências de riscos operacionais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Atendimento às demandas do Banco Central do Brasil e demais órgãos reguladores brasileiros referentes à gestão de risco operacional, bem como o monitoramento da aderência das unidades e Áreas de Controle do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, sob a coordenação da Área de *Compliance* Legal, à regulamentação dos órgãos supervisores locais.

III- Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição

- Aplicar e/ou enquadrar os produtos às exigências da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Atender às solicitações da área Executiva independente responsável pelo Controle de Riscos, elaborando ou fornecendo bases de dados e informações para a elaboração de relatórios gerenciais ou estudos específicos, quando disponíveis.
- Garantir a qualidade das informações utilizadas nos modelos de probabilidade de sinistro e das perdas em caso de sinistro.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.

IV- Área de Resseguros

- Definir políticas de acesso aos mercados de resseguro, regulamentando as operações de Subscrição alinhadas com as avaliações de crédito e subscrição da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Garantir atualização, alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas ao resseguro.

V- Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING

- Elaborar políticas e procedimentos de subscrição que aborem todo o ciclo de subscrição.
- Elaborar os indicadores estratégicos, informando os eventuais desajustes às alçadas superiores.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Monitorar os riscos incorridos das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição.
- Reportar, com qualidade e celeridade, as informações requeridas sob sua responsabilidade aos órgãos reguladores brasileiros.

VI- Área Atuarial

- Desenvolver e aperfeiçoar modelos de provisões e reservas e encaminhá-los, devidamente documentados, à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir o alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas às operações devidamente conciliadas contabilmente.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.

VII- Área de Controles Internos

- Verificar regularmente a adequação do sistema de controles internos.
- Conduzir revisões periódicas do processo de risco da atividade de seguros e para assegurar sua integridade, precisão e razoabilidade.

VIII- Auditoria Interna

Efetuar verificações independentes e periódicas quanto à efetividade do processo de controle do risco da atividade de Seguros e Previdência, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria.

A administração das unidades de seguros e previdência privada trabalha em conjunto com o gestor de investimentos para assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente a empresa elabora mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito sob pressupostos atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessa informação, utiliza modelos de *Asset Liability Management* para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

Risco de Mercado

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas (Nota 36 – Risco de Mercado):

- **Valor em Risco (VaR - Value at Risk):** medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança (Nota 36);
- **Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse):** técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- **Sensibilidade (DV01 – Delta Variation):** em relação às operações de seguros, impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas;
- **Concentração:** exposição acumulada de determinado ativo ou fator de risco calculada a valor de mercado (“MtM – Mark to Market”).

Classe	(R\$ milhões)			
	30/09/2013		31/12/2012	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Título Público				
NTN-C	4.036	(3,74)	3.254	(3,53)
NTN-B	1.456	(1,73)	1.821	(2,20)
NTN-F	7	(0,00)	7	-
LTN	-	-	168	(0,00)
Futuro DI	-	-	1	-
Título Privado				
Indexado a IGPM	3	(0,00)	26	(0,00)
Indexado a IPCA	314	(0,24)	289	(0,22)
Indexado a PRE	65	(0,00)	67	(0,01)
Ações	587	5,87	523	5,23
Ativos Pós-Fixados	6.401	-	5.660	-
Compromissadas Over	7.973	-	4.574	-

Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez é feito de forma contínua a partir do monitoramento do fluxo dos pagamentos relativo aos seus passivos vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela sua carteira de ativos financeiros. Além disso, seguindo os princípios de conservadorismo e prudência, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantém recursos investidos em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às suas necessidades regulares e contingenciais de liquidez.

Passivo	30/09/2013		31/12/2012		Ativo	30/09/2013		31/12/2012	
	Valor	DU ⁽¹⁾	Valor	DU ⁽¹⁾		Valor	DU ⁽¹⁾	Valor	DU ⁽¹⁾
Operações de Seguros					Ativo Garantidor				
Prêmios não Ganhos ⁽²⁾	2.096	17,8	1.746	17,3	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	2.096	2,1	1.746	7,0
IBNR, PDR e PSL ⁽³⁾	1.531	17,1	1.409	17,6	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.531	4,6	1.409	7,0
Outras Provisões	338	134,6	253	182,1	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	338	14,6	253	7,0
Subtotal	3.965		3.408		Subtotal	3.965		3.408	
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual									
Despesas Relacionadas	41	106,1	40	126,2	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	41	112,6	40	134,8
Prêmios não Ganhos ⁽²⁾	11		8		LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	11	1,8	8	7,0
Sinistros Liquidar	96		90		LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	96	1,8	90	7,0
IBNR	13		13		LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	13	1,8	13	7,0
Resgates e Outros Valores a Regularizar	76		71		LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	76	1,9	71	6,9
Matemática de Benefícios Concedidos	1.139	106,3	1.066	126,5	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures	1.139	113,4	1.066	135,7
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL/VGBL	79.667	97,9	75.055	132,8	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures ⁽⁴⁾	79.667	14,9	75.055	26,9
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	3.749	135,6	3.630	179,4	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	3.749	92,8	3.630	136,3
Outras Provisões	779	135,7	914	179,4	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	779	92,5	914	136,3
Excedente Financeiro	493	135,7	515	179,4	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	493	92,6	515	136,3
Subtotal	86.064		81.403		Subtotal	86.064		81.403	
Total Reservas Técnicas	90.029		84.811		Total Ativos Garantidores	90.029		84.811	

(1) DU = Duration em meses.

(2) Valor Líquido de Direito Creditório.

(3) Líquido de Depósitos Judiciais e de Provisões Retidas IRB.

(4) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável.

Risco de Crédito

Discriminação dos Resseguradores

- **Operações de Seguros:** As operações de prêmios emitidos de resseguro estão representadas basicamente por: IRB Brasil Resseguros com 38,74% (37,60% em 31/12/2012), Lloyd's (A+) com 14,58% (13,87% em 31/12/2012), American Home Assurance Company (A) com 10,51% (13,73% em 31/12/2012), Munich Re do Brasil com 6,32% (6,25% em 31/12/2012), e Mapfre Re, Cia De Reaseguros,S.A.com 3,18% (1,62% em 31/12/2012).

- **Operações de Previdência:** As operações de previdência referentes aos prêmios emitidos de resseguro estão representadas em sua totalidade por General Reinsurance AG com 47,14% (48,57% em 31/12/2012) e Munich Re do Brasil com 52,86% (34,85% em 31/12/2012). Nas operações de seguros, os repasses de prêmio de resseguro estão distribuídos em IRB Brasil Resseguros e Munich Re do Brasil detentores de 50% cada, inclusive em 31/12/2012.

A agência de rating utilizada para classificação das resseguradoras é a Standard & Poor's.

Nível de risco dos ativos financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros das operações de seguros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

30/09/2013							
Classificação Interna ^(*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	13.069	43.321	-	122	1.838	3.095	61.445
Médio	-	10.602	-	-	517	-	11.119
Alto	-	157	-	-	-	-	157
Total	13.069	54.080	-	122	2.355	3.095	72.721
%	18,0	74,3	-	0,2	3,2	4,3	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas propabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

31/12/2012							
Classificação Interna ^(*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	9.030	35.110	-	24	1.700	2.995	48.859
Médio	-	20.850	-	72	583	-	21.505
Alto	-	-	-	-	-	-	-
Total	9.030	55.960	-	96	2.283	2.995	70.364
%	12,8	79,5	-	0,1	3,2	4,3	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas propabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 126, de 15/01/2007, houve abertura do mercado de resseguro com a criação de três categorias de empresas autorizadas a operar no Brasil, local, admitida e eventual (sendo as duas últimas respectivamente resseguradoras com ou sem escritório de representação no Brasil). A transição para o novo mercado foi feita de modo progressivo mantendo o direito de preferência para as empresas resseguradoras locais a 60% dos prêmios cedidos pelas seguradoras até janeiro de 2010, após esse período esse percentual pode ser reduzido para 40%. A partir de 31 de março de 2011, esse percentual de 40% deve obrigatoriamente ser cedido para resseguradores locais.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguro representam os valores estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são registrados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em Outros Ativos - Despesas Antecipadas e amortizados em Outras Despesas Operacionais ou de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

	Créditos		Débitos	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	234	214	384	313
Contratos Emitidos	-	-	1.105	1.106
Sinistros a Recuperar	18	26	-	-
Antecipação/Pagamentos ao Ressegurador	(19)	(7)	(838)	(1.043)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	-	(10)	8
Outras Constituições / Reversões	(5)	1	-	-
Saldo Final	228	234	641	384

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

	30/09/2013	31/12/2012
Sinistros de Resseguros	2.157	2.098
Prêmios de Resseguros	962	700
Comissão de Resseguros	(48)	(45)
Saldo Final	3.071	2.753

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

	30/09/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	2.098	1.394
Sinistros Avisados	439	1.313
Sinistros Pagos	(393)	(598)
Outras Constituições / Reversões	2	(11)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	11	-
Saldo Final (*)	2.157	2.098

(*) Inclui Provisão Despesas de Sinistros, IBNER (Provisão de Sinistros não suficientemente avisados), IBNR (Provisão de Sinistros não avisados), não contemplados da tabela de desenvolvimento de sinistros líquido de resseguros Nota 30 ell.

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

	30/09/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	700	535
Constituições	1.043	1.049
Reversões	(781)	(884)
Saldo Final	962	700

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

	30/09/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	(45)	(58)
Constituições	(50)	(64)
Reversões	47	77
Saldo Final	(48)	(45)

m) Entidades Reguladoras

As operações de seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e consequentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15/07/1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21/11/1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

n) Requerimentos de Capital para a Atividade de Seguros

O CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados divulgou em 18/02/2013 as Resoluções CNSP nº 280 (que revogou a Circular nº 411 de 22/12/2010), nº 282 (que revogou a Resolução nº 227 de 06/12/2010), nº 283 e nº 284. Os normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras, vida e previdência, capitalização e as regras de alocação de capital provenientes do risco de subscrição e operacional. Em Janeiro de 2011 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 228 de 6/12/2010, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades supervisionadas.

Nota 31 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	30/09/2013		31/12/2012	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	81.467	81.467	77.668	77.668
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	20.581	20.586	23.826	23.853
Aplicações no Mercado Aberto	177.927	177.927	162.737	162.737
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	139.685	139.685	145.516	145.516
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado (*)	332	332	220	220
Derivativos (*)	10.836	10.836	11.597	11.597
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)	85.607	85.607	90.869	90.869
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.709	4.461	3.202	4.517
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	364.398	365.437	341.271	343.375
Outros Ativos Financeiros	45.502	45.502	44.492	44.492
Passivos Financeiros				
Depósitos	252.279	252.035	243.200	243.127
Captação no Mercado Aberto	267.775	267.775	267.405	267.405
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	402	402	642	642
Derivativos (*)	9.180	9.180	11.069	11.069
Recursos de Mercados Interbancários	107.834	107.511	97.073	96.858
Recursos de Mercados Institucionais	71.092	71.673	72.028	71.036
Passivos de Planos de Capitalização	2.989	2.989	2.892	2.892
Outros Passivos Financeiros	50.050	50.050	50.255	50.255

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 36) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias Prestadas no total de R\$ 69.522 (R\$ 60.310 em 31/12/2012) com o valor justo estimado de R\$ 747 (R\$ 728 em 31/12/2012).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto, Captação no Mercado Aberto e Passivos de Capitalização** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Depósitos, Recursos de Mercados Interbancários e Recursos de Mercados Institucionais** – ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:
 - Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&FBOVESPA, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas, etc.).
 - Futuros e Termo:** Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*.

- **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black&Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses spreads se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as taxas atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Outros Ativos/Passivos Financeiros – basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de passivos contingentes e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

De acordo com o IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreamento continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados (principalmente NTN-I, NTN-A1, NTN-A3, CRI, TDA e CCI com vencimentos após 2025, CVS e notas promissórias) e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no Nível 2 são *swaps* de inadimplência de crédito, *swaps* de moeda cruzada, *swaps* de taxa de juros, opções de plain vanilla, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas *commodities*. Estas operações têm seu apreçamento derivado de superfície de volatilidade gerada a partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/09/2013 e 31/12/2012 para os Ativos de Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

	30/09/2013				31/12/2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	108.010	31.654	21	139.685	118.548	26.948	20	145.516
Fundos de Investimento	11	1.256	-	1.267	-	1.468	-	1.468
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	98.918	2.117	-	101.035	111.045	161	-	111.206
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.965	-	-	1.965	1.286	-	-	1.286
Títulos Públicos - Outros Países	757	361	-	1.118	710	162	-	872
Argentina	95	-	-	95	106	-	-	106
Estados Unidos	334	-	-	334	345	-	-	345
México	258	-	-	258	225	-	-	225
Chile	-	18	-	18	-	108	-	108
Uruguai	-	48	-	48	-	33	-	33
Colômbia	-	295	-	295	34	-	-	34
Bélgica	67	-	-	67	-	-	-	-
Peru	3	-	-	3	-	21	-	21
Títulos de Empresas	6.359	27.920	21	34.300	5.507	25.157	20	30.684
Ações Negociáveis	2.869	-	-	2.869	2.815	-	-	2.815
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	20	-	20	-	21	-	21
Certificado de Depósito Bancário	-	2.946	-	2.946	-	2.933	-	2.933
Debêntures	3.490	2.038	-	5.528	2.692	1.944	-	4.636
<i>Euro Bonds</i> e Assemelhados	-	1.405	-	1.405	-	1.612	-	1.612
Notas Promissórias	-	-	21	21	-	-	20	20
Letras Financeiras	-	21.234	-	21.234	-	18.441	-	18.441
Outros	-	277	-	277	-	206	-	206
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	38.970	43.758	2.879	85.607	48.351	40.029	2.489	90.869
Fundos de Investimento	-	226	-	226	-	255	-	255
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	16.455	488	270	17.213	25.131	25	306	25.462
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	17.803	-	-	17.803	18.065	-	-	18.065
Títulos Públicos - Outros Países	765	7.246	38	8.049	602	6.535	-	7.137
Estados Unidos	470	-	-	470	375	-	-	375
Dinamarca	-	2.980	-	2.980	-	2.554	-	2.554
Coréia	-	2.455	-	2.455	-	1.662	-	1.662
Chile	-	884	38	922	-	1.534	-	1.534
Paraguai	-	546	-	546	-	491	-	491
Uruguai	-	381	-	381	-	294	-	294
Bélgica	118	-	-	118	71	-	-	71
França	84	-	-	84	57	-	-	57
Reino Unido	-	-	-	-	83	-	-	83
Holanda	58	-	-	58	-	-	-	-
Alemanha	30	-	-	30	-	-	-	-
Outros	5	-	-	5	16	-	-	16
Títulos de Empresas	3.947	35.798	2.571	42.316	4.553	33.214	2.183	39.950
Ações Negociáveis	2.346	698	-	3.044	2.258	1.554	-	3.812
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	7.525	1.281	8.806	-	7.200	1.368	8.568
Certificado de Depósito Bancário	-	1.670	27	1.697	-	391	-	391
Debêntures	1.583	12.755	-	14.338	2.280	11.684	-	13.964
<i>Euro Bonds</i> e Assemelhados	18	3.943	68	4.029	15	5.576	5	5.596
Notas Promissórias	-	-	1.165	1.165	-	-	777	777
Cédula do Produtor Rural	-	637	-	637	-	778	-	778
Letras Financeiras	-	7.989	-	7.989	-	5.720	-	5.720
Outros	-	581	30	611	-	311	33	344
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	332	-	332	-	220	-	220
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	-	332	-	332	-	220	-	220
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	402	-	402	-	642	-	642
Notas Estruturadas	-	402	-	402	-	642	-	642

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/09/2013 e 31/12/2012 para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	30/09/2013				31/12/2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos - Ativo	260	10.421	155	10.836	-	11.284	313	11.597
Opções	-	1.677	22	1.699	-	1.759	147	1.906
Termo	-	3.405	-	3.405	-	3.528	2	3.530
Swaps - Diferencial a Receber	-	4.021	-	4.021	-	3.661	25	3.686
Verificação de Swap	-	71	-	71	-	35	-	35
Derivativos de Crédito	-	376	-	376	-	728	-	728
<i>Forwards</i>	-	399	-	399	-	379	-	379
Futuros	260	-	-	260	-	-	-	-
Outros Derivativos	-	472	133	605	-	1.194	139	1.333
Derivativos - Passivo	-	(9.169)	(11)	(9.180)	(23)	(10.877)	(169)	(11.069)
Opções	-	(1.619)	(11)	(1.630)	-	(2.132)	(149)	(2.281)
Termo	-	(1.905)	-	(1.905)	-	(2.291)	(2)	(2.293)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(4.679)	-	(4.679)	-	(5.053)	(15)	(5.068)
Swap c/ Verificação	-	(107)	-	(107)	-	(42)	-	(42)
Derivativos de Crédito	-	(267)	-	(267)	-	(90)	-	(90)
<i>Forwards</i>	-	(248)	-	(248)	-	(343)	(3)	(346)
Futuros	-	-	-	-	(23)	-	-	(23)
Outros Derivativos	-	(344)	-	(344)	-	(926)	-	(926)

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 30/09/2013 e 31/12/2012. Transferências para dentro e fora do nível 3 são apresentadas nas movimentações do nível 3.

Mensuração de Valor Justo de Nível 2 Baseado em Serviços de Apreçamento e Corretoras

Quando informações de apreçamento não estão disponíveis para os títulos classificados como Nível 2, são utilizados serviços de apreçamento, tal como Bloomberg ou corretoras para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de apreçamento que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 75.744 milhões de instrumentos financeiros classificados como Nível 2, em 30 de Setembro de 2013, foi usado o serviço de apreçamento ou corretoras para avaliar títulos com valor justo de R\$ 22.732 milhões, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os *outliers*.
- **Títulos Globais e Corporativos:** O processo de apreçamento destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do Itaú Unibanco fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. O processo diário de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados. Fatores como a curva pré-fixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa. Nos casos de *swap*, a análise é feita por indexador de ambas as pontas. Há alguns casos em que os prazos dos dados são mais curtos do que o próprio vencimento do derivativo.

Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

	Valor justo em 31/12/2012	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras e Emissões	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 30/09/2013	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	20	-	30	(30)	-	21	-
Títulos de Empresas - Notas Promissórias	20	1	30	(30)	-	21	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2.489	(171)	2.829	(2.268)	-	2.879	460
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	306	(129)	93	-	-	270	(95)
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	-	(6)	81	(37)	-	38	-
Títulos de Empresas	2.183	(36)	2.655	(2.231)	-	2.571	555
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.368	(82)	393	(398)	-	1.281	567
Notas Promissórias	777	22	2.158	(1.792)	-	1.165	(8)
Certificado de Depósito Bancário	-	-	27	-	-	27	-
<i>Euro Bonds</i> e Assemelhados	5	27	77	(41)	-	68	-
Outros	33	(3)	-	-	-	30	(4)

	Valor Justo em 31/12/2012	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras e Emissões	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 30/09/2013	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
Derivativos - Ativo	313	(145)	184	(171)	(26)	155	19
Opções	147	7	33	(165)	-	22	5
Swaps - Diferencial a Receber	25	-	4	(3)	(26)	-	-
Termo	2	-	-	(2)	-	-	-
Outros Derivativos	139	(152)	147	(1)	-	133	14
Derivativos - Passivo	(169)	4	(17)	156	15	(11)	(1)
Opções	(149)	4	(16)	150	-	(11)	(1)
Termo	(2)	-	-	2	-	-	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(15)	-	-	-	15	-	-
Forwards	(3)	-	(1)	4	-	-	-

	Valor Justo em 31/12/2011	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras e Emissões	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2012	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	290	(238)	71	(103)	-	20	-
Títulos de Empresas - Notas Promissórias	290	(238)	71	(103)	-	20	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.596	234	3.028	(2.369)	-	2.489	638
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	259	75	364	(392)	-	306	17
Títulos de Empresas	1.337	159	2.664	(1.977)	-	2.183	621
Certificado de Recebíveis Imobiliários	691	123	684	(130)	-	1.368	623
Notas Promissórias	646	37	1.941	(1.847)	-	777	-
<i>Euro Bonds</i> e Assemelhados	-	(3)	8	-	-	5	(3)
Outros	-	2	31	-	-	33	1

	Valor Justo em 31/12/2011	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras e Emissões	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2012	Total de Ganhos (perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
Derivativos - Ativo	905	20	243	(855)	-	313	12
Opções	688	25	218	(784)	-	147	17
Swaps - Diferencial a Receber	18	(6)	13	-	-	25	4
Termo	3	-	6	(7)	-	2	1
Forwards	1	-	-	(1)	-	-	-
Outros Derivativos	195	1	6	(63)	-	139	(10)
Derivativos - Passivo	(700)	19	(238)	750	-	(169)	(30)
Opções	(676)	21	(228)	734	-	(149)	(17)
Termo	(7)	-	(7)	12	-	(2)	1
Swaps - Diferencial a Pagar	(16)	(2)	-	3	-	(15)	(14)
Forwards	(1)	-	(3)	1	-	(3)	-

Derivativos: em 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transferiu R\$ 11 de Swap do nível 3 para o nível 2, em função da disponibilidade de dados observáveis para tais derivativos.

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 é mensurado utilizando-se técnicas que avaliam premissas não diretamente observadas nos preços de transações correntes em mercados ativos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Aumentos (reduções) significativos em qualquer desses inputs isolados podem resultar em reduções (aumentos) significativos no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que combinam choques nos preços com choques de volatilidades para ativos não lineares (volatilidades decorrentes da ausência de linearidade entre os preços dos derivativos e dos ativos-objetos):

Sensibilidade - Operações Nível III		30/09/2013	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(0,0)	(2,0)
	II	(1,0)	(49,0)
	III	(1,9)	(96,2)
Moedas, <i>Commodities</i> e Índices	I	-	-
	II	-	-
Não Lineares	I	(9,3)	-
	II	(16,7)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, *Commodities* e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques combinados de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques combinados de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos

Provisões	30/09/2013	31/12/2012
Cíveis	3.801	3.732
Trabalhistas	5.044	4.852
Fiscais e Previdenciárias	10.669	10.433
Outros	215	192
Total	19.729	19.209
Circulante	1.978	4.116
Não Circulante	17.751	15.093

Na execução das atividades normais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito a contingências que podem ser classificadas conforme segue:

a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.

b) **Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING também é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

A jurisprudência no Supremo Tribunal Federal (STF) é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, no Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi decidido que o prazo para a propositura de ações cíveis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em ações cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 1.893 (R\$ 1.648 em 30/09/2012), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes, sendo que neste total não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente conforme modelo estatístico que precifica as ações, acrescido do custo médio de honorários. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não existem ações trabalhistas categorizadas como perda possível de valores relevantes.

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 30/09/2013			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	3.732	4.852	192	8.776
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	13	14	-	27
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(118)	(948)	-	(1.066)
Subtotal	3.627	3.918	192	7.737
Atualização/Encargos (Nota 26)	144	151	-	295
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>1.160</u>	<u>1.077</u>	<u>23</u>	<u>2.260</u>
Constituição (*)	1.682	1.217	25	2.924
Reversão	(522)	(140)	(2)	(664)
Pagamento	(1.265)	(946)	-	(2.211)
Subtotal	3.666	4.200	215	8.081
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	135	844	-	979
Saldo Final	3.801	5.044	215	9.060
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/09/2013 (Nota 20a)	2.166	2.373	-	4.539

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 176.

	01/01 a 30/09/2012			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	3.166	4.014	165	7.345
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(137)	(930)	-	(1.067)
Subtotal	3.029	3.084	165	6.278
Atualização/Encargos (Nota 26)	101	87	-	189
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>1.251</u>	<u>896</u>	<u>13</u>	<u>2.160</u>
Constituição (*)	1.769	936	14	2.719
Reversão	(518)	(40)	(1)	(559)
Pagamento	(1.265)	(673)	-	(1.939)
Subtotal	3.116	3.394	178	6.688
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	134	836	-	969
Saldo Final	3.250	4.230	178	7.658
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/09/2012 (Nota 20a)	2.049	2.438	-	4.487

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 202.

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012
Saldo Inicial	10.433	8.645
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	9	-
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(61)	(58)
Subtotal	10.381	8.587
Atualização/Encargos ⁽¹⁾	372	697
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>327</u>	<u>352</u>
Constituição ⁽¹⁾	556	573
Reversão ⁽¹⁾	(229)	(221)
Pagamento	(467)	(75)
Subtotal	10.613	9.561
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	56	61
Saldo Final ⁽²⁾	10.669	9.622

(1) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

(2) Contempla valores decorrentes de participações em Joint Ventures no montante de R\$ 12.

Depósitos em Garantia	30/09/2013	30/09/2012
Saldo Inicial	4.557	5.178
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	8	-
Apropriação de Rendas	198	270
Movimentação do Período	<u>789</u>	<u>181</u>
Novos Depósitos	1.412	230
Levantamentos Efetuados	(10)	(41)
Conversão em Renda	(613)	(8)
Saldo Final (Nota 20a)	5.552	5.629
Reclassificação para Ativos Dados em Garantia de Contingências (Nota 32d)	1	(896)
Saldo Final após a Reclassificação	5.553	4.733

As principais discussões relativas às Provisões são descritas a seguir:

- PIS e COFINS - Base de Cálculo - R\$ 3.173: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 1.726.
- CSLL - Isonomia - R\$ 2.344: enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 623.
- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior - R\$ 531: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 492.
- PIS - Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade - R\$ 419: pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97, dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 92.

Contingências não reconhecidas no Balanço - Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 11.158, estão descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 2.498: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 1.455: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.
- IRPJ e CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 1.103: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.
- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 616: dedutibilidade do ágio na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura.
- ISS – Atividades Bancárias – R\$ 570: entendemos que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar.
- IRPJ e CSLL – Perdas e Descontos no Recebimento de Créditos – R\$ 478: dedutibilidade das perdas efetivas a título de despesa operacional – cessão de crédito e renegociação.
- INSS – Fator Acidentário de Prevenção – R\$ 395: Adequação do Multiplicador do SAT (Seguro de Acidente do Trabalhador) conforme número de Comunicados de Acidente de Trabalho.
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior – R\$ 353: discussão da base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior.
- IRPJ – Glosa Compensação de Imposto Pago no Exterior – R\$ 321: casos em que são analisadas a liquidez e a certeza do crédito compensado relativo ao imposto de renda pago no exterior por filiais, sucursais, controladas e coligadas.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Incorporação de Ações na Nova Bolsa – R\$ 306: exigência de tributo decorrente do processo de incorporação de ações na Nova Bolsa.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber Relativo a Reembolso de Contingências totaliza R\$ 738 (R\$ 790 em 31/12/2012) (Nota 20a), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em contingências cíveis, trabalhistas e fiscais.

d) Ativos Dados em Garantia de Contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	30/09/2013	30/09/2012
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	1.272	1.640
Depósitos em Garantia de Recursos (Nota 20a)	3.897	4.042

Em geral, os depósitos em garantia de recursos referentes às ações judiciais, no Brasil, devem ser feitos em juízo e são retidos em juízo até que seja tomada uma decisão judicial. No caso de uma decisão desfavorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor depositado é liberado da conta de depósito em garantia de recursos e transferido para a contraparte da ação judicial. No caso de uma decisão favorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor é liberado no montante total depositado atualizado.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com a relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar de forma relevante os resultados de suas operações.

Nota 33 – Capital Regulatório

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil que emite diretrizes e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências de capital mínimo, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

O Acordo de Basileia exige que os bancos apresentem uma relação entre capital regulamentar e exposição ao risco de no mínimo 8%. O capital regulamentar é basicamente composto por dois níveis:

- Nível I: de modo geral, capital social, certas reservas e lucros retidos, menos alguns intangíveis.
- Nível II: inclui, dentre outros e sujeito a certas limitações, reservas para reavaliação de ativos, provisões gerais para créditos de liquidação duvidosa e dívida subordinada, e está limitado ao valor do Capital de Nível I.

Entretanto, o Acordo de Basileia permite que autoridades reguladoras de cada país determinem parâmetros próprios de composição do capital regulamentar e de apuração das parcelas de exposição a risco. Dentre as principais diferenças decorrentes da adoção de parâmetros próprios pela legislação brasileira estão (i) a exigência da relação entre capital regulamentar e ativos ponderados pelo risco de no mínimo 11%; (ii) determinados fatores de ponderação de risco atribuídos a certos ativos e outras exposições; (iii) a exigência de que os bancos aloquem uma parcela de seu patrimônio para cobrir riscos operacionais, variando de 12% a 18% da média de receita bruta de intermediação financeira. Além disso, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, os bancos devem calcular o cumprimento da exigência mínima:

- Com base na consolidação de todas as subsidiárias financeiras regulamentadas pelo Banco Central, inclusive agências e investimentos no exterior, e
- Com base na consolidação completa, considerando todas as empresas controladas societária ou operacionalmente pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, independente de serem ou não regulamentadas pelo Banco Central.

A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital requeridos pelo BACEN. Durante o período o ITAÚ UNIBANCO HOLDING cumpriu todos os requerimentos mínimos de capital aos quais está sujeito.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o índice de Basileia, apurados de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, tanto com base na consolidação das instituições financeiras quanto com base na consolidação total.

	30/09/2013		31/12/2012	
	Instituições Financeiras (Consolidação Parcial)	Consolidação Integral	Instituições Financeiras (Consolidação Parcial)	Consolidação Integral
Capital Regulamentar				
Nível I	85.659	78.712	79.711	72.007
Nível II	37.771	37.771	40.654	37.833
Outras Deduções Determinadas pelo Banco Central do Brasil	(492)	(492)	(420)	(420)
Total	122.938	115.991	119.945	109.421
Exigibilidades para Cobertura das Exposições aos Riscos:				
De Crédito	68.353	65.420	65.964	64.580
De Mercado	2.565	2.511	3.027	3.100
Operacional	4.053	4.870	3.807	4.356
Capital Regulamentar Mínimo Exigido	74.971	72.800	72.798	72.036
Excedente do Capital Regulamentar sobre o Capital Regulamentar Mínimo Exigido	47.967	43.191	47.148	37.385
Exposição Ponderada pelo Risco	681.553	661.818	661.797	654.872
Índice Capital/Ativos Ponderados pelo Risco - %	18,0	17,5	18,1	16,7

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo:

Nome do Papel/Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo contábil
CDB Subordinado - BRL					
	40	2003	2013	102% do CDI	128
	1.865	2007	2014	100% do CDI + 0,35% a 0,6%	3.526
	33			IGPM + 7,22%	74
	1.000	2008	2014	112% do CDI	1.652
	400	2008	2015	119,8% do CDI	701
	50	2010	2015	113% do CDI	73
	466	2006	2016	100% do CDI + 0,7% (*)	947
	2.665	2010	2016	110% a 114% do CDI	3.887
	123			IPCA + 7,21%	191
	367	2010	2017	IPCA + 7,33%	575
	7.009			Total	11.754
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	365	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36%	369
	1.874			112% a 112,5% do CDI	1.893
	30			IPCA + 7%	42
	206	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	255
	3.224	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.313
	352			IPCA + 6,15% a 7,8%	437
	138			IGPM + 6,55% a 7,6%	177
	3.650			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.741
	500	2012	2017	100% do CDI + 1,12%	516
	42	2011	2018	IGPM + 7%	51
	30			IPCA + 7,53% a 7,7%	36
	461	2012	2018	IPCA + 4,40% a 6,58%	538
	3.782			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.891
	6.373			108% a 113% do CDI	6.647
	112			9,95 a 11,95%	126
	2	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	2
	12	2012	2019	11,96%	14
	101			IPCA + 4,70% a 6,30%	115
	1			110% do CDI	1
	20	2012	2020	IPCA + 6,00% a 6,17%	24
	1			111% do CDI	1
	6	2011	2021	109,25% a 110,50% do CDI	7
	2.307	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	2.581
	20			IGPM + 4,63%	21
	23.609			Total	24.798
Euronotes Subordinado - USD					
	990	2010	2020	6,2%	2.264
	1.000	2010	2021	5,8%	2.248
	730	2011	2021	5,75% a 6,2%	1.669
	550	2012	2021	6,2%	1.239
	2.600	2012	2022	5,50% a 5,65%	5.768
	1.851	2012	2023	5,1%	4.209
	7.721			Total	17.397
Total					53.949

(*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

Nota 34 – Informações por Segmento

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

A partir do primeiro trimestre de 2013, foi alterada a forma de apresentação dos segmentos para que esteja mais alinhada ao acompanhamento da evolução dos resultados. Houve mudanças de nomenclatura, com o intuito de adequá-la à realidade da atual estrutura, sendo agora apresentados os seguintes segmentos: Banco Comercial - Varejo, Crédito ao Consumidor - Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado + Corporação. Os resultados das médias empresas, anteriormente alocadas no antigo segmento Banco Comercial, passam a ser reportados no Banco de Atacado, sendo esta a principal alteração desta apresentação.

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

- **Banco Comercial - Varejo**
O resultado do segmento Banco Comercial - Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda, clientes com elevado patrimônio financeiro (*Private Bank*) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas).
- **Crédito ao Consumidor - Varejo**
O resultado do segmento de Crédito ao Consumidor - Varejo decorre de produtos e serviços financeiros ofertados aos clientes não correntistas. Este segmento abrange o financiamento de veículos realizado fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito e a oferta de crédito para população de baixa renda.
- **Banco de Atacado**
O resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.
- **Atividades com Mercado + Corporação**
Este segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração (Comitê Executivo) para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração (Comitê Executivo) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo:

- **Capital Alocado e Alíquota de Imposto de Renda**

A partir da demonstração de resultado gerencial, a preparação da informação por segmento considera a aplicação dos seguintes critérios:

Capital Alocado: Os impactos associados à alocação de capital estão considerados nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis por segmento, que considera, além do capital alocado nível I, o capital alocado nível II (dívida subordinada) e os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular nº 2.682/99 do CMN. Dessa forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (incluindo perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros.

Alíquota de Imposto de Renda: É considerada a alíquota total do imposto de renda, líquida do impacto fiscal do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), para os segmentos Banco Comercial - Varejo, Crédito ao Consumidor - Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado. A diferença entre o valor do imposto de renda calculado por segmento e o valor do imposto de renda efetivo, indicado na demonstração contábil consolidada, é alocada na coluna Atividades com Mercado + Corporação.

- **Reclassificações e Aplicações de Critérios Gerenciais**

A demonstração de resultado gerencial foi utilizada para a preparação da informação por segmento. Essa demonstração foi obtida tendo como base a demonstração de resultado contábil ajustada pelo impacto dos eventos não recorrentes e reclassificações gerenciais no resultado.

A partir do primeiro trimestre de 2013, foram promovidas algumas alterações nos critérios de consolidação dos resultados gerenciais apresentados no intuito de refletir melhor a forma como a administração acompanha os números do banco. Esses ajustes alteram somente a abertura das linhas e, portanto, não afetam o lucro líquido divulgado. Através destas reclassificações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca alinhar a forma de apresentação dos resultados e permitir maior comparabilidade e compreensão na avaliação do desempenho do banco.

Abaixo são descritas as principais reclassificações entre o resultado contábil e o gerencial:

Margem Financeira Gerencial: A margem financeira gerencial considera em cada operação o custo de oportunidade. As demonstrações contábeis foram ajustadas para que o patrimônio líquido contábil fosse substituído por *funding* a preços de mercado. Posteriormente, as demonstrações contábeis foram ajustadas para incorporar as receitas vinculadas ao capital alocado a cada segmento. O custo das dívidas subordinadas e a respectiva remuneração a preços de mercado foram proporcionalmente alocados aos segmentos, de acordo com o capital econômico alocado.

Efeitos Fiscais do Hedge: Foram ajustados os efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior – originalmente contabilizados nas linhas de despesas tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – que são reclassificados para a margem. A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem por objetivo não permitir efeitos decorrentes de variação cambial no resultado. Para que seja alcançada essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A estratégia de *hedge* dos investimentos no exterior também considera o impacto de todos os efeitos fiscais incidentes.

Seguros: As receitas e despesas do negócio de seguros foram concentradas no Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização. As principais reclassificações de receitas referem-se às margens financeiras obtidas com as reservas técnicas de seguros, previdência e capitalização além da receita de administração de recursos de previdência.

Demais Reclassificações: As Outras Receitas, Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas, Resultado não Operacional, Participação no Lucro de administradores e as despesas do programa de recompensa de cartão de crédito foram reclassificados para as linhas que representam a forma como a instituição gere seus negócios, permitindo maior compreensão na análise de desempenho. Dessa forma, por exemplo, o resultado de equivalência patrimonial do investimento no Banco CSF S.A. ("Banco Carrefour") foi reclassificado para a linha de margem financeira. Adicionalmente, para melhor comparabilidade com os novos critérios de consolidação, foram consolidados 100,0% dos resultados de parcerias (anteriormente consolidadas proporcionalmente) e foram reclassificadas as despesas de provisões associadas a títulos e valores mobiliários e derivativos (originalmente classificadas em Despesas não Decorrentes de Juros, para Despesa de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa).

Na coluna de ajustes são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/07 a 30 de Setembro de 2013

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco Comercial Varejo	Crédito ao Consumidor Varejo	Banco de Atacado	Atividade com o Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	11.294	3.728	3.790	800	19.612	533	20.145
Margem Financeira ⁽¹⁾	5.999	2.286	2.837	713	11.835	786	12.621
Receita de Prestação de Serviços	3.219	1.442	873	56	5.590	128	5.718
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	2.076	-	80	31	2.187	(524)	1.663
Outras Receitas	-	-	-	-	-	143	143
Perdas com Créditos e Sinistros	(1.775)	(1.237)	(703)	(40)	(3.755)	196	(3.559)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.168)	(1.569)	(760)	(40)	(4.537)	196	(4.341)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	892	332	73	-	1.297	-	1.297
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(499)	-	(16)	-	(515)	-	(515)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	9.519	2.491	3.087	760	15.857	729	16.586
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(6.612)	(1.838)	(1.595)	56	(9.989)	(554)	(10.543)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(5.969)	(1.565)	(1.369)	(57)	(8.960)	(549)	(9.509)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(643)	(273)	(226)	113	(1.029)	(87)	(1.116)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	-	82	82
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.907	653	1.492	816	5.868	175	6.043
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.058)	(177)	(484)	(77)	(1.796)	72	(1.724)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	(48)	-	(2)	(50)	17	(33)
Lucro Líquido	1.849	428	1.008	737	4.022	264	4.286

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 11.768, receita de dividendos R\$ 51, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (525) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 1.327.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 372 e de amortização de R\$ 204.

Ativo Total ⁽¹⁾	747.173	86.271	301.079	115.192	1.082.787	(92.581)	990.206
Passivo Total	726.393	77.349	278.041	87.831	1.002.685	(93.779)	908.906

(1) Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	0	847	6	1.492	2.345	926	3.271
Imobilizado, Líquido	5.170	377	562	-	6.108	59	6.167
Intangível, Líquido	3.362	1.347	634	-	5.343	78	5.421

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A administração analisa a Margem Financeira de forma líquida.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/07 a 30 de Setembro de 2012

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco Comercial Varejo	Crédito ao Consumidor Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	12.755	3.532	1.741	1.414	19.402	481	19.883
Margem Financeira ⁽¹⁾	8.133	2.051	1.261	1.359	12.820	646	13.466
Receita de Prestação de Serviços	3.041	1.476	504	53	5.034	(327)	4.707
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.485	(3)	12	2	1.496	41	1.537
Outras Receitas	96	8	(36)	-	52	121	173
Perdas com Créditos e Sinistros	(3.963)	(1.288)	(62)	(31)	(5.344)	75	(5.269)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.260)	(1.551)	(71)	(57)	(5.939)	76	(5.863)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	861	263	9	26	1.159	(1)	1.158
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(564)	-	-	-	(564)	-	(564)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	8.792	2.244	1.679	1.383	14.058	556	14.614
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(6.633)	(1.875)	(875)	(37)	(9.380)	(538)	(9.918)
Despesas não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(5.959)	(1.647)	(775)	(127)	(8.468)	(418)	(8.886)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(677)	(245)	(102)	1	(1.023)	(93)	(1.116)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	19	2	89	110	(26)	84
Outros Resultados	3	(2)	-	-	1	(1)	-
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.159	369	804	1.346	4.678	18	4.696
Imposto de Renda e Contribuição Social	(697)	(70)	(253)	(101)	(1.121)	(121)	(1.242)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	(145)	(145)	(1)	(146)
Lucro Líquido	1.462	299	551	1.100	3.412	(104)	3.308

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 12.447, receita de dividendos R\$ 70, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros R\$ 927 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 22.

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 326 e de amortização de R\$ 213.

Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2012	745.032	90.096	233.430	134.544	1.014.425	(57.271)	957.154
Passivo Total - 31/12/2012	710.521	79.982	220.137	117.418	939.302	(58.146)	881.156

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	847	5	1.293	2.144	861	3.005
Imobilizado, Líquido	4.672	499	395	-	5.566	62	5.628
Intangível, Líquido	1.813	1.255	411	1.109	4.589	82	4.671

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A Administração analisa a Margem Financeira de forma líquida.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 30 de Setembro de 2013

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco Comercial Varejo	Crédito ao Consumidor Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	32.982	11.087	10.978	2.549	57.596	542	58.138
Margem Financeira ⁽¹⁾	17.530	6.923	8.169	2.313	34.935	1.259	36.194
Receita de Prestação de Serviços	9.209	4.164	2.580	158	16.111	378	16.489
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	6.243	-	229	78	6.550	(1.550)	5.000
Outras Receitas	-	-	-	-	-	455	455
Perdas com Créditos e Sinistros	(6.176)	(3.630)	(2.456)	(77)	(12.339)	353	(11.986)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.205)	(4.466)	(2.640)	(77)	(14.388)	353	(14.035)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.579	836	230	-	3.645	-	3.645
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.550)	-	(46)	-	(1.596)	-	(1.596)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	26.806	7.457	8.522	2.472	45.257	895	46.152
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(19.215)	(5.538)	(4.495)	(274)	(29.522)	(1.758)	(31.280)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(17.359)	(4.735)	(3.846)	(422)	(26.362)	(1.818)	(28.180)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(1.856)	(803)	(649)	148	(3.160)	(148)	(3.308)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	-	208	208
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	7.591	1.919	4.027	2.198	15.735	(863)	14.872
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.701)	(512)	(1.248)	(23)	(4.484)	1.188	(3.296)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	(85)	-	(10)	(95)	35	(60)
Lucro Líquido	4.890	1.322	2.779	2.165	11.156	360	11.516

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 35.438, receita de dividendos R\$ 148, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (4.113) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 4.721.

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.126 e de amortização de R\$ 606.

Ativo Total ⁽¹⁾	747.173	86.271	301.079	115.192	1.082.787	(92.581)	990.206
Passivo Total	726.393	77.349	278.041	87.831	1.002.685	(93.779)	908.906

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	847	6	1.492	2.345	926	3.271
Imobilizado, Líquido	5.170	376	562	-	6.108	59	6.167
Intangível, Líquido	3.362	1.347	634	-	5.343	78	5.421

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A administração analisa a Margem Financeira de forma líquida.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 30 de Setembro de 2012

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco Comercial Varejo	Crédito ao Consumidor Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	38.861	10.643	5.556	4.341	59.329	631	59.960
Margem Financeira ⁽¹⁾	25.147	6.296	4.013	4.111	39.595	1.258	40.853
Receita de Prestação de Serviços	8.993	4.331	1.621	227	15.117	(1.009)	14.108
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	4.402	(8)	26	3	4.423	62	4.485
Outras Receitas	319	24	(104)	-	194	320	514
Perdas com Créditos e Sinistros	(11.894)	(3.943)	(300)	116	(16.021)	20	(16.001)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(12.862)	(4.627)	(372)	(98)	(17.959)	21	(17.938)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.507	684	72	214	3.477	-	3.477
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.539)	-	-	-	(1.539)	(1)	(1.540)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	26.967	6.700	5.256	4.457	43.308	651	43.959
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(20.180)	(5.542)	(2.487)	(185)	(28.357)	(2.199)	(30.556)
Despesas não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(18.330)	(4.832)	(2.202)	(283)	(25.610)	(1.669)	(27.279)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(1.990)	(716)	(295)	(113)	(3.114)	(239)	(3.353)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	108	18	5	211	342	(266)	76
Outros Resultados	32	(12)	5	-	25	(25)	-
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	6.787	1.158	2.769	4.272	14.951	(1.548)	13.403
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.099)	(201)	(888)	(679)	(3.867)	725	(3.142)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	(578)	(543)	(3)	(546)
Lucro Líquido	4.688	957	1.881	3.015	10.541	(826)	9.715

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 36.235, receita de dividendos R\$ 271, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros R\$ 1.315 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 3.032.

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 995 e de amortização de R\$ 632.

Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2012	745.032	90.096	233.430	134.544	1.014.425	(57.271)	957.154
Passivo Total - 31/12/2012	710.521	79.982	220.137	117.418	939.302	(58.146)	881.156

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	847	5	1.293	2.144	861	3.005
Imobilizado, Líquido	4.672	499	395	-	5.566	62	5.628
Intangível, Líquido	1.813	1.255	411	1.109	4.589	82	4.671

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A Administração analisa a Margem Financeira de forma líquida.

Abaixo seguem informações das receitas de intermediação financeira e os ativos não correntes por área geográfica:

	01/07 a 30/09/2013			01/07 a 30/09/2012		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira ⁽¹⁾	22.748	2.374	25.122	22.686	1.704	24.390
Ativos não Correntes ⁽²⁾	10.779	809	11.588	9.515	784	10.299

(1) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) Os valores comparativos referem-se à 31/12/2012.

	01/01 a 30/09/2013			01/01 a 30/09/2012		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira ⁽¹⁾	62.984	5.795	68.779	72.954	4.913	77.867
Ativos não Correntes ⁽²⁾	10.779	809	11.588	9.515	784	10.299

(1) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) Os valores comparativos referem-se à 31/12/2012.

Nota 35 – Partes Relacionadas

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR) e a ITAÚSA, controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se a Itaotec S.A., a Duratex S.A., a Elekeiroz S.A. e a Itaúsa Empreendimentos S.A.;
- A Fundação Itaú Unibanco, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, Fundação Bemgeprev, UBB – Prev Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os investimentos na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., SERASA S.A., BSF Holding S.A., Tecnologia Bancária S.A., MCC Securities Inc. e MCC Corredora de Bolsa S.A..

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO							
	Taxa Anual	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)			
		30/09/2013	31/12/2012	01/07 a 30/09/2013	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012
		Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	1.604	-	22
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		-	614	-	-	-	-
Itaú Unibanco Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (*)		-	-	-	3	-	11
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		-	990	-	19	-	66
Depósitos		(3)	(3)	-	-	-	(2)
Duratex S.A.		(3)	(2)	-	-	-	(1)
Porto Seguro S.A.		-	(1)	-	-	-	(1)
Captações no Mercado Aberto		(119)	(54)	(3)	(1)	(9)	(6)
Itaúsa Empreendimentos S.A.	100% da SELIC	(42)	-	-	-	-	-
Duratex S.A.	100% da SELIC	(44)	(11)	(1)	-	(6)	(1)
Elekeiroz S.A.	100% da SELIC	(26)	-	(1)	-	(1)	(1)
Itautec S.A.	100% da SELIC	(7)	(2)	(1)	-	(2)	-
FIC Promotora de Venda Ltda.		-	(18)	-	-	-	-
Facilita Promotora S.A.		-	(2)	-	-	-	-
Banco Investcred Unibanco S.A.		-	(19)	-	-	-	-
Maxfácil Participações S.A.		-	-	2	(1)	-	(4)
Outras		-	(2)	-	-	-	-
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas		(137)	(117)	-	-	-	-
Porto Seguro S.A.		-	12	-	-	-	-
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		-	(4)	-	-	-	-
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		-	(5)	-	-	-	-
Fundação Itaú Unibanco		(53)	1	-	-	-	-
Caixa de Prev.dos Func. do Banco Beg - PREBEG		-	(6)	-	-	-	-
Fundação BEMGEPREV		-	(9)	-	-	-	-
UBB Prev Previdência Complementar		-	(25)	-	-	-	-
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social		(84)	(81)	-	-	-	-
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços		-	-	12	14	32	42
Fundação Itaú Unibanco		-	-	9	6	25	18
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	1	2	4	4
Itaúsa Investimentos S.A.		-	-	1	-	1	1
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		-	-	-	(3)	-	(9)
Porto Seguro S.A.		-	-	-	9	-	24
Outras		-	-	1	-	2	4
Receitas (Despesas) com Aluguéis		-	-	(10)	(5)	(36)	(24)
Itaúsa Investimentos S.A.		-	-	(1)	-	(1)	-
Fundação Itaú Unibanco		-	-	(8)	(2)	(28)	(16)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	(2)	(3)	(7)	(7)
Despesas com Doações		-	-	(15)	(12)	(54)	(48)
Associação Clube "A"		-	-	-	-	(1)	(1)
Instituto Itaú Cultural		-	-	(15)	(12)	(53)	(47)
Despesas de Processamento de Dados		-	-	(69)	(66)	(201)	(207)
Itautec S.A.		-	-	(69)	(66)	(201)	(207)

(*) Atual denominação da FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, registraram em Despesas Gerais e Administrativas - Outros, o valor de R\$ 3 (R\$ 4 de 01/01 a 30/09/2012) em função da utilização da estrutura comum.

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A Resolução nº 3.921, de 25/11/2010, do CMN, determina que a remuneração variável dos administradores deverá ser compatível com as políticas de gestão de risco da instituição, sendo que no mínimo 50% (cinquenta por cento) deverá ser obrigatoriamente paga em ações e deverá ser diferida para pagamento em no mínimo 3 (três) anos.

Para atender à Resolução sobre remuneração o Itaú Unibanco Holding obteve autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus administradores e os administradores de suas controladas.

No período de 01/01 a 30/09/2013, o efeito contábil da remuneração está registrado na Remuneração do Pessoal-Chave da Administração em Remuneração e Participações no Lucro, obedecendo os limites estatutários.

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/07 a 30/09/2013	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012
Remuneração	76	52	185	195
Conselho de Administração	3	3	10	6
Administradores	73	49	175	189
Participações no Lucro	59	43	181	123
Conselho de Administração	2	-	8	2
Administradores	57	43	173	121
Contribuições aos Planos de Aposentadoria	1	1	3	7
Administradores	1	1	3	7
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	45	41	131	120
Total	181	137	500	445

Risco de Crédito

1. Mensuração do Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, emissor ou contraparte à redução de ganhos ou remunerações, ou às vantagens concedidas na renegociação ou aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721, de 30/04/2009, do CMN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura e normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis adequados para cada segmento de mercado em que opera.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um processo estruturado para manter uma carteira diversificada considerada adequada pela instituição. O monitoramento contínuo do grau de concentração de suas carteiras, avaliando os setores de atividade econômica e maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

A área de controle centralizado avalia o impacto da criação ou modificação de políticas de crédito ou produtos, conforme governança, antes da sua implantação, de forma a permitir a identificação e a quantificação de incertezas inerentes a cada unidade de negócio. O processo de avaliação de política e produtos possibilita ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O processo centralizado de aprovação das políticas e validação de modelos de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING garante a sincronização das ações de crédito.

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor ou igual a 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%
<i>Impairment</i>	Operações <i>Corporate</i> com PD maior que 31,84% Operações em Atraso >90 dias Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* e *behaviour* score. As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados, por estrutura independente. Excepcionalmente, pode também haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições.

2. Gerenciamento de Risco de Crédito

O controle centralizado do risco de crédito é realizado pela área executiva independente responsável pelo controle de riscos, segregada das unidades de negociação, conforme exigido pela regulamentação vigente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

Como forma de controle do risco de crédito, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um normativo institucional que define as diretrizes gerais e responsabilidades relativas à utilização de garantias, além disso, cada unidade de negócio, responsável pela gestão do risco de crédito, formaliza a utilização das garantias em suas políticas de crédito.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações dotadas de risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser pessoais, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumento de redução de risco é necessário que cumpram as exigências e determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING assegura que qualquer garantia que gera impacto em mitigação, alocação de capital e provisionamento, é juridicamente exercível (eficaz), exequível e é regularmente reavaliada.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de Provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como *impairment* os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *Corporate* com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao Risco de Crédito

	30/09/2013			31/12/2012		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.595	15.986	20.581	9.254	14.572	23.826
Aplicações no Mercado Aberto	177.285	642	177.927	162.235	502	162.737
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	131.292	8.393	139.685	139.699	5.817	145.516
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	332	332	4	216	220
Derivativos	6.557	4.279	10.836	7.615	3.982	11.597
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	27.097	58.510	85.607	36.214	54.655	90.869
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.275	434	3.709	2.656	546	3.202
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	265.977	98.421	364.398	259.540	81.731	341.271
Outros Ativos Financeiros	42.413	3.089	45.502	41.284	3.208	44.492
<i>Off Balance</i>	283.564	19.690	303.254	274.822	14.653	289.475
Avais e Fianças	65.108	4.414	69.522	56.470	3.840	60.310
Cartas de Crédito	13.627	-	13.627	14.605	-	14.605
Compromissos a Liberar	204.829	15.276	220.105	203.747	10.813	214.560
Crédito Imobiliário	11.105	-	11.105	13.004	-	13.004
Cheque Especial	96.725	-	96.725	96.935	-	96.935
Cartão de Crédito	87.625	785	88.410	82.478	669	83.147
Outros Limites Pré-Aprovados	9.374	14.491	23.865	11.330	10.144	21.474
Total	942.055	209.776	1.151.831	933.323	179.882	1.113.205

A tabela apresenta a exposição máxima em 30/09/2013 e 31/12/2012, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no Balanço Patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos Mantidos para Negociação, Aplicações no Mercado Aberto, além de Avais, Fianças e Outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 80,8% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna.
- somente 4,9% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda.
- 4,4% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros Segregados por Setor de Atividade

a) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	30/09/2013	%	31/12/2012	%
Setor Público	3.420	0,9	877	0,2
Indústria e Comércio	109.705	28,3	107.405	29,3
Serviços	80.798	20,8	77.922	21,2
Setor Primário	18.913	4,9	16.649	4,5
Outros Setores	4.614	1,2	2.194	0,6
Pessoa Física	170.173	43,9	161.937	44,2
Total	387.623	100,0	366.984	100,0

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	30/09/2013	%	31/12/2012	%
Setor Primário	1.650	0,4	1.924	0,4
Setor Público	126.519	28,8	110.012	25,1
Indústria e Comércio	9.783	2,2	7.563	1,7
Serviços	100.467	22,9	129.223	29,5
Outros Setores	1.460	0,3	2.633	0,6
Pessoa Física	290	0,1	49	0,0
Financeiras	198.508	45,3	186.563	42,6
Total	438.677	100,0	437.967	100,0

(*) Inclui Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Derivativos, Ativos Designados a Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

- c) Os riscos de créditos dos *Off Balance* (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	30/09/2013				31/12/2012			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	273.466	4.203	-	277.669	249.282	5.438	-	254.720
Médio	65.797	8.283	-	74.080	61.075	9.436	-	70.511
Alto	12.173	6.515	-	18.688	14.190	8.052	-	22.242
<i>Impairment</i>	-	-	17.186	17.186	-	-	19.511	19.511
Total	351.436	19.001	17.186	387.623	324.547	22.926	19.511	366.984
%	90,7%	4,9%	4,4%	100,0%	88,5%	6,2%	5,3%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	30/09/2013					31/12/2012				
	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total
Pessoas Físicas	84.223	49.878	11.427	10.643	156.171	85.616	40.781	12.889	11.593	150.879
Cartão de Crédito	25.946	12.951	1.641	2.540	43.078	24.551	11.692	1.992	2.296	40.531
Crédito Pessoal	12.097	23.539	7.544	4.033	47.213	14.402	13.543	7.848	4.862	40.655
Veículos	25.022	11.965	2.205	3.868	43.060	29.887	14.493	3.016	4.250	51.646
Crédito Imobiliário	21.158	1.423	37	202	22.820	16.776	1.053	33	185	18.047
Grandes Empresas	111.311	2.598	-	1.787	115.696	97.655	4.648	1	1.467	103.771
Micros/Pequenas e Médias Empresas	52.615	18.189	6.765	4.567	82.136	47.825	22.129	8.896	6.335	85.185
Unidades Externas América Latina	29.520	3.415	496	189	33.620	23.624	2.953	456	116	27.149
Total	277.669	74.080	18.688	17.186	387.623	254.720	70.511	22.242	19.511	366.984
%	71,7%	19,1%	4,8%	4,4%	100,0%	69,4%	19,2%	6,1%	5,3%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro não Vencidos e Sem Evento de Perda, por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	30/09/2013				31/12/2012			
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente								
Grandes Empresas	110.787	2.575	-	113.362	96.859	4.647	-	101.506
II - Operações Avaliadas Coletivamente								
Pessoas Físicas	81.517	43.084	6.767	131.368	82.227	32.970	7.540	122.737
Cartão de Crédito	25.393	12.022	1.015	38.430	24.385	11.076	1.352	36.813
Crédito Pessoal	12.017	22.919	5.366	40.302	14.211	12.659	5.439	32.309
Veículos	23.313	7.384	370	31.067	27.347	8.737	736	36.820
Crédito Imobiliário	20.794	759	16	21.569	16.284	498	13	16.795
Micro/Pequenas e Médias Empresas	52.170	16.982	5.014	74.166	47.163	20.739	6.293	74.195
Unidades Externas América Latina	28.992	3.156	392	32.540	23.033	2.719	357	26.109
Total	273.466	65.797	12.173	351.436	249.282	61.075	14.190	324.547

6.1.1 As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, por portfólio de área e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento (Créditos Vencidos sem Evento de Perda):

	30/09/2013				31/12/2012			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	9.041	3.597	1.521	14.159	10.732	4.075	1.743	16.550
Cartão de Crédito	1.478	313	317	2.108	832	308	283	1.423
Crédito Pessoal	1.630	879	369	2.878	2.045	991	449	3.485
Veículos	5.233	2.159	732	8.124	7.099	2.559	918	10.576
Crédito Imobiliário	700	246	103	1.049	756	217	93	1.066
Grandes Empresas	400	110	37	547	686	88	23	797
Micros/Pequenas e Médias Empresas	2.168	844	392	3.404	2.912	1.171	572	4.655
Unidades Externas América Latina	718	106	67	891	794	98	32	924
Total	12.327	4.657	2.017	19.001	15.124	5.432	2.370	22.926

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

30/09/2013							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	198.508	129.293	332	5.659	52.602	3.687	390.081
Médio	-	10.188	-	4.484	31.778	22	46.472
Alto	-	204	-	693	1.224	-	2.121
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	3	-	3
Total	198.508	139.685	332	10.836	85.607	3.709	438.677
%	45,3	31,8	0,1	2,5	19,5	0,8	100,0

31/12/2012							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	186.563	98.147	220	4.458	22.808	3.084	315.280
Médio	-	47.369	-	7.122	68.037	118	122.646
Alto	-	-	-	17	24	-	41
Total	186.563	145.516	220	11.597	90.869	3.202	437.967
%	42,7	33,2	0,1	2,6	20,7	0,7	100,0

6.1.3 Garantias de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

Efeito financeiro da garantia	30/09/2013				31/12/2012			
	(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia		(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia	
	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia
Pessoas Físicas	61.725	145.743	3.418	2.929	60.635	140.466	8.021	6.933
Crédito Pessoal	391	977	14	9	329	946	17	12
Veículos	38.804	74.715	3.347	2.869	42.610	73.709	7.809	6.813
Crédito Imobiliário	22.530	70.051	57	51	17.695	65.812	196	108
Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	148.736	444.704	4.709	2.290	127.655	439.665	33.917	14.408
Unidades Externas América Latina	10.372	14.436	23.131	13.763	5.441	8.695	21.708	12.053
Total	220.833	604.883	31.258	18.982	193.731	588.827	63.646	33.394

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R\$ 135.532 (R\$ 109.607 em 31/12/2012).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantia.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Operações de Crédito Renegociadas

Atividades de renegociação incluem acordos de alterações em vencimentos, modificação de cronograma e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, a situação do cliente (anteriormente inadimplente) retorna ao status de não vencida e é classificada nos *ratings* internos apropriados (considerando toda a informação disponível incluindo a renegociação).

O valor total de créditos repactuados de R\$ 18.252 (R\$ 19.483 em 31/12/2012) inclui operações oriundas de operações em dia ou com atraso inferior a 30 dias, reflexo de alterações nos termos contratuais originais, no montante de R\$ 4.959 (R\$ 4.964 em 31/12/2012).

Assim as operações de crédito renegociadas totalizam R\$ 13.293 (R\$ 14.519 em 31/12/2012).

8. Bens Retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período:

	01/07 a 30/09/2013	01/07 a 30/09/2012	01/01 a 30/09/2013	01/01 a 30/09/2012
Imóveis Não de Uso	-	4	-	4
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	31	20	72	46
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	1	-	1	1
Outros (Veículos/móveis/Equipamentos) - Dação	6	-	7	-
Total	38	24	80	51

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices sobre estes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devido aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequadas.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 do CMN e alterações posteriores, constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de Comissões e limites aprovados especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado. Este arcabouço de limites cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível de carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais), garantindo efetividade e cobertura de controle. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, expectativa de performance e apetite de risco da instituição, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada entidade organizacional, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão. Os limites são monitorados e controlados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nas Comissões competentes. Além disso, relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para a alta gestão.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). A revisão dessa estrutura de limites é realizada, no mínimo, anualmente.

Essa estrutura de controle de limites tem a função de:

- Proporcionar mais conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação, análise e reporte de risco às áreas e pessoas relevantes, de acordo com a governança estabelecida e acompanhando as ações necessárias para readequação da posição e/ou nível de risco, quando necessário. Para isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento das Comissões Superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza hedge de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado relevantes e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de hedges. Nas situações em que essas operações se configuram como hedge contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do hedge (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de hedge contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A mensuração de risco de mercado segregua suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pelo Acordo de Basileia e alterações posteriores.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de revenda e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas à variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e *commodities*.

O tratamento de risco de mercado para taxa de juros da Carteira de Negociação e de Não Negociação adota a metodologia de marcação a mercado dos diversos produtos, calculando a sensibilidade às variações das taxas de juros, o valor em risco (*VaR*) e efetuando testes de estresse em toda a carteira, conforme estabelecido nos normativos institucionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para avaliação de posições em ações das Carteiras de Negociação e de Não Negociação, utiliza-se o *VaR*, além de aplicar testes de estresse, conforme apresentado no parágrafo abaixo.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado ativo ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*"); e
- *VaR* Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;

- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (Gregas) – derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O modelo interno de *VaR* utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia de ponderação da volatilidade que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela de *VaR* Global Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Banco Itaú BBA International S.A., Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguai S.A., Banco Itaú Paraguai S.A. e Itaú BBA Colômbia S.A. – Corporación Financiera).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período.

De 01 de janeiro a 30 de setembro de 2013, o *VaR* Global Médio foi de R\$ 249 milhões ou 0,31% do patrimônio total (em todo o ano de 2012 foi de R\$ 290 milhões ou 0,38%)

(em milhões de R\$)

	VaR Global (*)							
	Média	Mínimo	Máximo	30/09/2013	Média	Mínimo	Máximo	31/12/2012
Grupo de Fatores de Risco								
Taxas de Juros	194,5	83,5	416,9	129,8	191,2	71,8	427,6	348,7
Cupons Cambiais	19,3	8,6	39,2	28,0	20,4	7,3	49,6	11,4
Varição Cambial	31,3	4,4	67,0	32,5	25,7	4,6	53,9	8,8
Índices de Preços	78,9	37,3	155,5	86,5	110,3	14,8	325,0	51,2
Renda Variável	31,9	14,0	60,1	21,2	24,2	13,6	43,5	16,8
Unidades Externas (**)								
Itaú BBA International	2,6	1,7	4,1	2,0	1,7	0,7	5,1	1,1
Itaú Argentina	3,7	2,2	7,4	4,2	3,0	1,7	5,6	5,5
Itaú Chile	6,0	2,2	13,6	4,8	5,5	3,2	9,6	4,4
Itaú Uruguai	2,7	1,5	5,0	3,3	1,7	0,3	3,4	2,0
Itaú Paraguai	1,0	0,4	1,8	1,0	0,4	0,2	1,4	1,0
Itaú BBA Colômbia	0,3	0,0	1,3	0,9	-	-	-	-
Efeito de Diversificação				(103,3)				(77,1)
Risco Global	248,7	158,2	443,4	210,9	289,7	118,0	601,4	373,7

(*) Ajustado para refletir o tratamento fiscal das classes individuais de ativos.

(**) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação de cada dia.

Taxa de Juros

A tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros agrupa por produtos o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo bastante utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de Contas Sujetas a Risco de Taxa de Juros ⁽¹⁾

	30/09/2013						31/12/2012					
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados	240.701	200.186	108.498	244.135	95.443	888.963	255.232	191.194	78.496	246.502	97.228	868.652
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.567	1.876	5.329	809	-	20.581	15.321	3.274	4.835	395	1	23.826
Aplicações no Mercado Aberto	96.033	76.894	5.000	-	-	177.927	87.829	71.539	3.190	179	-	162.737
Depósitos Compulsórios no Banco Central	62.663	-	-	-	-	62.663	63.701	-	-	-	-	63.701
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7.403	12.517	22.942	79.120	17.703	139.685	17.163	7.251	7.920	85.581	27.601	145.516
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado	332	-	-	-	-	332	220	-	-	-	-	220
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3.999	6.206	14.770	26.397	34.235	85.607	13.120	7.914	5.481	29.470	34.884	90.869
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	51	-	-	154	3.504	3.709	-	118	70	147	2.867	3.202
Derivativos	2.336	3.340	1.507	2.940	713	10.836	1.943	3.581	1.390	3.742	941	11.597
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	55.317	99.353	58.950	134.715	39.288	387.623	55.935	97.517	55.610	126.988	30.934	366.984
Passivos Remunerados	247.474	76.555	54.370	243.631	51.704	673.734	233.991	78.742	59.229	210.743	76.688	659.393
Depósitos de Poupança	98.227	-	-	-	-	98.227	83.451	-	-	-	-	83.451
Depósitos a Prazo	17.229	24.391	7.822	53.430	5.683	108.555	12.369	20.861	16.667	62.226	5.109	117.232
Depósitos Interfinanceiros	1.851	3.451	2.022	348	8	7.680	2.643	3.550	1.201	207	-	7.601
Mercado Aberto	117.885	15.522	14.346	105.377	14.645	267.775	123.001	17.838	16.281	82.424	27.861	267.405
Mercado Interbancário	6.558	27.923	22.699	45.088	5.566	107.834	5.606	26.871	21.065	38.802	4.729	97.073
Mercado Institucional	1.009	3.549	5.830	35.502	25.202	71.092	2.299	7.018	2.753	22.062	37.896	72.028
Derivativos	1.726	1.696	1.604	3.605	549	9.180	1.724	2.582	1.211	4.500	1.052	11.069
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	23	47	281	51	402	6	22	51	522	41	642
Passivos de Planos de Capitalização	2.989	-	-	-	-	2.989	2.892	-	-	-	-	2.892
Diferença Ativo/Passivo ⁽²⁾	(6.773)	123.631	54.128	504	43.739	215.229	21.241	112.452	19.267	35.759	20.540	209.259
Diferença Acumulada	(6.773)	116.858	170.986	171.490	215.229		21.241	133.693	152.960	188.719	209.259	
Índice da Diferença Acumulada para o Total de Ativos Remunerados	(0,8%)	13,1%	19,2%	19,3%	24,2%		2,4%	15,4%	17,6%	21,7%	24,1%	

(1) Prazos contratuais remanescentes;

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda

Ativo	30/09/2013				
	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Disponibilidades	6.477	153	64	2.950	9.644
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	-	1	3.477	3.478
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.388	-	-	2.598	15.986
Aplicações em Mercado Aberto	547	-	-	95	642
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7.968	-	-	425	8.393
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	332	-	-	-	332
Derivativos	3.883	-	-	396	4.279
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	54.672	-	-	3.838	58.510
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	434	-	-	-	434
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	56.540	1.631	2	40.248	98.421
Total do Ativo	144.241	1.784	67	54.027	200.119

Passivo	30/09/2013				
	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Depósitos	39.236	14	423	33.933	73.606
Captações no Mercado Aberto	13.602	-	-	448	14.050
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	573	-	-	-	573
Derivativos	2.731	-	-	289	3.020
Recursos de Mercados Interbancários	41.995	85	1	3.460	45.541
Recursos de Mercados Institucionais	61.215	-	-	3.890	65.105
Total do Passivo	159.352	99	424	42.020	201.895

Posição Líquida	(15.111)	1.685	(357)	12.007	(1.776)
------------------------	-----------------	--------------	--------------	---------------	----------------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda

Ativo	31/12/2012				
	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Disponibilidades	5.681	388	39	2.602	8.710
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	-	1	2.528	2.529
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.160	1.209	1	2.202	14.572
Aplicações em Mercado Aberto	463	-	-	39	502
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.909	646	-	262	5.817
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	216	-	-	216
Derivativos	3.100	588	-	294	3.982
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	50.828	354	-	3.473	54.655
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	546	-	-	-	546
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	44.417	4.950	1	32.363	81.731
Total do Ativo	121.104	8.351	42	43.763	173.260

Passivo	31/12/2012				
	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Depósitos	32.602	1.917	441	26.836	61.796
Captações no Mercado Aberto	17.156	-	-	622	17.778
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	720	-	-	720
Derivativos	2.755	493	-	205	3.453
Recursos de Mercados Interbancários	27.430	150	-	2.393	29.973
Recursos de Mercados Institucionais	52.421	3.065	-	2.411	57.897
Total do Passivo	132.364	6.345	441	32.467	171.617

Posição Líquida	(11.260)	2.006	(399)	11.296	1.643
------------------------	-----------------	--------------	--------------	---------------	--------------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca garantir liquidez suficiente para suportar potenciais saídas de recursos em situações de estresse de mercado, bem como a compatibilidade entre as captações e os prazos e a liquidez dos ativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local ou estrangeira.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Liquidez.

O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos internamente. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING administra sistemas de informática proprietários para atendimento aos processos de mensuração de risco de liquidez.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em observância às exigências da Resolução nº 4.090, de 24/05/2012, do CMN e da Circular nº 3.393, de 03/06/2008, do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de *Funding*

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 479,6 bilhões (R\$ 481,1 bilhões 31/12/2012), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 33,5% do total, ou R\$ 160,6 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	30/09/2013			31/12/2012		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	155.124	252.279		133.377	243.199	
Recursos à Vista	37.817	37.817	7,9	34.916	34.916	7,3
Recursos de Poupança	98.227	98.227	20,5	83.451	83.451	17,3
Recursos a Prazo	17.229	108.555	22,6	12.368	117.232	24,4
Outros Recursos	1.851	7.680	1,6	2.642	7.600	1,6
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	3.193	50.672	10,6	3.863	55.108	11,5
Recursos de Emissão Própria ⁽²⁾	2.022	121.369	25,3	3.394	127.652	26,5
Dívida Subordinada	252	55.270	11,5	797	55.179	11,5
Total	160.591	479.590		141.431	481.138	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras, registradas em Recursos de Mercados Interbancários, e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior, registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres, conforme quadro Fluxos Futuros - Ativos Financeiros) totalizavam R\$ 108,3 bilhões e representavam 67,5% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 22,6% do total de recursos e 15,2% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	30/09/2013	31/12/2012
	%	%
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes em até 30 dias ⁽²⁾	67,5	85,4
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes Totais ⁽³⁾	22,6	25,1
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Ativos Financeiros Totais ⁽⁴⁾	15,2	17,7

(1) Ativos Líquidos são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos - Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias)

(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes)

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R\$ 714.431 (R\$ 682.867 em 31/12/2012).

Adicionalmente, apresenta-se os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	30/09/2013					31/12/2012				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total
Ativos Financeiros ⁽¹⁾										
Disponibilidades	14.466	-	-	-	14.466	13.967	-	-	-	13.967
Aplicações em Instituições Financeiras	105.583	81.829	861	62	188.335	109.340	61.934	320	159	171.753
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ⁽²⁾	31.415	-	-	-	31.415	22.895	-	-	1	22.896
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	61.601	74.456	-	-	136.057	71.124	53.678	-	-	124.802
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.567	7.373	861	62	20.863	15.321	8.256	320	158	24.055
Títulos e Valores Mobiliários	67.808	18.047	9.003	107.419	202.277	102.046	7.293	9.261	78.689	197.289
Títulos Públicos - Livres	62.448	-	-	-	62.448	83.980	-	-	-	83.980
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	599	8.224	1.098	63.701	73.622	13.581	2.208	1.024	37.165	53.978
Títulos Privados - Livres	4.707	9.516	7.350	41.578	63.151	4.482	4.229	7.968	37.201	53.880
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	54	307	555	2.140	3.056	3	856	269	4.323	5.451
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.336	4.847	1.203	2.450	10.836	1.943	4.971	1.756	2.927	11.597
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽³⁾	53.612	149.487	80.985	130.090	414.174	48.460	153.079	82.459	116.066	400.064
Total de Ativos Financeiros	243.805	254.210	92.052	240.021	830.088	275.756	227.277	93.796	197.841	794.670

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 67.001 (R\$ 63.701 em 31/12/2012) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBL e VGBL não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 30.

(2) Subtraído o valor de R\$ 3.917 (R\$ 9.106 em 31/12/2012), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBOVESPA S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista R\$ 23.968 (R\$ 27.382 em 31/12/2012).

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	30/09/2013					31/12/2012				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Passivos Financeiros										
Depósitos	155.199	37.531	12.981	75.161	280.872	133.310	42.494	15.290	74.632	265.726
Depósito a Vista	37.817	-	-	-	37.817	34.916	-	-	-	34.916
Depósito Poupança	98.227	-	-	-	98.227	83.451	-	-	-	83.451
Depósito a Prazo	17.317	31.991	12.793	74.900	137.001	12.261	37.620	15.150	74.402	139.433
Depósito Interfinanceiros	1.837	5.540	188	261	7.826	2.682	4.874	140	230	7.926
Depósitos Compulsórios	(40.164)	(9.151)	(3.379)	(14.307)	(67.001)	(35.238)	(9.761)	(3.744)	(14.959)	(63.702)
Depósito a Vista	(7.288)	-	-	-	(7.288)	(8.590)	-	-	-	(8.590)
Depósito Poupança	(27.814)	-	-	-	(27.814)	(23.582)	-	-	-	(23.582)
Depósito a Prazo	(5.062)	(9.151)	(3.379)	(14.307)	(31.899)	(3.066)	(9.761)	(3.744)	(14.959)	(31.530)
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	132.712	34.725	44.258	116.511	328.205	134.028	35.529	54.086	85.195	308.838
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾	3.330	23.667	14.076	14.736	55.809	3.793	29.349	11.049	15.526	59.717
Obrigações por Empréstimos e Repasses ⁽³⁾	4.947	33.849	12.530	26.635	77.961	2.938	27.596	11.277	24.083	65.894
Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾	254	6.687	6.528	63.289	76.758	831	4.352	7.726	61.698	74.607
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.726	3.300	1.287	2.867	9.180	1.724	3.793	2.154	3.398	11.069
Total Passivos Financeiros	258.004	130.608	88.281	284.892	761.784	241.386	133.352	97.838	249.573	722.149

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

Compromissos Off Balance	30/09/2013					31/12/2012				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Avais e Fianças	1.409	14.164	4.225	49.724	69.522	1.526	13.271	3.078	42.435	60.310
Compromissos a Liberar	93.504	31.440	34.561	60.600	220.105	94.197	25.452	15.675	79.236	214.560
Cartas de Crédito Imobiliário a Liberar	13.627	-	-	-	13.627	14.605	-	-	-	14.605
Total	108.540	45.604	38.786	110.324	303.254	110.328	38.723	18.753	121.671	289.475

NOTA 37 – EVENTO SUBSEQUENTE

Em 01/10/2013 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetuou uma operação de cessão de crédito com retenção de riscos e benefícios, de acordo com a Resolução 3.533/08, totalizando R\$ 4,3 bilhões referente a contratos lastreados em Certificados de Recebíveis Imobiliários, sem efeito no resultado consolidado.